

# Nova União



---

MATERIAL DE TRABALHO  
PERFIL MUNICIPAL

---



**SUMÁRIO**

<b>LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>3</b>
1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	3
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA .....	7
2.1 História do município e formação político-administrativa.....	7
2.2 Inserção regional.....	9
3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS .....	13
3.1 Perfil demográfico .....	13
3.2 Condições sociais e de desenvolvimento humano .....	23
3.3 Vulnerabilidade social .....	32
3.4 Organização social e associativismo .....	45
4 CULTURA E PATRIMÔNIO .....	49
4.1 Patrimônio Cultural.....	49
4.2 Política cultural e diversidade .....	56
5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO .....	62
5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais .....	63
5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos .....	67
5.3 Conflitos ambientais.....	68
5.4 Informações sobre o Saneamento Básico.....	69
6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO .....	72
6.1 Dinâmica Imobiliária.....	72
6.2 Zoneamento ecológico-econômico .....	76
7 HABITAÇÃO.....	82
7.1 Quadro Habitacional .....	82

**planoDiretor**

7.2	Produção habitacional de interesse social.....	86
7.3	Bem-estar urbano .....	87
7.4	Zonas Especiais.....	96
8	MOBILIDADE URBANA.....	98
8.1	Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.....	99
8.2	Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.....	101
8.3	Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação .....	104
9	AGRICULTURAS .....	122
9.1	Diagnóstico preliminar das Agriculturas em Nova União .....	124
10	MINERAÇÃO.....	138
10.1	Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Nova União .....	139
10.2	A atividade minerária no território municipal de Nova União .....	142
10.3	A atividade minerária no território municipal de Nova União .....	145
11	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	146
11.1	DIAGNÓSTICO PRELIMINAR.....	147
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	175

## **LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

### **1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

O documento que ora se apresenta consiste no relatório de levantamento de dados secundários do município de Nova União, Minas Gerais. Os dados foram levantados entre dezembro de 2016 e março de 2017 e tiveram como objetivos principais:

- Conhecer a realidade do município, em termos de suas características demográficas, socioeconômicas, ambientais, culturais, de infraestrutura e outras;
- Identificar e caracterizar os diversos territórios de Nova União;
- Municionar o Grupo de Acompanhamento de informações e conhecimento específico para sua atuação no município e para uma participação qualificada na leitura comunitária que virá na próxima etapa do trabalho;
- Fornecer informações para a população, consolidadas em um único volume, a respeito das principais características do município, a serem disponibilizadas no Espaço Plano Diretor;
- Subsidiar a atuação da equipe da UFMG, nas mais diversas temáticas, nos trabalhos de revisão do Plano Diretor.
- Subsidiar a elaboração das audiências em forma de oficina;

Para atingir os objetivos propostos foram levantados dados em fontes secundárias e primárias, tal como explicitado no anexo de metadados, posteriormente processados e analisados pela equipe técnica da UFMG. Foram buscadas informações nas fontes oficiais, relativas a diversas temáticas e indicadores, especialmente indicadores demográficos; indicadores de moradia e qualidade de vida; cobertura de serviços públicos, infraestrutura e equipamentos sociais; meio ambiente e saneamento básico; atendimento de

saúde, educação e assistência social; indicadores da economia municipal, bem como da situação de trabalho e renda; desenvolvimento humano e vulnerabilidade social; associativismo e organização social; cultura, patrimônio, esporte, lazer e turismo.

As principais fontes para os dados secundários foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Educação – MEC, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU; Fundação João Pinheiro – FJP; Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN; Ministério da Cultura – MINC; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE e outros que tivessem dados e indicadores confiáveis e reconhecidamente úteis para a análise do município e suas condições sociais. Nesse escopo, buscou-se apresentar o dado mais recente disponível em cada fonte e, nos casos pertinentes e possíveis, uma comparação e análise da série histórica de alguns indicadores.

Buscou-se ainda apresentar, nos casos pertinentes, um olhar territorial, de forma a perceber-se as diferenças entre a sede e os distritos e as diversas regiões do município (urbana e rural). Nessa perspectiva, foram também introduzidos alguns mapas do município com as informações georreferenciadas.

Do ponto de vista das pesquisas em fontes primárias, foram aproveitados dados já levantados pela equipe dos LUME/UFMG entre 2014 e 2016, quando foram realizadas visitas a todos os municípios metropolitanos. Àquela época, foram entrevistados representantes públicos das áreas de cultura, turismo, esporte, lazer e assistência social, de forma a levantar informações sobre os principais equipamentos e serviços públicos prestados pela municipalidade. É importante destacar que tais informações serão complementadas, nos

próximos meses, com levantamentos nos próprios municípios e dados aportados pelos parceiros locais, Prefeitura e membros do Grupo de Acompanhamento.

O relatório ora apresentado é estruturado em 10 capítulos, além desse primeiro capítulo de Introdução e Objetivos. O Capítulo 2 traz informações sobre a história do município e sua inserção regional, bem como a configuração político-administrativa de seu território. O Capítulo 3 caracteriza os aspectos culturais e relacionados ao patrimônio histórico e políticas de preservação, incluindo informações sobre as festas, eventos e manifestações locais, patrimônio tombado e equipamentos e espaços de cultura. O Capítulo 4 volta seu olhar para os indicadores demográficos do município e suas condições sociais, de desenvolvimento e de vulnerabilidade, além de um breve olhar preliminar sobre a organização social e o associativismo no município, buscando identificar principais entidades, organizações, conselhos e lideranças locais, que serão posteriormente convidadas a participar das atividades de revisão do Plano Diretor. O Capítulo 5 aponta as condições ambientais e de saneamento básico no município. O Capítulo 6 discorre sobre os elementos diretamente ligados ao uso e ocupação do solo, dinâmica imobiliária e equipamentos urbanos disponíveis à população, trazendo ainda uma listagem dos principais equipamentos públicos encontrados no município, como atendimento de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer. O Capítulo 7, por sua vez, apresenta as condições municipais no que é relativo à habitação, incluindo dados sobre a produção habitacional e o déficit local. O Capítulo 8 foca as condições de mobilidade no território municipal. Os três capítulos finais dedicam-se a um olhar sobre as atividades da Agricultura (Capítulo 9), Mineração (Capítulo 10) e Aspectos econômicos (Capítulo 11), neste último caso incluindo informações secundárias sobre o perfil da economia municipal, indicadores de trabalho e renda, principais atividades econômicas e finanças públicas. Os metadados e fontes de todas as informações secundárias apresentadas no presente volume constam em

anexo, com uma breve descrição da qualidade dos dados e das lacunas a serem preenchidas na próxima etapa do trabalho.



## **2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

Para compreender a situação do município e seu perfil, nos diversos aspectos que serão apresentados ao longo deste volume, é fundamental conhecer sua formação histórica e os importantes momentos e forças que contribuíram para a configuração atual de seu território.

Nessa perspectiva, buscou-se levantar as informações básicas disponíveis nas fontes oficiais relativas ao seu povoamento, desenvolvimento econômico, vinculação e formação político-administrativa ao longo dos anos até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo, buscou-se enfatizar a inserção metropolitana de Nova União, entendendo que a configuração regional e a participação do município neste contexto são fatores fundamentais no direcionamento de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, o presente capítulo apresenta também um breve panorama da RMBH e do vetor nordeste, no qual o município se insere, apontando suas principais centralidades e tendências econômicas e de ocupação do território.

### **2.1 História do município e formação político-administrativa**

O município de Nova União tem seu povoamento e história ligados a Caeté, de onde se originou. Toda a região foi explorada inicialmente por Lourenço Caetano Taques, o velho, na segunda metade do século XVII, e logo depois pelas bandeiras que adentraram o território mineiro em busca de ouro e pedras preciosas.

Nesse processo, foram abertas trilhas e criados pousos e locais de descanso ao longo dos caminhos. O território onde hoje se encontra Nova União era justamente um desses pontos, local de passagem de tropeiros e viajantes.

Segundo informações recolhidas no site da prefeitura municipal de Nova União (ver <http://www.novauniao.mg.gov.br/71/DadosMunicipais/>) o local era uma parada de tropeiros e boiadeiros, ponto de descanso para a tropa e pastagem para os animais, onde havia um pequeno comércio. Sua proprietária era uma viúva, o que colaborou para a designação povoado de Viúva. Ali foi erguido um cruzeiro e uma pequena capela, benzidos no dia 24 de outubro de 1.869 por frei Luiz de Ravena e, no dia seguinte, pelo padre Antonio Simplício Ferreira dos Santos, vigário de Roças Novas. A capela é dedicada a São Sebastião, padroeiro do município. O povoado de Viúva, com o passar do tempo, passou a constituir o distrito de União de Caeté, cujo primeiro habitante foi o Sr. Carolino Rodrigues Machado, possuidor de uma gleba da terra onde hoje está a cidade. No cartório de registro Civil consta no livro 01, folha 05, o registro de Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta e ainda tem documento que comprovam a compra e venda de escravos na região. Quando foi criado o bispado de Belo Horizonte, D. Antonio dos Santos Cabral criou a primeira paróquia local. Na visita pastoral, a pedido de Joaquim Mateus Magalhães, D Cabral criou o conselho para demolir a velha igrejinha e construir a atual matriz de São Sebastião (NOVA UNIÃO, acesso em março 2017).

Segundo dados do IBGE, foi a seguinte a formação administrativa do município:

O primeiro Distrito que eu origem a Nova União foi criado com a denominação de União, pelo decreto estadual nº 113, de 20-06-1890, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, subordinado ao município de Caeté. Pelo decreto-lei estadual nº 1058, de 31-12-1943, o distrito de União tomou a denominação de União de Caeté.

Foi elevado à categoria de município com a denominação José de Melo, pela lei estadual nº 2764, de 31-12-1962, desmembrado de Caeté, constituído apenas do distrito sede e instalado em -1-03-1963.

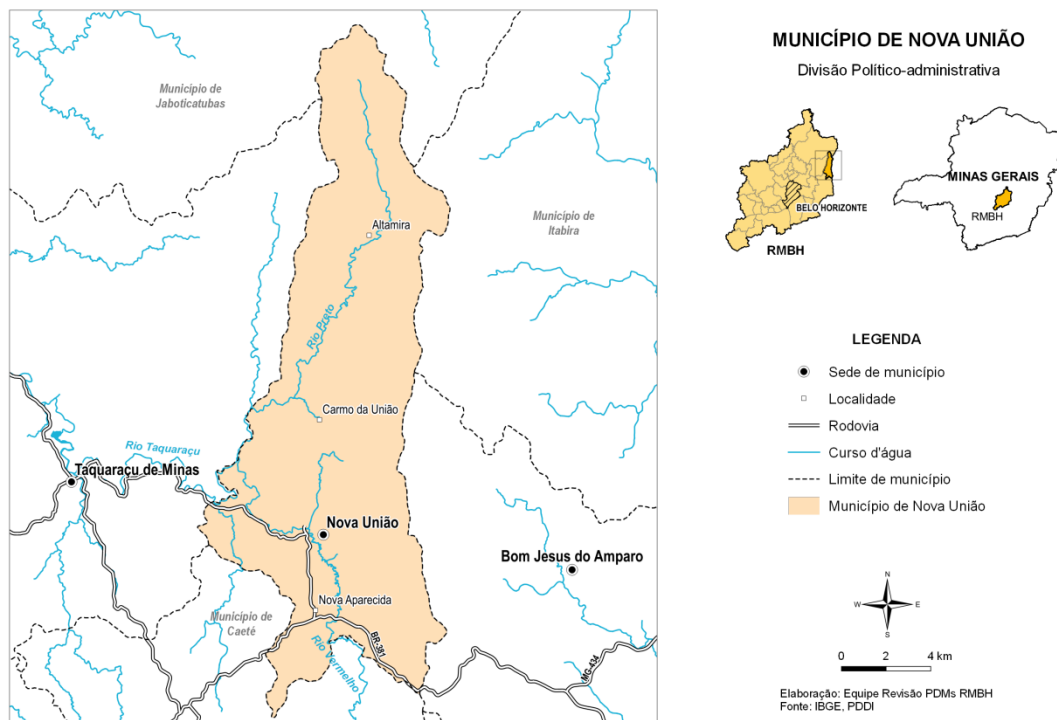
Pela lei estadual nº 9454, de 16-12-1987, o município de José de Melo passou a denominar-se Nova União, constituído apenas do distrito sede.

## **2.2 Inserção regional**

Nova União está situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Seus principais acessos são através das rodovias federais BR-381 e BR-262, e da rodovia estadual MG-900.

A Figura a seguir traz a localização do município no contexto estadual e microrregional, distante 55 km de Belo Horizonte. Além da sede do município, compõe seu território os povoados de Altamira, Baú, Bernardo, Carmo, Arraial dos Lopes, Monte Horeb, Nova Aparecida e Santo Antônio.

**Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Nova União**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

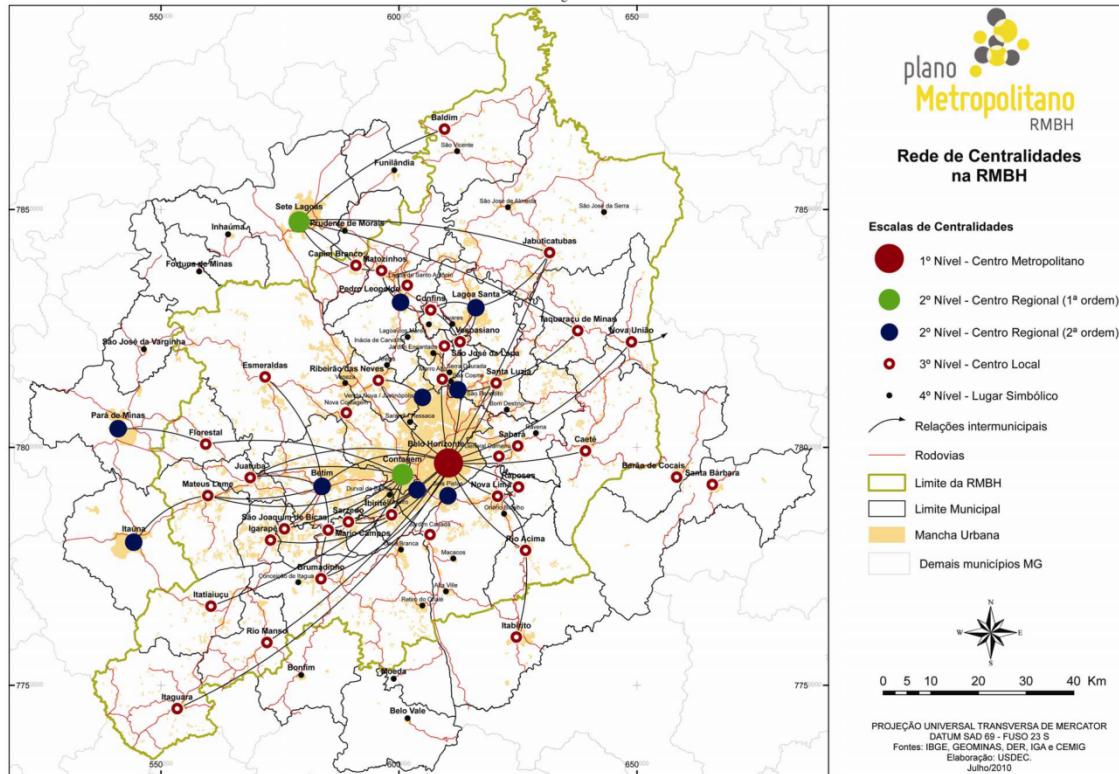
O município de Nova União se localiza no vetor leste da região metropolitana segundo as tendências de reestruturação territorial apontadas pelo PDDI e atualizadas no projeto do Macrozoneamento. O vetor leste se caracteriza por um relativo isolamento em relação aos demais vetores da região metropolitana tendo uma relação de dependência muito forte com o município de Belo Horizonte. A porção mais dinâmica do vetor leste é a área conurbada com o município de Belo Horizonte e aquelas cortadas pela BR-262 e a BR-381 que se configuram como vias de passagem entre outras regiões do Estado, da RMBH e também regiões para fora de Minas Gerais. A dinâmica de trânsito de cargas nesse vetor é muito polarizado pela atividade econômica do Vale do Aço e do complexo portuário de Vitória/Tubarão. A dinâmica industrial mais diversificada também se encontra no entorno e em função da dinâmica desses dois eixos viários. O vetor leste também sofre pressões de duas dinâmicas imobiliárias: uma expansão da urbanização que se desdobra da dinâmica de

urbanização periférica de Belo Horizonte; a o aumento dos loteamentos com destinação para pequenos condomínios e chacreamentos com objetivo de segunda moradia e moradia de lazer/final de semana.

O município de Nova União encontra-se mais afastado das principais dinâmicas do vetor leste que emanam da conurbação com Belo Horizonte e dos principais eixos viários da região. O município, no entanto, se insere em outra importante dinâmica do vetor leste, qual seja, a forte presença da atividade minerária que, no caso de Nova União, está relacionada com a extração de não-metálicos – que dominam os investimentos e os projetos previstos para o município. A atividade minerária intensifica os conflitos ambientais na região, especialmente com as áreas de produção agropecuária, mas também com áreas de interesse hídrico ligadas à dinâmica da Bacia do Velhas além de outras áreas de significativa cobertura vegetal.

O município de Nova União também se insere na dinâmica metropolitana de produção agropecuária e tem essa atividade como principal atividade econômica municipal. No entanto, a atividade agropecuária também vem sendo identificada como um conflito ambiental devido ao uso de produtos químicos na produção. Cabe destacar também o potencial turístico do município ligado principalmente ao ecoturismo aproveitando-se da potencialidade do patrimônio ambiental do município.

**Figura 3 -- Região central do distrito sede de Nova União**



**FONTE: CEDEPLAR, PDDI, 2011**

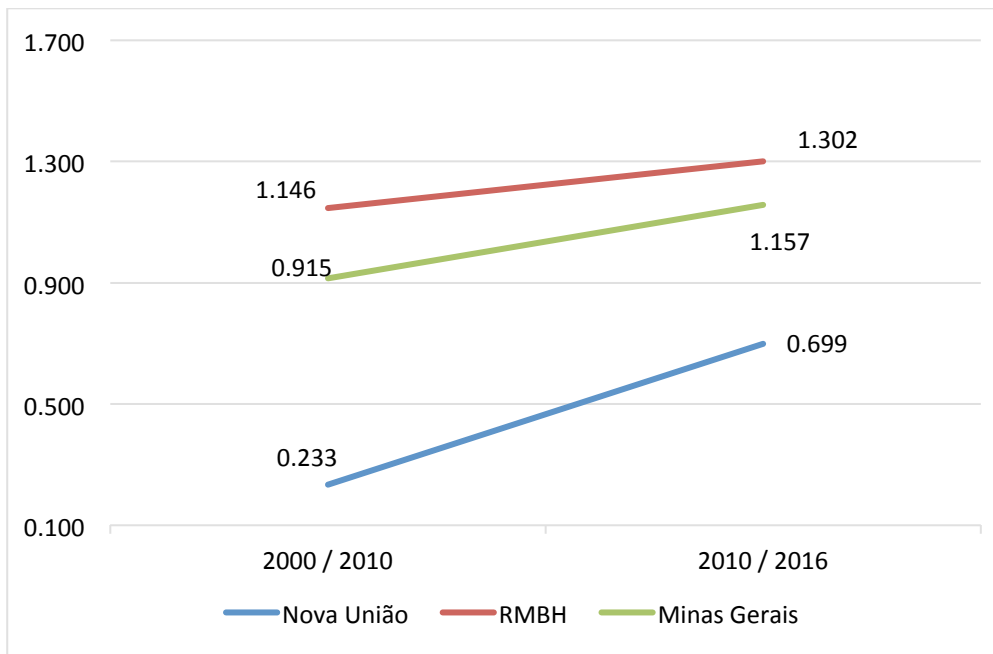
### **3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS**

No processo de revisão do Plano Diretor de Nova União, um dos momentos mais importantes é o conhecimento de sua situação atual, considerando as características de sua população, as necessidades e demandas dos moradores e os principais desafios a enfrentar na elaboração da nova legislação municipal. Nesse sentido, o presente capítulo fornece informações sobre o contexto municipal, a partir de suas principais características sociais, demográficas e de qualidade de vida, a partir de temas e indicadores selecionados, cujo detalhamento e fontes podem ser vistos no Anexo descritivo dos Metadados.

#### **3.1 Perfil demográfico**

Em 2010, a população total de Nova União era de 5.555 habitantes, número este estimado pelo IBGE em 5.792 pessoas na Estimativa da População em 2016. Como pode ser visto na Figura que se segue, a taxa de crescimento demográfico de Nova União é muito inferior à do Estado ou da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ainda que se apresente crescente nas últimas décadas.

**Figura 4 - Taxa de crescimento demográfico (% ao ano) – Nova União, 2000 a 2016**

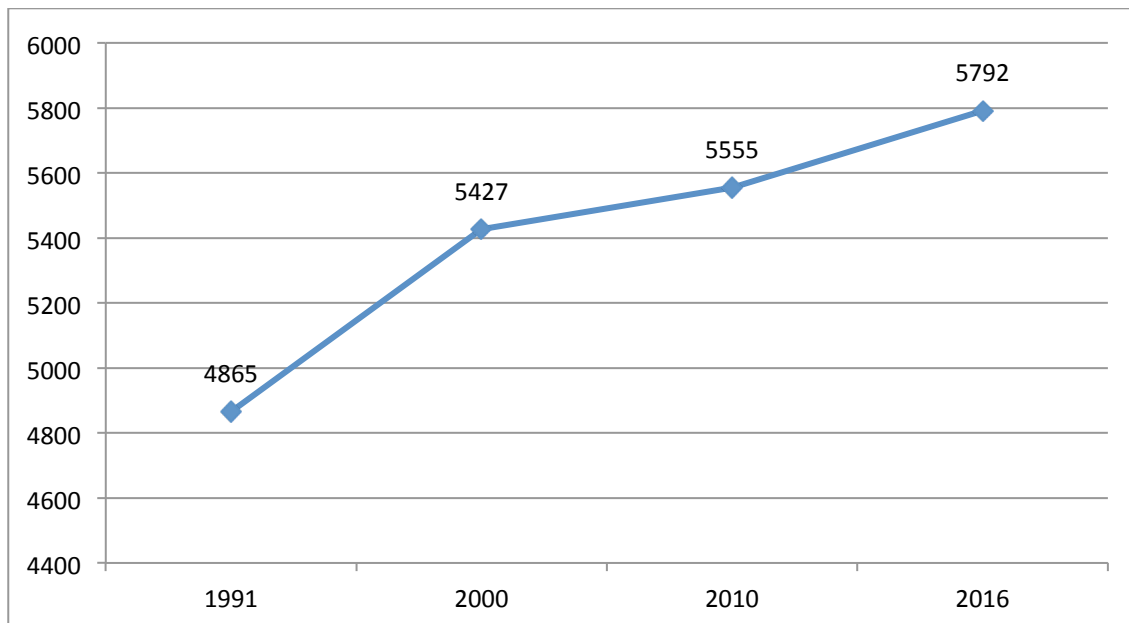


**Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000/2010 e Estimativa da população 2016.**

De fato, ao se analisar a série histórica municipal, é possível afirmar que Nova União tem tido crescimento constante de sua população nas últimas décadas, conforme a Figura abaixo.



**Figura 5 – População total residente – Nova União, 1991/ 2016**



Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991/2000/2010 e Estimativa da população 2016.

O Quadro abaixo traz a população total do município segundo localização urbana e rural para os anos de 1991, 2000 e 2010. Como se vê, o município vem apresentando processo de inversão da proporção rural/urbana, mas chega a 2010 ainda com quase metade de sua população residente em zonas rurais, ao contrário do apurado na média estadual e regional, onde os habitantes e zonas urbanas são maioria. Em 2010, 48% de sua população era residente em áreas rurais, percentual este de 14% na média mineira.

**Quadro 1: População Total, segundo localização Rural/Urbana – Nova União, 1991/2010**

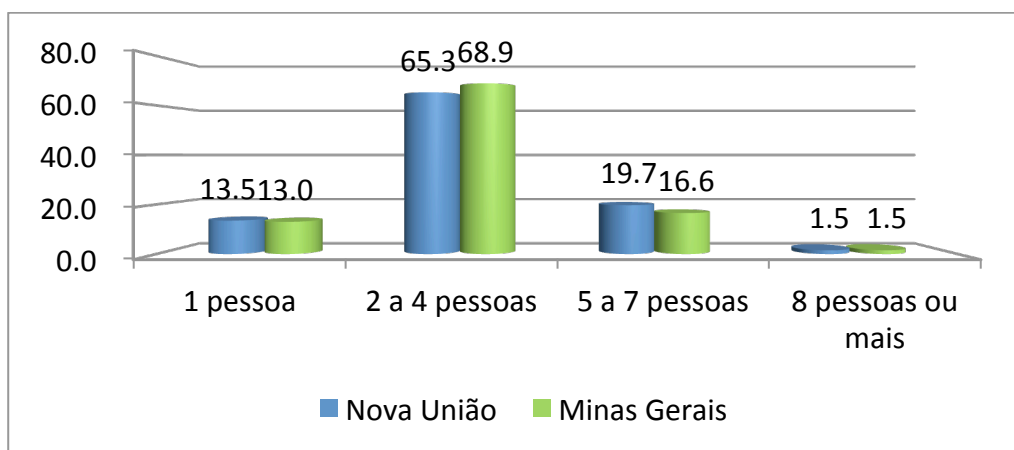
População	1991		2000		2010	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
<b>População rural</b>	3713	76,3	3998	73,7	2683	48,3
<b>População urbana</b>	1152	23,7	1429	26,3	2872	51,7

População total	4865	100	5427	100	5555	100
-----------------	------	-----	------	-----	------	-----

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010.

No que é relativo ao número de habitantes por domicílio, Nova União tende a apresentar domicílios ligeiramente maiores, em média 3,37 habitantes /domicílio, contra 3,25 da média estadual. Ainda que predominem no município as residências com 2 a 4 pessoas (ver Figura que segue), é maior em Nova União a incidência de domicílios onde residem entre 5 e 7 pessoas, em comparação com Minas Gerais.

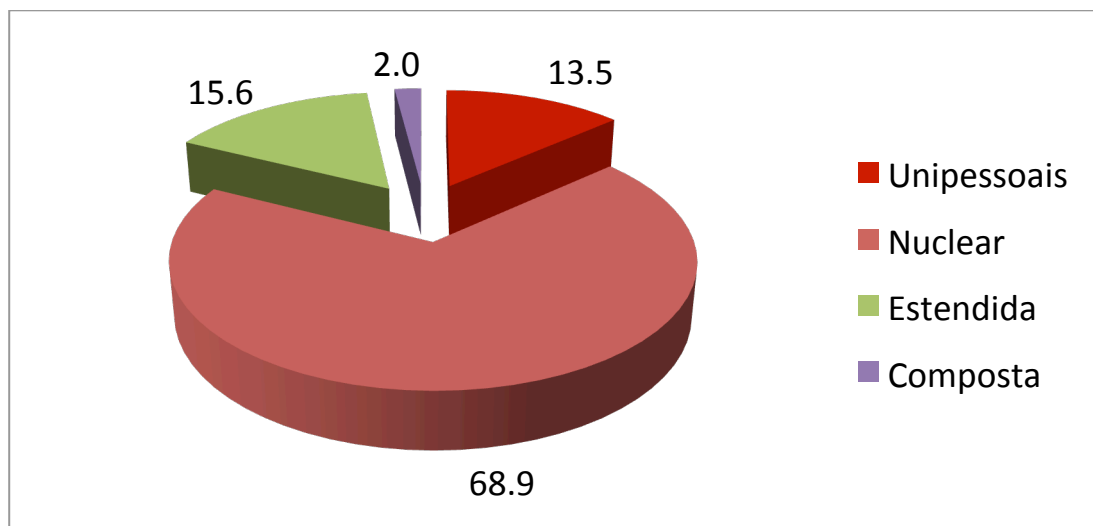
Figura 1 – Domicílios, segundo número de moradores (%) – Nova União, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Como pode ser visto na Figura abaixo, a grande predominância das unidades domésticas no município é do tipo nuclear (responsáveis e seus filhos), sendo menos presentes as unidades estendidas (com outros parentes), unipessoais (apenas um morador) ou compostas (parentes e outros moradores não parentes).

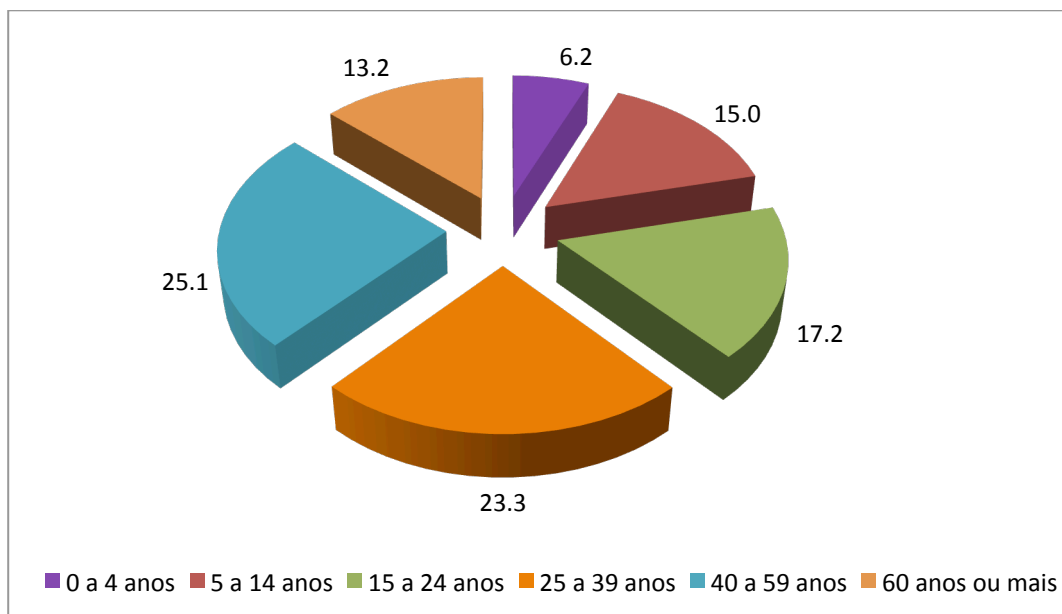
**Figura 2 – Unidades domésticas, segundo tipo (%) – Nova União, 2010**



**Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

Ao se analisar a distribuição da população nova-uniense por faixas etárias (ver a próxima Figura) é possível perceber que 38,4% dos moradores de Nova União estão situados nas faixas etárias até 24 anos, apontando para a grande demanda de políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e jovens, seja na área da saúde, da educação, da assistência ou, na última faixa etária citada, da geração de trabalho e renda.

**Figura 3 – População residente, segundo faixa etária (%) – Nova União, 2010**

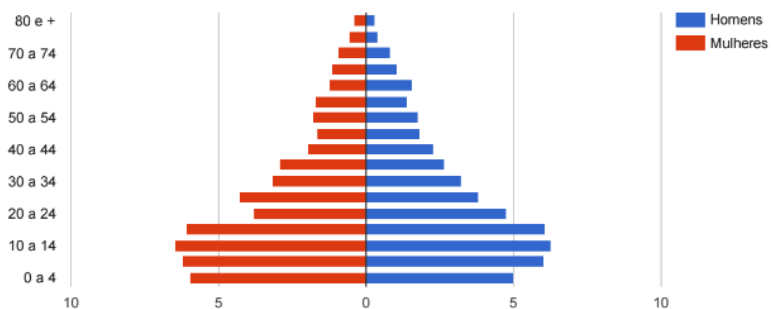


**Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

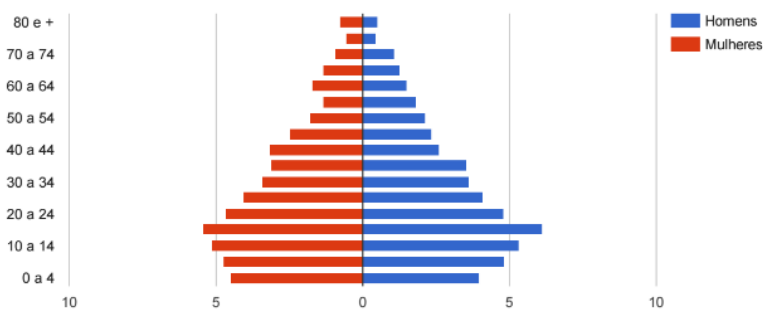
Por outro lado, a análise da evolução da população no tempo, conforme Figura a seguir, permite afirmar que, assim como o restante do país, Nova União vem apresentando um processo de envelhecimento de sua população. Nesse sentido, realça a redução do percentual de pessoas nas faixas etárias inferiores, em paralelo à ampliação das faixas médias e superiores de idade. Tal processo, por sua vez, aponta para a necessidade de atendimento das políticas sociais voltadas para a terceira idade, bem como para a oferta de trabalho a contingentes cada vez maiores de jovens e adultos.

**Figura 4– População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Nova União, 1991 / 2010**

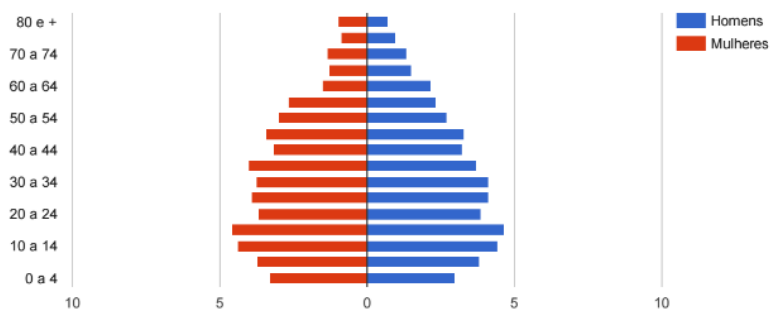
**1991** Pirâmide etária - Nova União - MG  
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade



**2000** Pirâmide etária - Nova União - MG  
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade



**2010** Pirâmide etária - Nova União - MG  
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

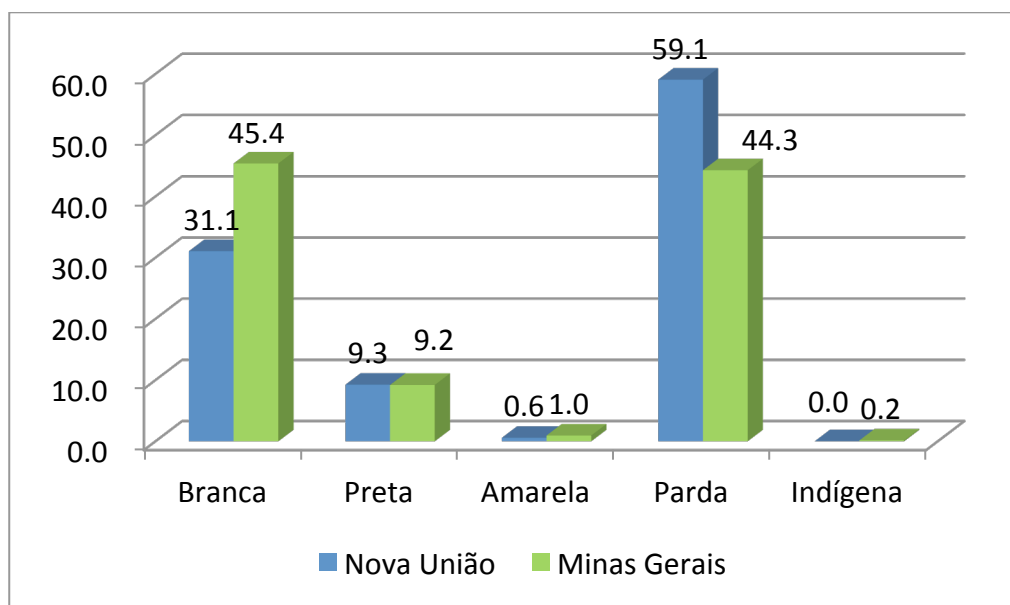


**FONTE: IBGE, Censos Demográficos 2000/ 2010.**

Em relação ao sexo da população, 50% são mulheres, seguindo o padrão mineiro (50,8%) mas abaixo da média da RMBH (52%) e mesmo da média nacional (51% no Censo 2010).

Ao se analisar o perfil da população residente segundo cor ou raça declarada (Figura a seguir), é possível perceber que em Nova União a população que se autodeclara parda ultrapassa a metade dos residentes (59,1%), inclusive em percentuais acima da média estadual. Em segundo lugar estão aqueles que se autodeclararam brancos (31,1% em Nova União e 45,4% em Minas Gerais). Nas demais categorias os percentuais locais são equiparáveis aos estaduais.

**Figura 5– População residente, segundo cor ou raça declarada (%) – Nova União, 2010**

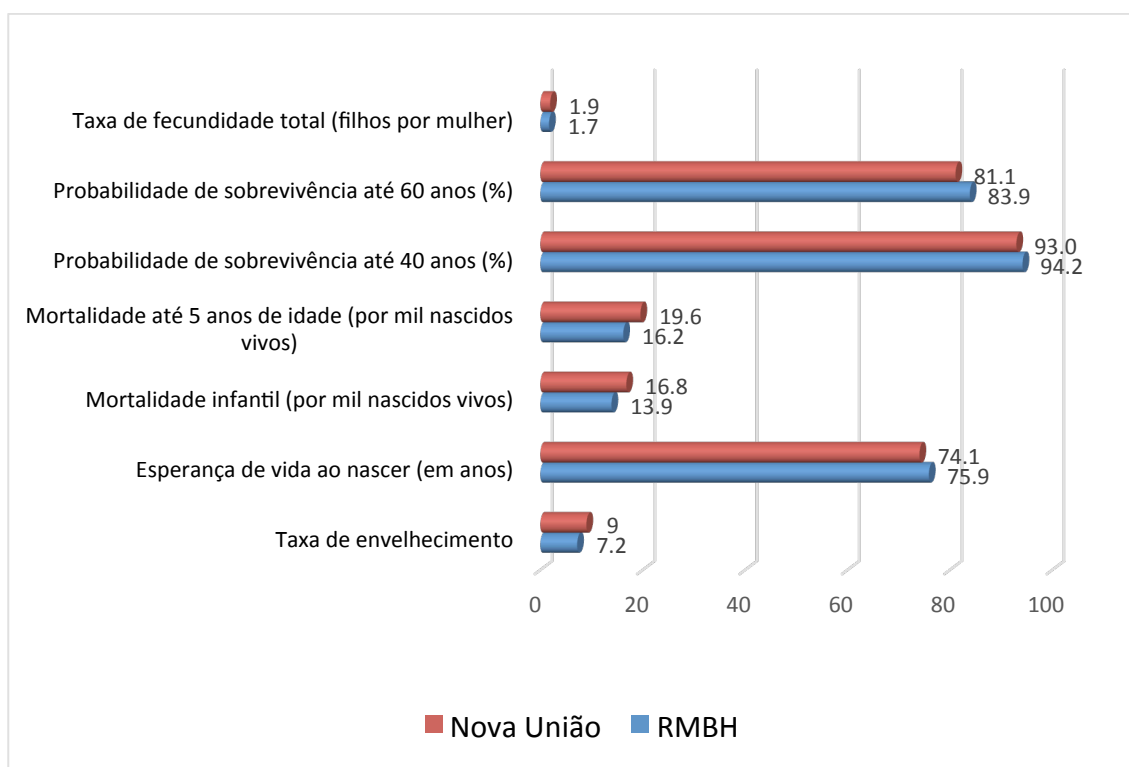


**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

Para finalizar a caracterização demográfica do município, é importante avaliar indicadores de fecundidade, mortalidade e esperança de vida, além de outros apresentados na Figura a seguir. O que se vê é que o município apresenta, em comparação com a média regional, situações semelhantes em todos os quesitos, porém com pequenas diferenças percentuais que são indicativas de sua situação e tendências demográficas.

De um lado, vê-se que sua população apresenta menor esperança de vida ao nascer e menor probabilidade de sobrevivência (tanto até os 40 quanto até os 60 anos). De outro tem maiores taxas de mortalidade infantil (até um ano) e mortalidade até 5 anos de idade, o que são considerados indicativos de pior qualidade de vida e apontam a necessidade de atuação das políticas públicas na oferta de serviços e atendimento aos cidadãos situados nos dois polos da pirâmide etária.

**Figura 6– Indicadores demográficos selecionados – Nova União, 2010**

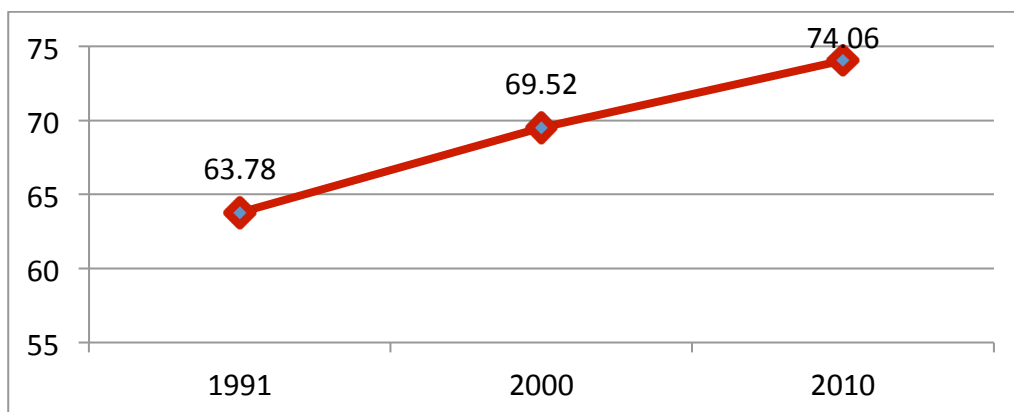


**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

É importante considerar, entretanto, ao se avaliar a série histórica do município, que a situação vem melhorando ao longo das últimas décadas em todos os indicadores. Nesse sentido, a Esperança de vida da população nova-uniense ao nascer aumentou em 9,3 anos desde 1991, enquanto a mortalidade infantil diminuiu de 42,38 óbitos por mil nascidos vivos para 16,8 óbitos por mil nascidos vivos. Já a mortalidade até 5 anos de idade diminuiu de 55,4/1000NV

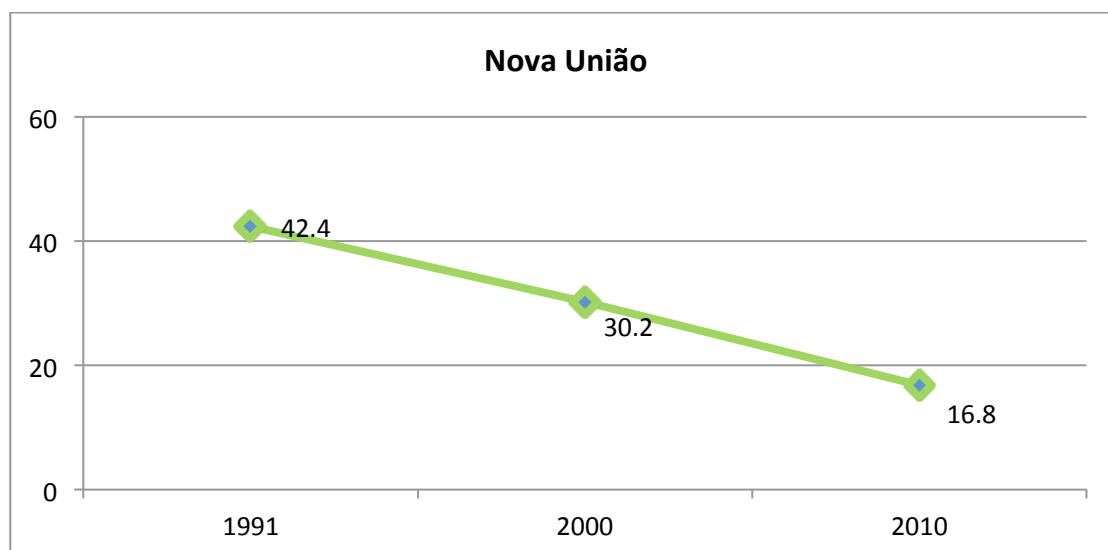
para 19,5/1000NV. As duas taxas e sua evolução estão apresentadas nas Figuras que se seguem.

**Figura 7 – Esperança de vida ao nascer (em anos) – Nova União, 1991/2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

**Figura 8 – Mortalidade infantil (por mil Nascidos Vivos) – Nova União, 1991/2010**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

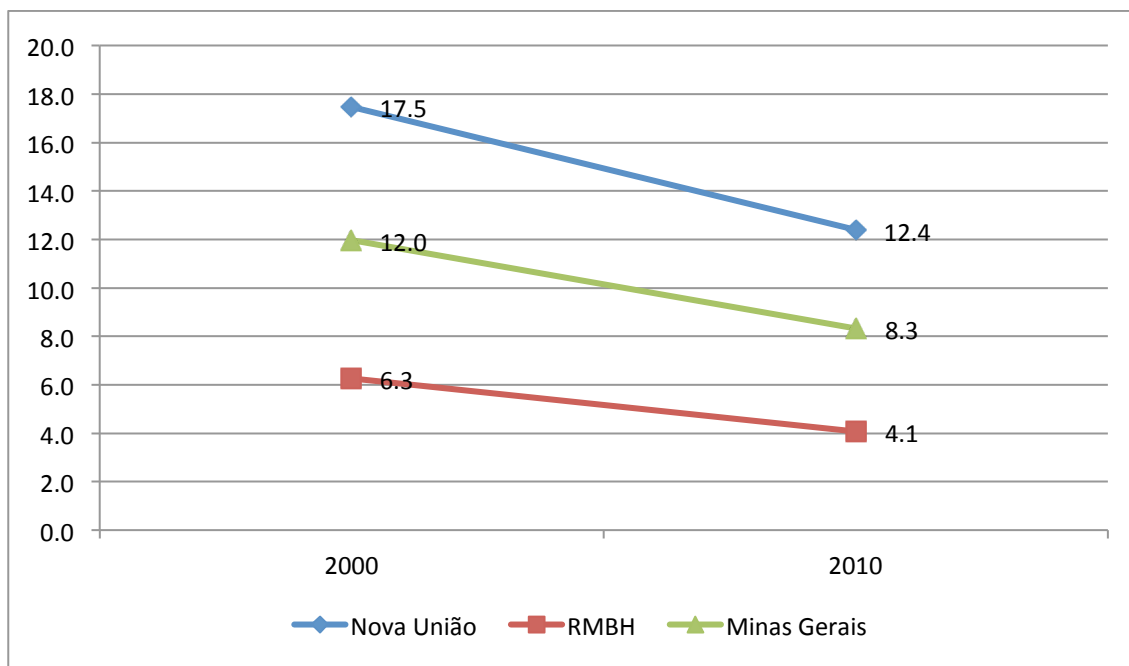


### **3.2 Condições sociais e de desenvolvimento humano**

Em linhas gerais, vê-se que nos últimos 20 anos, de maneira semelhante ao que vem sendo verificado no Brasil como um todo, o município de Nova União tem apresentado melhorias relevantes em seus indicadores sociais e de desenvolvimento humano. A seguir, serão apresentados alguns destes indicadores, de forma a permitir uma análise da situação do município e indicar o panorama social que aparece como pano de fundo para a revisão do Plano Diretor municipal.

No que é relativo aos indicadores educacionais, em primeiro lugar é fundamental destacar que a série histórica mostra um processo contínuo de redução do analfabetismo nos município e demais territórios analisados, conforme pode ser visto na Figura a seguir. Entretanto, em 2010 vê-se que Nova União ainda apresenta taxa de analfabetismo de 12,4% entre as pessoas de 15 anos ou mais, situação pior do que a média mineira e da RMBH.

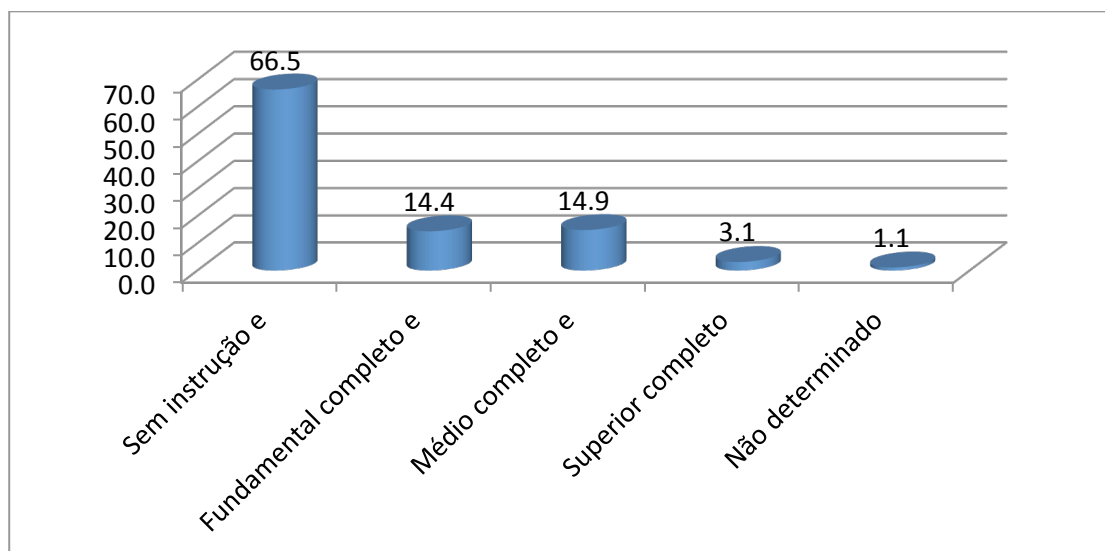
**Figura 9- Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (%) – Nova União, 2000/2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

A Figura que se segue traz o nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade, onde é possível visualizar que ainda são maioria os nova-unienses que não possuem instrução, ou possuem no máximo o ensino fundamental incompleto, mais de 66% da população.

**Figura 10– Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%) – Nova União, 2010**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

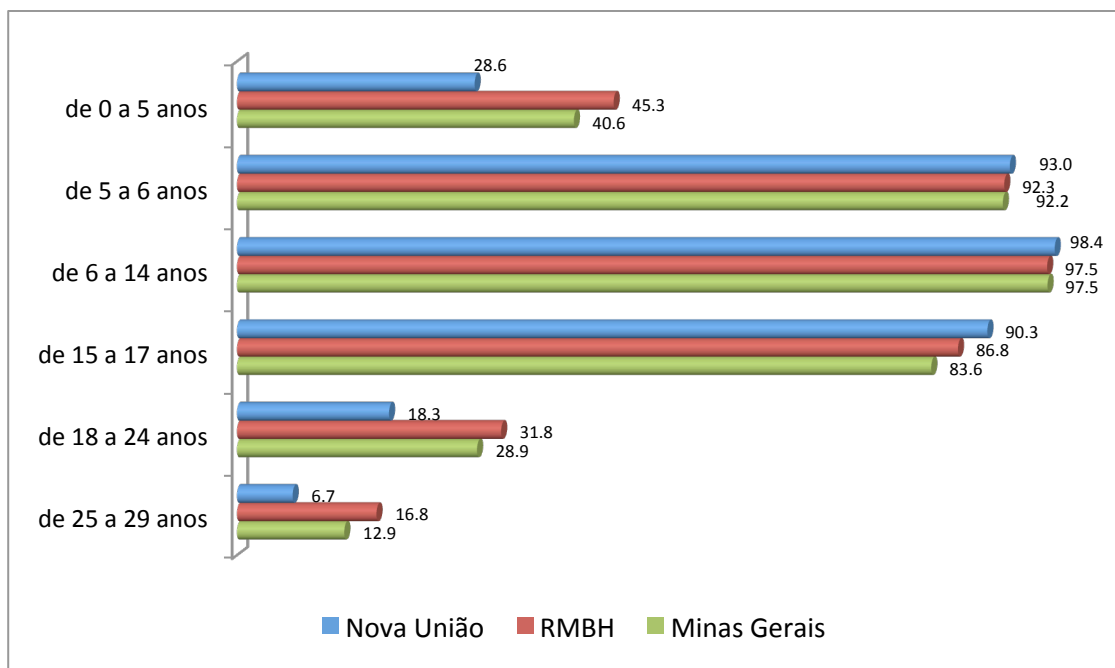
Entretanto, é possível afirmar que tal situação já foi pior e encontra-se em processo de melhoria, conforme foi apontado pelo PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. De acordo com tal fonte, nos últimos anos tem havido gradativa expansão da escolaridade da população maior de 25 anos em Nova União, ampliando-se os percentuais de pessoas com nível médio e superior no município entre 1991 e 2010.

Também tem se ampliado no município o percentual de crianças, adolescentes e jovens, nas diversas faixas etárias, que se encontram frequentando a escola.

Como pode ser visto na Figura a seguir, no ano de 2010 apresentava maior percentual da população frequentando a escola nas faixas etárias de 5 até 17 anos, em comparação com a média do estado e da Região Metropolitana. Entretanto, vê-se que a educação de jovens adultos é deficitária em Nova União, com menores percentuais de pessoas acima de 18 anos frequentando a escola. Também junto aos menores de 5 anos de idade havia carências, visto que menos de 29% dos nova-unienses estavam atendidos com o ensino

infantil, parcela esta de mais de 45% na RMBH. Tal dado aponta para a necessidade no município de atendimento através da implantação de creches e pré-escola.

**Figura 11 - Frequência à escola, segundo faixa etária (%) – Nova União, 2010**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

Em direção oposta ao esperado e necessário no município, o Quadro que segue aponta traz que houve decréscimo nos últimos anos no número de crianças atendidas no ensino infantil e fundamental na rede municipal de Nova União.

**Quadro 2– Matrículas na rede municipal, segundo nível – Nova União, 2012/2014**

Nível de ensino	Matrículas 2012	Matrículas 2014	Matrículas 2015	Crescimento 2012/2014 (%)
Ensino Infantil	172	161	143	-16%
Ensino Fundamental	905	912	882	-2.5%
Total Geral	1077	1043	1025	-4.82

**Fonte: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>**

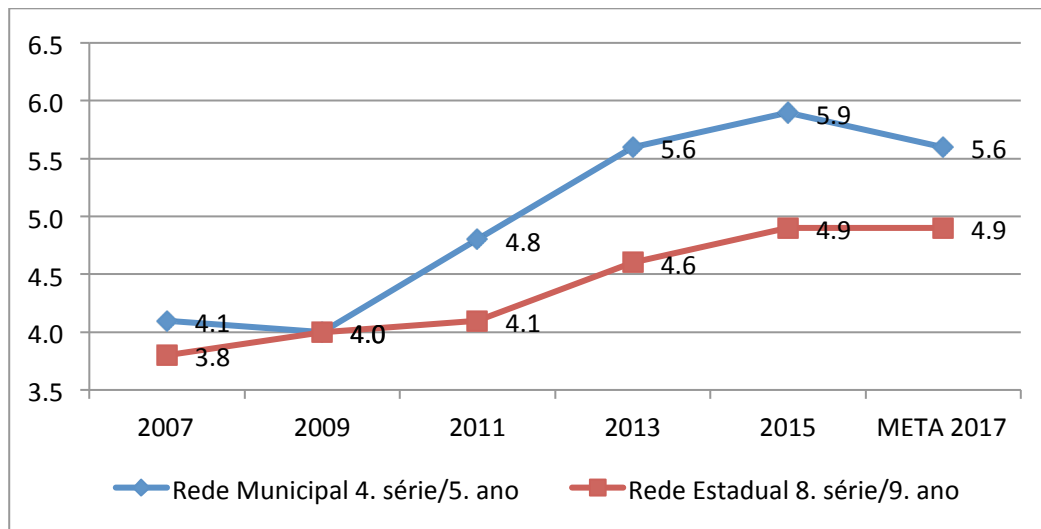
Finalizando a temática da educação e sua contribuição para o item condições de vida, apresenta-se a seguir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB para ensino fundamental – anos iniciais e anos finais. O IDEB é um indicador sintético que combina informações de desempenho na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb com informações sobre rendimento escolar (aprovação)<sup>1</sup>.

Apesar das fragilidades apontadas, é possível perceber na Figura abaixo que tem havido crescimento do IDEB em Nova União, tanto no que é relativo aos anos finais (8/9 ano) da rede estadual quanto para os anos iniciais (4/5 ano) atendidos pela rede municipal. Em ambas as instâncias o município apresenta índices que já superam a meta prevista para 2017.

---

<sup>1</sup> O IDEB varia numa escala de 0 a 10. O objetivo nacional, segundo o MEC, é que o Brasil conquiste 6 pontos no Ideb da primeira etapa do Ensino Fundamental até 2022. Essa nota é equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2005, primeiro dado disponível (e anterior à criação do Ideb, em 2007), a nota do Brasil para essa etapa do ensino era 3,8.

**Figura 12– IDEB – Nova União, 2007/2015**



**FONTE: INEP, 2015.**

Por outro lado, as fragilidades no que se refere à educação no município refletem diretamente em seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, um dos índices mais completos utilizados para analisar a situação dos territórios.

Tal instrumento foi adaptado para os municípios a partir da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - ONU / PNUD para todos os países do mundo. Este índice - que varia entre 0 e 1, com melhor situação quanto mais próximo de 1 está um território<sup>2</sup> - mede o grau de desenvolvimento humano de países, estados e municípios, a partir de três dimensões principais, apresentadas no quadro abaixo.

<sup>2</sup> IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano.

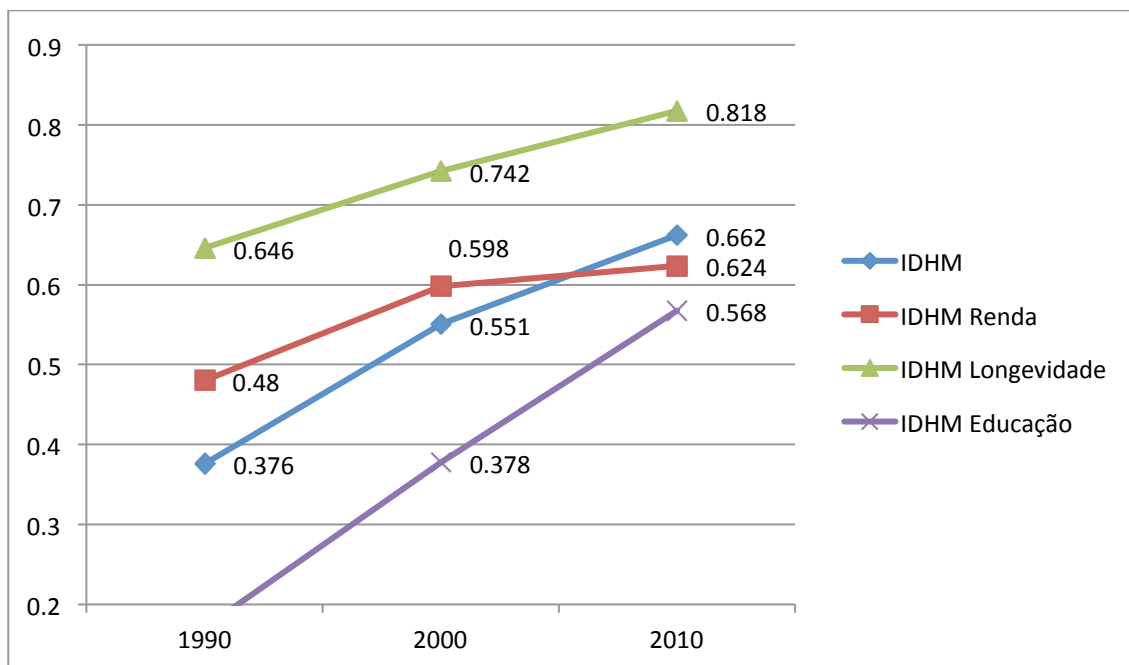
**Quadro 3 – Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores**

<b>Dimensões / eixos</b>	<b>Principais componentes / indicadores</b>
Renda (padrão de vida)	Renda per capita da população
Educação (acesso ao conhecimento)	Escolaridade da população adulta Fluxo escolar da população jovem
Longevidade (vida longa e saudável)	Expectativa de vida ao nascer

**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

A Figura que se segue apresenta a evolução das três dimensões do IDH-M em Nova União, indicando que o município tem mostrado melhorias desde os anos de 1991 em todos os índices, mas que a educação continua sendo o pior desempenho na localidade.

**Figura 13– Evolução do IDHM – Nova União, 1991/2010**

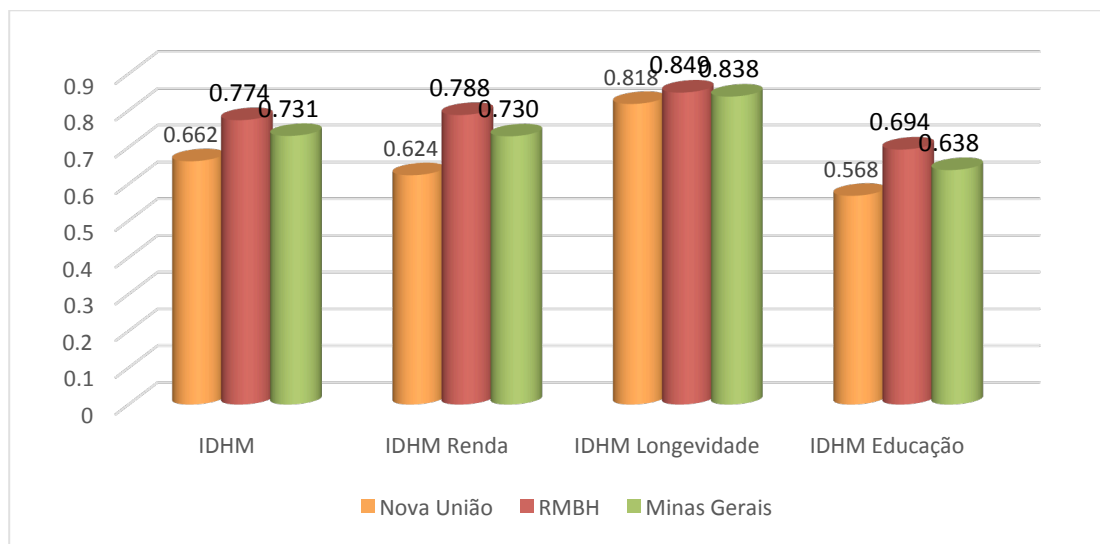


**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Finalizando a análise dos indicadores sociais, é possível afirmar que o município, hoje, apresenta maior grau de desenvolvimento humano do que alguns anos atrás, porém ainda abaixo do de Minas Gerais e da RMBH, em especial no que se refere à renda e à educação.



**Figura 14 – IDHM, segundo dimensões – Nova União, 2010**

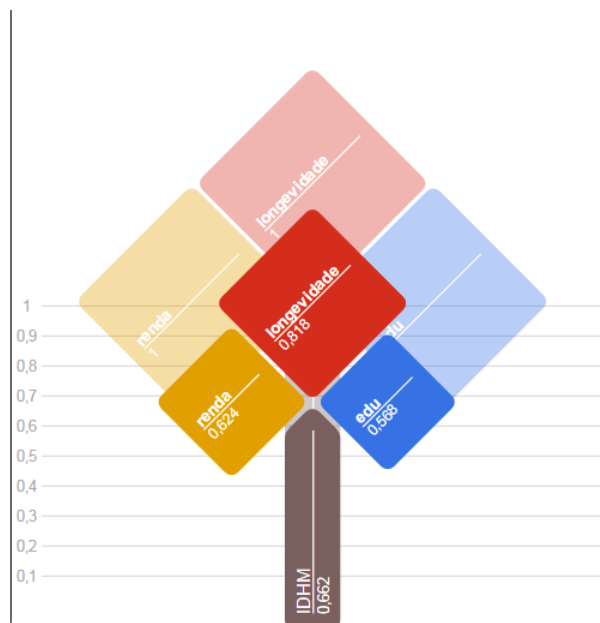


**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Considerando seu IDHM, classificado como Médio, Nova União ocupa a 2.846<sup>a</sup> posição entre os 5.565 municípios brasileiros e a 474<sup>a</sup> entre os 853 municípios mineiros. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul - SP) e o menor é 0,418 (Melgaço - PA).

A árvore do IDHM (apresentada pela figura abaixo) mostra que o município ainda tem investimentos a fazer para alcançar a situação ideal.

**Figura 15 – Árvore do IDHM – Nova União, 2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

### **3.3 Vulnerabilidade social**

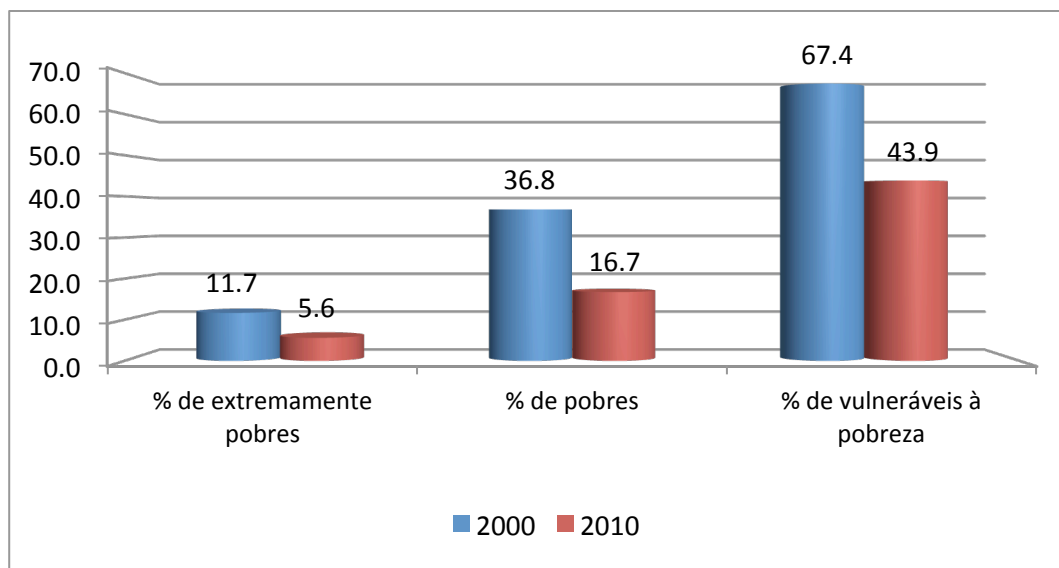
Após conhecer o contexto municipal e analisar sua conjuntura do ponto de vista dos indicadores demográficos e de desenvolvimento humano, traz-se então um olhar sobre a vulnerabilidade social em Nova União. Um dos primeiros elementos a se avaliar para conhecer a situação de vulnerabilidade das famílias nova-unienses diz respeito aos rendimentos e à pobreza<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> De acordo com os critérios adotados pelo Governo Brasileiro, são consideradas extremamente pobres as famílias que têm renda per capita familiar abaixo de R\$ 85 mensais (valores atualizados para 2017); pobres são as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; e vulneráveis à pobreza as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo.

Nos últimos anos o município viu sua situação melhorar, como está apresentado na Figura que segue, mas ainda apresenta elevado percentual de população vulnerável á pobreza.

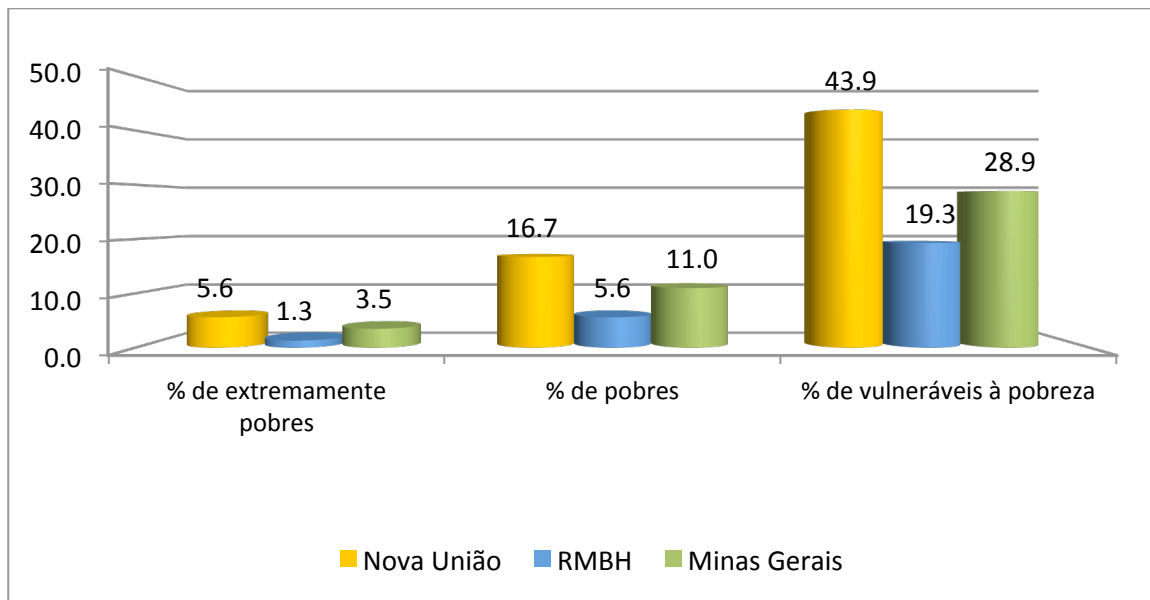
**Figura 16 – População segundo situação de pobreza (%) – Nova União, 2000/2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Em comparação com Minas Gerais e a RMBH, a situação de Nova União é mais delicada, visto que em 2010 o percentual de extremamente pobres e de pobres era maior que o do Estado e da Região (ver Figura a seguir). Quando se fala em população vulnerável a pobreza esse número é ainda mais alarmante, indicando a urgência de se implantar políticas e programas que promovam a melhoria de renda e a redução da vulnerabilidade na localidade.

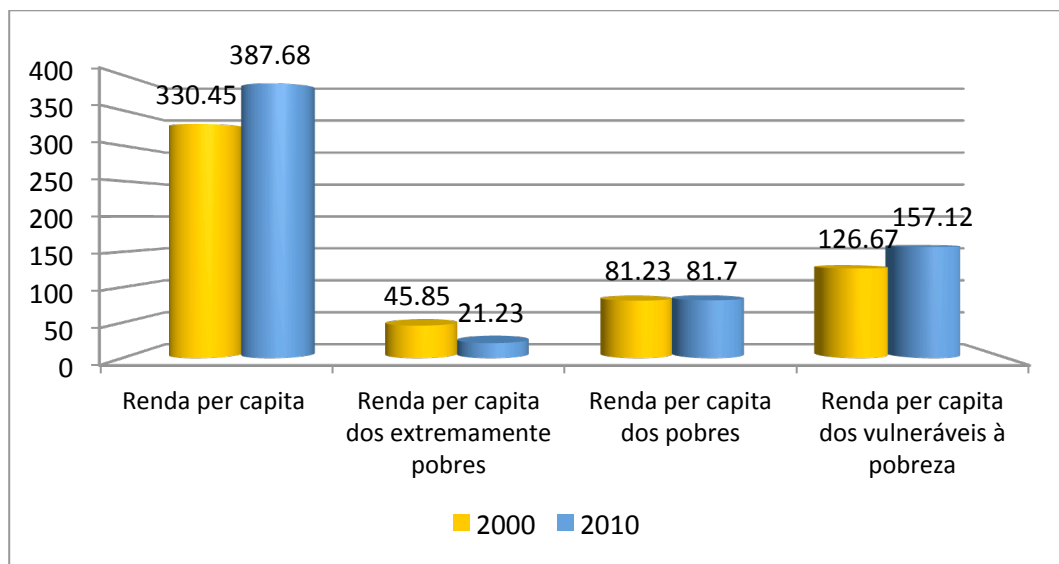
**Figura 17 - População segundo situação de pobreza (%) – Nova União, 2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Como se apresenta na próxima Figura, a renda domiciliar per capita média em Nova União vem mostrando evolução na última década, mas ao se analisar as populações vulneráveis é possível perceber que a precariedade de renda vem se mantendo ou se ampliando, bem como as desigualdades internas na distribuição dos rendimentos. Em 2010, a renda per capita no município era de R\$ 387,68, enquanto a dos extremamente pobres era de R\$ 21,23; a dos pobres era de R\$ 81,70 e a dos vulneráveis à pobreza era de R\$ 157,12.

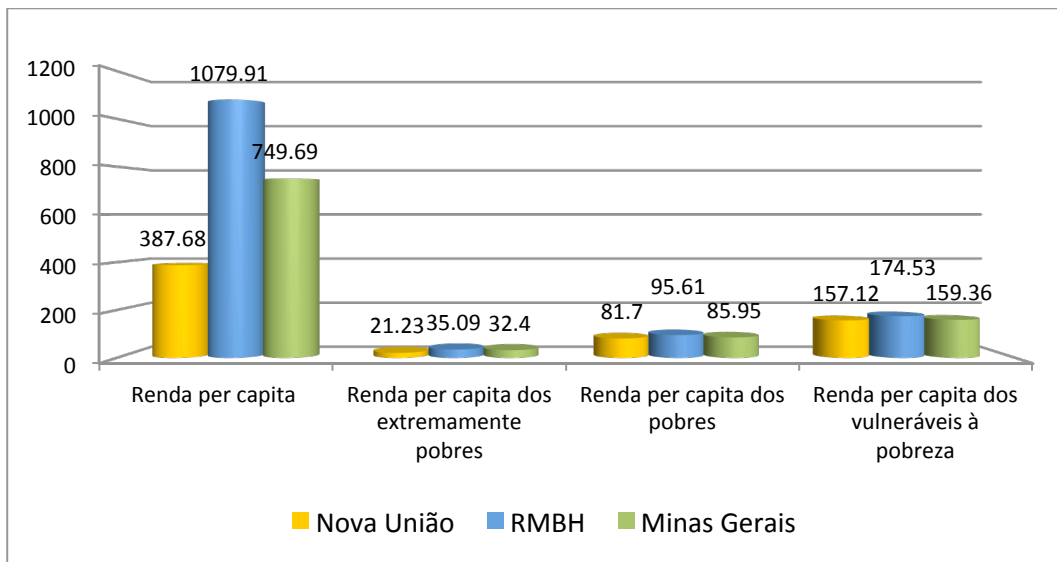
**Figura 18 – Renda domiciliar média per capita (em R\$) – Nova União, 2000/2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Em comparação com o Estado e a Região Metropolitana, vê-se que Nova União apresenta pior situação em todas as categorias, conforme expresso na Figura abaixo.

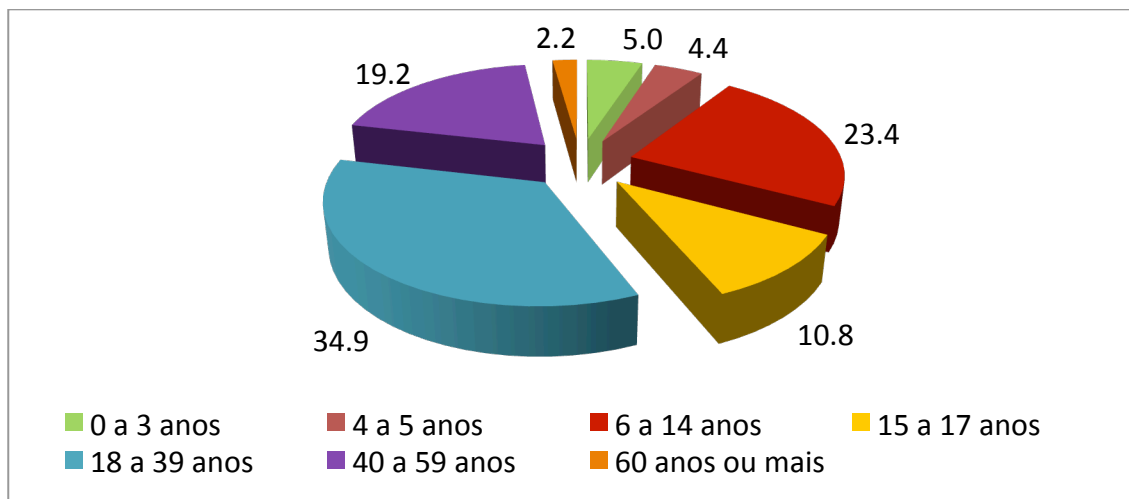
**Figura 19 - Renda domiciliar média per capita (em R\$) – Nova União, 2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

O Censo 2010 apurou que do total de pessoas em extrema pobreza mais da metade (52%) são mulheres e 2,5% são portadores de deficiências. A Figura abaixo mostra a faixa etária da população em situação de extrema pobreza, realçando quase 44% de crianças e adolescentes.

**Figura 20– População em situação de extrema pobreza, segundo faixa etária (%) – Nova União, 2010**



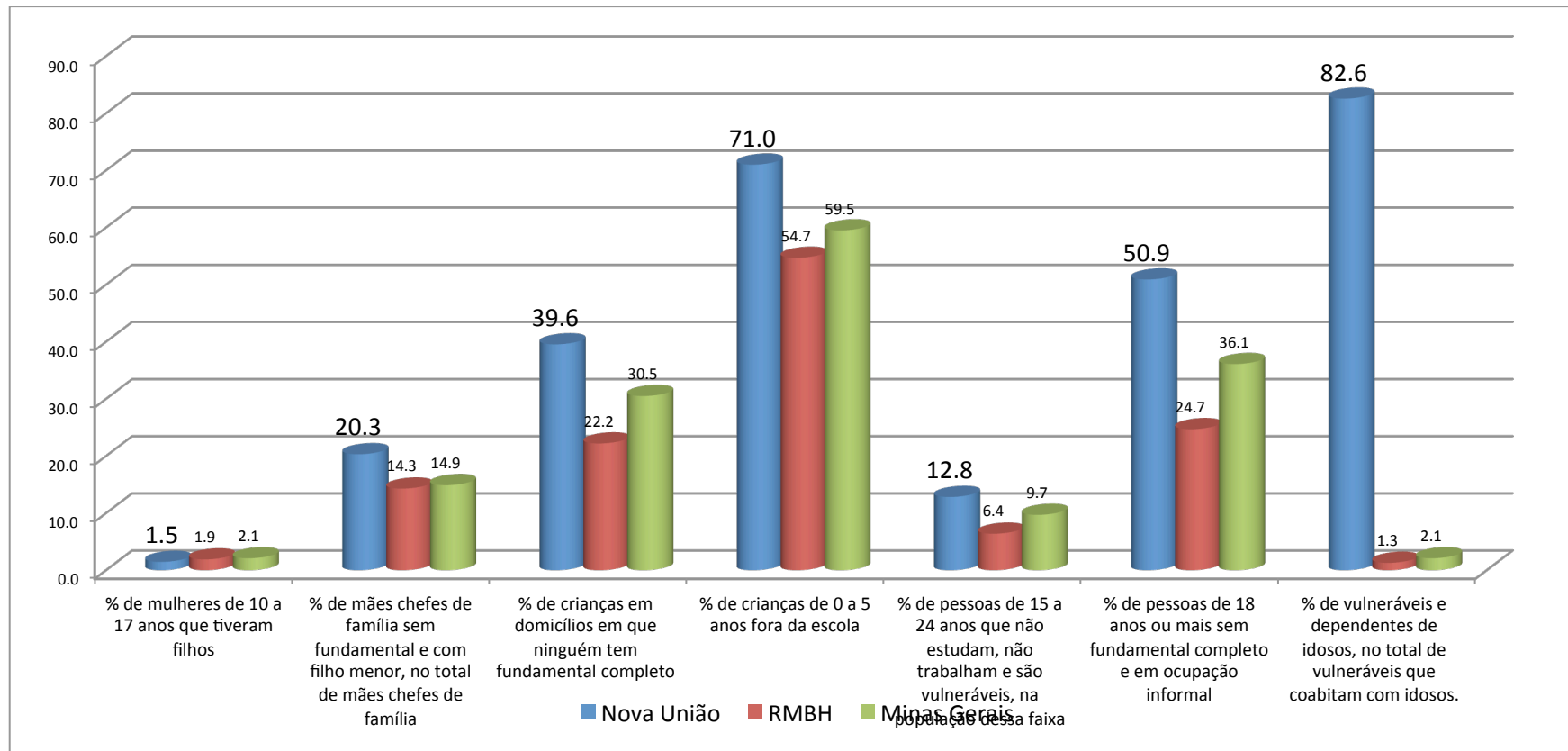
**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010**

Outras características importantes devem ser destacadas quando se avalia a vulnerabilidade das famílias. Uma delas diz respeito ao perfil dos chefes de domicílio. Em Nova União, vê-se que 26% dos domicílios eram chefiados por mulheres em 2010.

Quando se apura que, a exemplo do ocorrido em praticamente todo o país, o rendimento nominal médio das mulheres de Nova União é cerca de 20% menor do que a dos homens (R\$ 580,00 e R\$ 740,00, respectivamente), percebe-se o quão vulnerável estão estas famílias. A escolaridade das mães chefes de família também é um fator agravante, visto que 20,3% delas não têm ensino fundamental e ainda têm filhos menores de idade.

Esta e outras vulnerabilidades associadas estão apresentadas na Figura a seguir.

**Figura 21– Vulnerabilidades associadas (%) – Nova União, 2010**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010**



Ao se comparar a situação local com a região e o estado realçam, entre outros elementos importantes, além da precariedade do acesso à escola pelos menores de 5 anos, antes analisado, o percentual de 50,9% de pessoas de 18 anos ou mais que não possuem o ensino fundamental completo e que se encontravam em ocupação informal à época do Censo. Também realça que no total de vulneráveis que coabitam com idosos, 82,6% deles são dependentes destes idosos.

Todos os indicadores acima mencionados, além de outros apresentados ao longo do diagnóstico, podem ser consolidados no chamado Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. Este é um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, que mede, para além da insuficiência de renda, indicadores de exclusão social, pobreza multidimensional e vulnerabilidade social. O valor do IVS varia entre 0 e 1, sendo maior a vulnerabilidade quanto mais próximo de 1 estiver a situação do indicador<sup>4</sup>. Foi elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, sobre dados do Censo 2010 e é considerado um parâmetro importante e válido para todos os municípios brasileiros.

O Quadro a seguir traz suas principais dimensões de análise e indicadores componentes.

---

<sup>4</sup> Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

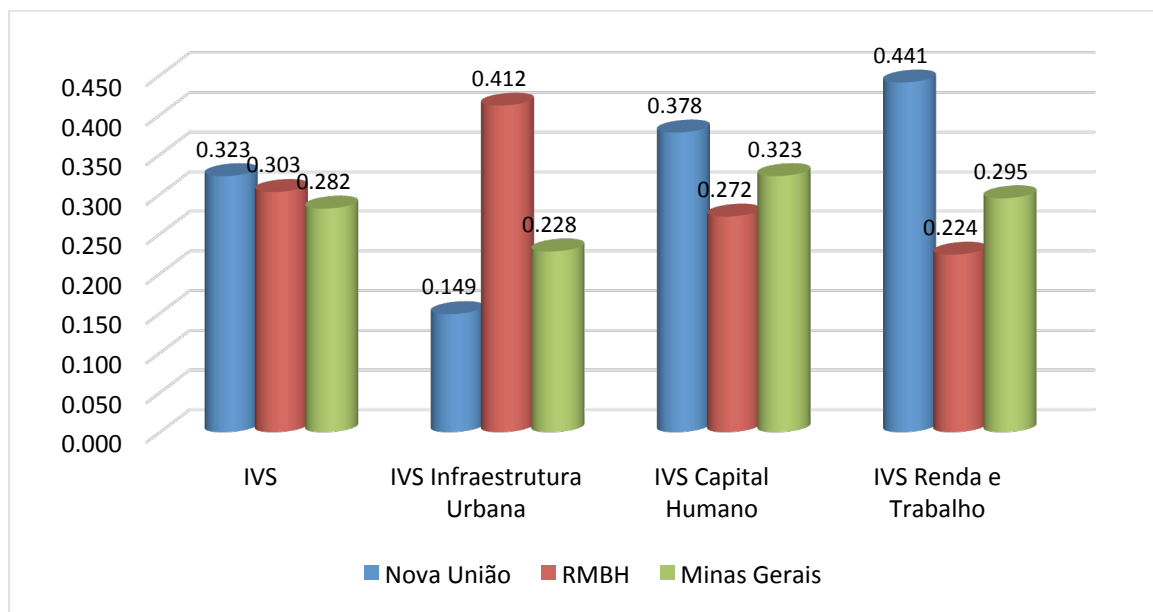
**Quadro 4 – Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes**

<b>Dimensões / eixos</b>	<b>Principais componentes / indicadores</b>
Infraestrutura Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abastecimento de água</li> <li>Esgotamento sanitário</li> <li>Coleta de lixo</li> <li>Tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda</li> </ul>
Capital Humano	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mortalidade infantil</li> <li>Crianças e jovens fora da escola</li> <li>Mães precoces</li> <li>Mães chefes de família com baixa escolaridade</li> <li>Baixa escolaridade entre os adultos</li> <li>Presença de jovens que não trabalham e não estudam</li> </ul>
Renda e Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>Renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo</li> <li>Insegurança de renda: desocupação de adultos; ocupação informal de adultos pouco escolarizados; dependência com relação à renda de pessoas idosas; presença de trabalho infantil</li> </ul>

**FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.**

A figura abaixo traz o IVS segundo dimensões, comparando-se Nova União com a média da RMBH e do Estado. Como apresentado nos capítulos anteriores, em praticamente todos os quesitos avaliados a situação de Nova União é inferior do que a média mineira e regional. Nesse sentido, era esperado que o município apresentasse maiores índices de vulnerabilidade nas diversas dimensões. A única dimensão em que a situação do município é mais favorável é em relação à infraestrutura urbana.

**Figura 22– Comparativo IVS, segundo dimensões (%) – Nova União, 2010**



**FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.**

### **2.3.1. Cadastro único, Bolsa família e transferência de renda**

Buscando superar a extrema pobreza no país, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria, tendo como público prioritário as pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 85 por pessoa (valor atualizado para 2017). As famílias em tal situação devem ser cadastradas pelas administrações municipais no chamado Cadastro Único - CadÚnico, a partir do qual são acompanhadas e recebem benefícios diversos e têm acesso a serviços socioassistenciais e de formação profissional e geração de trabalho e renda.

Serão apresentadas a seguir as principais informações relativas ao município de Nova União, segundo os boletins "O Brasil sem miséria no seu município" (maio de 2016) e "Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município" (março de 2017).

De acordo com os registros de fevereiro de 2016 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2016 do Programa Bolsa Família, o município tinha:

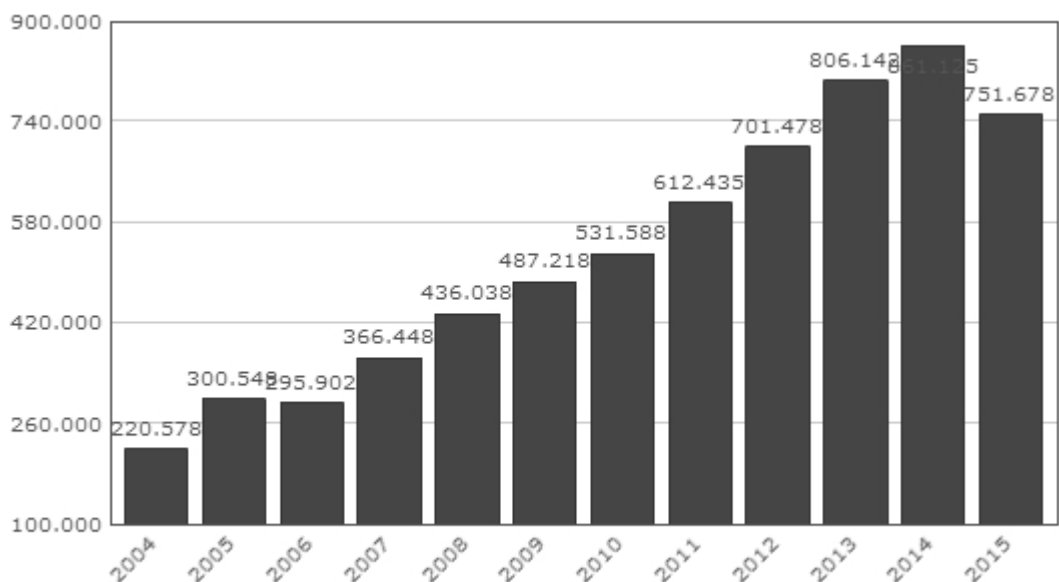
- 744 famílias registradas no Cadastro Único;
- 303 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (11,3 % da população do município).

Já os dados para 2017 apontam que há 414 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que equivalem a aproximadamente 19,2% da população total do município. O relatório aponta que

a cobertura do programa é de 54,62% em relação à estimativa de pobreza do município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município está abaixo da meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. A gestão também deve atentar para a manutenção da atualização cadastra dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido.

A figura abaixo mostra a evolução dos valores repassados pelo Programa Bolsa Família em Nova União entre 2004 e 2015, que se apresentam crescentes em todo o período, exceto no último ano avaliado.

**Figura 23 Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família (em R\$) – Nova União, 2004 / 2015**



**FONTE: CECAD MDS, 2015.**

Os valores mais atualizados (repasse mensal) estão expressos no Quadro a seguir, chegando a fevereiro de 2017 com R\$ 75.171,00 transferidos às famílias do Programa, com benefício médio de R\$ 181,57 por família.

**Quadro 5 - Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família (em R\$) – Nova União  
- março 2016 / fevereiro 2017**

Mês	Qtd famílias	Valor
fevereiro de 2017	414	R\$ 75.171,00
janeiro de 2017	411	R\$ 73.560,00
dezembro de 2016	421	R\$ 76.217,00
novembro de 2016	423	R\$ 76.189,00
outubro de 2016	428	R\$ 76.917,00
setembro de 2016	428	R\$ 76.692,00
agosto de 2016	420	R\$ 75.131,00
julho de 2016	419	R\$ 74.758,00
junho de 2016	394	R\$ 62.291,00
maio de 2016	407	R\$ 64.537,00
abril de 2016	410	R\$ 64.296,00
março de 2016	411	R\$ 64.394,00

**Fonte: MDSA, Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, março de 2017**

Por fim, vale destacar que Nova União tem cumprido satisfatoriamente o acompanhamento das condicionalidades do PBF, que são ligadas à saúde e à educação. As principais condicionalidades para recebimento do benefício são: crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura; gestantes precisam fazer o pré-natal; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês; e jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Conforme constante no Relatório do Programa Bolsa Família, em Nova União 504 crianças e jovens de 6 a 17 anos precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas 478. Portanto, 94,8% das crianças e jovens de 6 a 17 anos beneficiários do Programa tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período. A média nacional é de 92,6% de acompanhamento na educação. O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar muito bom, acima da média nacional.

Na área da Saúde, 364 famílias foram acompanhadas no último semestre. As famílias que devem ser acompanhadas na saúde são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 315 famílias, o que corresponde a um atendimento de 86,5%. A média nacional de acompanhamento na saúde é de 78,3%.

### **3.4 Organização social e associativismo**

Apresenta-se a seguir um panorama preliminar da organização social em Nova União, considerando-se os seguintes aspectos:

- Entidades, associações, ONGs e fundações ativas no município, nas mais diversas áreas de atuação;
- Conselhos de políticas públicas e controle social.

Considera-se que tais informações são primordiais no processo de revisão do Plano Diretor, pois é através do conhecimento e fortalecimento do capital social de um município que se consegue ampliar os processos de participação e efetiva influência da população na tomada de decisões relativas a seu território.

Durante os trabalhos de campo realizados pela equipe Lumes no projeto do Macrozoneamento, foram identificadas algumas entidades e instituições, algumas das quais se encontram desativadas atualmente.

No trabalho com o Grupo de Acompanhamento em 2017 foram levantadas uma série de entidades, especialmente ligadas à Assistência Social, apresentadas no Quadro que se segue, cujas informações específicas serão posteriormente detalhadas na fase de diagnóstico.

**Quadro 6- Entidades e instituições ativas em Nova União**

<b>Nome</b>	<b>Localização</b>	<b>Área de atuação</b>
Grupo de idosos Feliz Idade	Rua Antonieta Cláudio, 100 – Bom Pastor – Nova União/MG	População de terceira idade do município
UNICICLA – Associação de Reciclagem de Nova União	Rua Flor da Serra, Nº 46 , Bairro Rosário	Meio Ambiente; Reciclagem; geração de renda
Associação dos Produtores de Nova União – APRANU	Estrada Nova União, entroncamento de Altamira e Córrego da prata, chamado de Barracão do Produtor	Comercialização de produtos agrícolas (banana)
Grupo Sempre Unidos de Alcoólicos Anônimos – AA	Praça Figueiredo Neves, s/n	Ajuda mútua para combate ao alcoolismo
Grupo União de Nova União de Alcoólicos Anônimos - AA	Não informado	Ajuda mútua para combate ao alcoolismo
Grupo Felicidade de Alcoólicos Anônimos –AA	Rua José de Ramos, 01	Ajuda mútua para combate ao alcoolismo
Associação Comunitária do Carmo - ASCOCA	Não informado	Defesa de Direitos, Atividades Esportivas
Associação MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Não informado	Defesa de direitos, produção agrícola
Associação Zezé de Dora	Não informado	Defesa de direitos, prática esportiva
Assentamentos do MST	Assentamento João Pedro Teixeira (295 hectares e 16 famílias)  E Assentamento Ho Chi Minh (1500 hectares e 37 famílias)	



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017**

O Quadro abaixo, por sua vez, apresenta os Conselhos de Políticas públicas previstos em Nova União e suas respectivas legislações de criação. Vale destacar que a grande maioria encontra-se com as atividades paralisadas, ou não foram ainda efetivamente instituídos e/ou empossados.

**Quadro 7- Conselhos de políticas públicas - Nova União**

<b>Conselho</b>	<b>Tema central</b>	<b>Legislação que prevê</b>	<b>Legislação que institui</b>
Conselho Municipal do Plano Diretor - COMPLAD	Planejamento Urbano	Lei n 615/2006 - Plano Diretor	Lei n 615/2006 - Plano Diretor
Conselho Municipal do Meio Ambiente - CODEMA	Meio Ambiente	Lei n 615/2006 - Plano Diretor	Lei n 548 alterada pela Lei n 654/2009
Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Paisagístico de Nova União	Patrimônio	Lei n 615/2006 - Plano Diretor	Inexistente
Conselho Municipal de Saúde	Saúde	Lei n 615/2006 - Plano Diretor	Inexistente
Conselho Municipal de Educação	Educação	Lei n 615/2006 - Plano Diretor	Inexistente
Conselho Municipal de Saneamento Básico	Saneamento	Lei n 778/2015	Lei n 778/2015 alterada pela Lei n 814/2016

**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017**

Buscou-se atualizar informações sobre os Conselhos de Políticas Públicas efetivamente em atuação em Nova União, através de dados fornecidos pelo Grupo de Acompanhamento. Nesse sentido, apuraram-se os seguintes: Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Conselho Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Defesa do Meio ambiente – CODEMA; e Conselho Municipal de Educação.

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

## **4 CULTURA E PATRIMÔNIO**

### **4.1 Patrimônio Cultural**

No levantamento de informações para o Produto 4 foram utilizadas fontes de dados disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, Fundação João Pinheiro e pelos municípios. Esses dados correspondem aos bens culturais materiais e imateriais protegidos por tombamento nas escalas federal, estadual e municipal. Este levantamento será importante para se constituir na leitura imediata do patrimônio cultural protegido em cada Município.

Os dados relativos ao ICMS Patrimônio Cultural serão importantes, pois atendem a uma base de avaliação baseada em uma pontuação que qualifica o patrimônio cultural de cada Município de acordo com a constituição legal da política cultural local, da educação patrimonial, do inventário de bens, do tombamento e das áreas de proteção. Serão também levantadas em escala municipal as legislações pertinentes ao Patrimônio Cultural em vigor nos municípios, cujo conteúdo específico retrata o que foi institucionalizado. Com propósito similar serão identificados os fundos pertinentes à área de proteção do patrimônio cultural nos municípios.

As zonas específicas de proteção cultural, instituídas pela legislação vigente, foram também pesquisadas no âmbito do presente relatório.

#### **4.1.1 Bens Protegidos**

No que tange os bens protegidos no município de Nova União, estes são divididos, de acordo com a classificação do IEPHA/MG, em categorias de proteção, a saber:

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

- NH: Núcleos Históricos, Centros Históricos;
- CP: Conjuntos Paisagísticos Urbanos e Naturais;
- BI: Bens Imóveis - Estruturas Arquitetônicas isoladas;
- BM: Bens Móveis / Bens Móveis Integrados;
- RI: Registro Imaterial.

O dado mostra a relação de bens apresentados ao IEPHA-MG para o ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017. O Município encaminha para o instituto os dados pertinentes ou requeridos relativos ao seu patrimônio cultural e o instituto atualiza a listagem anualmente. O dado é importante por apresentar a categoria, a institucionalização legal (quando disponível) e o nível de proteção (federal, estadual ou municipal), além de se constituir em um dado atualizado dos bens protegidos..

**Quadro 8: Bens Protegidos do município de Nova União, 2017**

Município	N Decreto de Tombamento ou Registro	Denominação do Bem Cultural Tombado ou Edificado	Nível de Proteção	Categoria
Nova União	-	-	-	-

**Fonte: IEPHA-MG - DIRETORIA DE PROMOÇÃO DO IEPHA/MG - Gerência de Cooperação Municipal - Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 – exercício 2017**

Nova União não possui nenhum bem protegido em âmbito municipal, estadual e federal. Esse dado é crítico, pois reflete uma possível ausência de catalogação ou inventário do Patrimônio Cultural local. É possível que esse dado revele também que haja pouca expressividade no Município em relação ao Patrimônio Cultural local, porém deverá ser feita uma verificação sobre esse aspecto, pois é possível que haja necessidade de fortalecimento institucional para essa área temática em âmbito municipal.

#### 4.1.2 ICMS Patrimônio Cultural – Pontuação

A base para a pontuação tem levado em consideração os seguintes itens:

- Política cultural local - PCL;
- Educação patrimonial;
- Inventário de proteção do acervo cultural – planejamento e ações;
- Tombamento
- Ações de proteção.

**Quadro 9: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural**

Município	ICMS Exercício 2017	ICMS Exercício 2015	ICMS Exercício 2013
Nova União	-	-	-

Fonte: IEPHA/MG - 2017

O aumento ou diminuição da pontuação se refletirá diretamente nos repasses de ICMS, pois quanto maior a pontuação, maior é o repasse financeiro dado ao município, dentro dos critérios legais estabelecidos. O município de Nova União não apresenta nenhuma pontuação nos anos verificados e isso teve reflexo direto nos quadros de repasse do ICMS apresentados a seguir.

#### 4.1.3 ICMS Patrimônio Cultural – Repasse

Em 2002, primeiro ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o município de Nova União não obteve repasse de recursos.

**Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----------

-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: FJP/CEPP 2002

Em 2012, o Município aumentou os repasses de forma substancial. embora este dado esteja em discrepância com a pontuação apresentada pelo IEPHA/MG no mesmo ano para o exercício de 2013 que leva em consideração a pontuação do ano.

**Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
3.417,52	3.189,76	3.292,80	3.284,91	3.409,73	3.447,08	3.625,68	3.506,75	3.648,77	3.681,71	3.650,93	4.081,97	42.237,61

Fonte: FJP/CEPP 2012

Em 2016, o Município não recebeu nenhum repasse como mostra o quadro abaixo.

**Quadro 12: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FJP/CEPP 2016

Tal situação apontaria uma possível desarticulação institucional em relação à apresentação da base documental necessária à obtenção da pontuação e seu consequente acesso a recursos públicos. É importante ressaltar que os critérios de pontuação no ICMS - Patrimônio Cultural levam em consideração aspectos como a composição da Política Cultural Local e a capacitação de técnicos municipais ligados à área.

#### **4.1.4 Existência de inventário municipal de bens culturais**

O Inventário de bens relativos ao Patrimônio Cultural Municipal é importante para a identificação, registro, e controle do acervo cultural, pois nele estão contidas todas informações as informações necessárias sobre os bens culturais e suas características. Existe um padrão definido pelo IEPHA-MG para a realização do Inventário de bens, determinando a sua forma e conteúdo, sendo também importante sua realização para a pontuação no ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL, fonte onde foi extraída a verificação de sua realização. Essa informação é relevante, pois a realização do inventário pelo Município, contribui para o acervo de informações e mapeamento cultural na realização da revisão do Plano Diretor Local pois revela informações mais abrangentes sobre os bens protegidos.

O município de Nova União não apresentou o inventário dos bens protegidos ao IEPHA/MG em 2016. O inventário é um documento que fica sob domínio da Prefeitura Municipal e é encaminhado para o IEPHA/MG. Através da lista de documentos recebidos pelo IEPHA/MG no exercício de 2017, disponível em seu website, é possível verificar se o inventário foi entregue. Não é possível acessá-lo virtualmente.

#### **4.1.5 Existência de legislação municipal de proteção do patrimônio cultural**

O dado existe para o município de Nova União. A Lei Orgânica Municipal promulgada em 28 de Dezembro de 2012 diz que o Município garantirá a todos, no âmbito do seu território, o acesso aos bens de cultura e condições objetivas de obtê-las (Art. 163 a 167). Destacam-se as seguintes diretrizes a este respeito, a saber:

- É dever do Município, incentivar as diferentes formas de expressão cultural, de maneira democrática e sem discriminação.
- Constituem patrimônio cultural do Município, os bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade e formação do povo de Nova União.
- O Município auxiliará pelos meios ao seu alcance as organizações culturais, nos termos da lei.
- Consideram-se manifestações culturais, o folclore, sob suas mais variadas formas, as cantigas de roda, as cavalhadas, as festas religiosas, o artesanato, entre outros.
- O Município poderá celebrar convênios, atendidas as exigências desta lei, com órgãos e entidades públicas, sindicatos, associações de moradores e outras entidades civis, a fim e viabilizar a implantação de planos de proteção e divulgação da cultura municipal.
- O Município proverá a instalação de biblioteca em todas as escolas da rede pública municipal.
- O Município poderá celebrar convênio com órgãos e entidades públicas, associação de moradores, sindicatos e outras entidades da sociedade civil, para viabilizar o disposto no artigo, atendido as exigências desta Lei Orgânica.

#### **4.1.6 Existência de fundo municipal de patrimônio cultural**

Aparentemente, o dado existe para o município de Nova União, pois como o município já recebeu repasses do ICMS Cultural e para isso é necessária a constituição de um Fundo, presume-se que ele tenha sido criado. Entretanto não foi possível localizar a lei de sua criação nos veículos oficiais de mídia e informação da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal. Contudo, foi possível identificar, através dos dados disponíveis pelo Tribunal de Contas do Estado –



TCE/MG – Exercício de 2016, que houveram repasses de verbas para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo na ordem de R\$ 378.830,00.

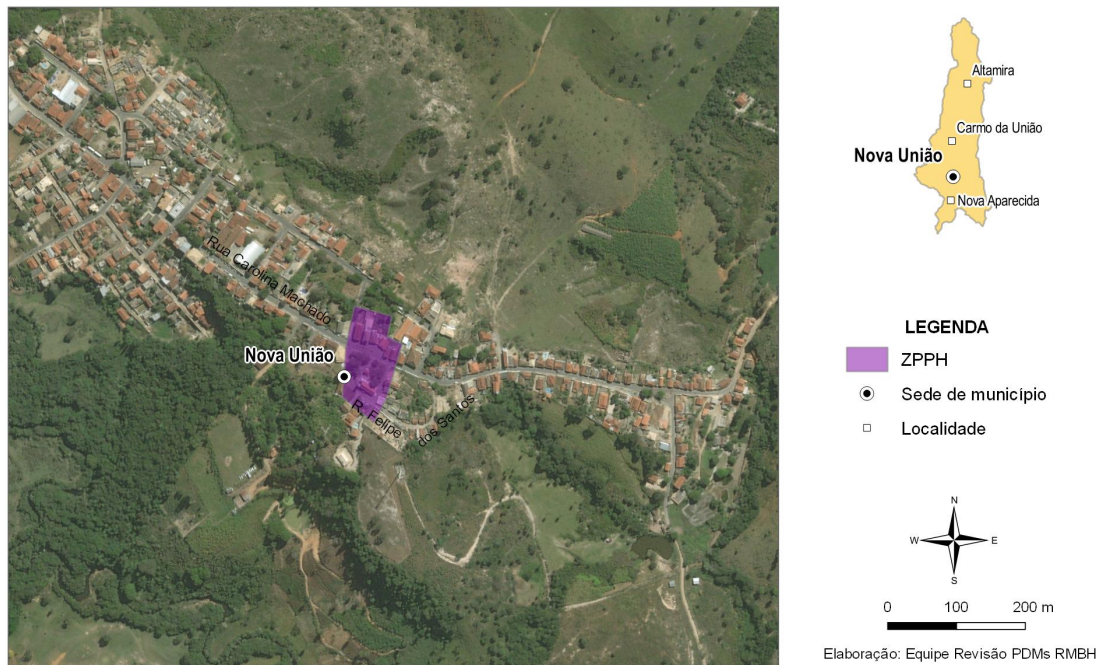
A regulamentação do Fundo é importante para a estruturação da política cultural local e para garantir o repasse de verbas federais e estaduais para ações de interesse municipal em relação ao Patrimônio Cultural.

#### **4.1.7 Existência de zonas de proteção cultural no Plano Diretor**

O Plano Diretor de Nova União Lei nº 615 de 13/07/2005 instituiu a Zona de Proteção do Patrimônio Histórico - ZPPH - assim denominado o conjunto urbano formado pelo entorno da Igreja Matriz de São Sebastião onde há concentração de edificações históricas, devendo prevalecer nela o interesse pela preservação dos imóveis e da paisagem em que estes se inserem , assim como as áreas históricas e de interesse para tombamento. Foram instituídos por essa diretriz (Art.23) critérios urbanísticos, de qualificação profissional para intervenção nas edificações a ZPPH, e critérios para execução de obras mediante licenciamento prévio e trâmites legais junto ao órgão responsável da Prefeitura Municipal.

A seguir se apresenta o mapa com a delimitação da ZPPH, no zoneamento do Plano Diretor:

**Figura 24: Zona Especial de Proteção Histórica – ZEPH – Nova União**



**Fonte: Plano Diretor Municipal – Elaboração: Equipe UFMG.**

É importante ressaltar que embora não se tenha encontrado nenhum bem tombado em Nova União na relação de bens protegidos pelo IEPHA/MG e também junto à Prefeitura Municipal, o Município tenha apresentado em seu Plano Diretor esta zona de preservação do patrimônio cultural. Com essa informação pressupõe-se existirem áreas passíveis de proteção e que devem ser investigadas no âmbito da revisão do Plano.

## **4.2 Política cultural e diversidade**

O item relativo à Política Cultural e à Diversidade no município de Nova União tem como objetivos principais agregar informações fundamentais ao processo de revisão do Plano Diretor, em especial no que se refere às manifestações culturais do território, bem como sobre a institucionalidade e instrumentos da política pública voltada para o setor.

Além de sua importância como política setorial no contexto municipal e regional, entende-se aqui que a cultura - e os elementos identitários, simbólicos, econômicos, sociais e humanos que a compõem – é constituinte de todo o processo de desenvolvimento humano e social de um determinado território. Esta visão está consubstanciada não apenas nas atuais concepções do Sistema Nacional de Cultura, mas também na visão da cultura como fator de desenvolvimento humano, seguindo as orientações da ONU/UNESCO.

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, foi implementada a partir de 2003, com a implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, objetivando articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas.

Considerando as diretrizes do sistema nacional, apresentam-se, a seguir, informações sobre a política cultural e a diversidade no município de Nova União.

### **3.2.1. Institucionalidade e política cultural**

Até recentemente o município de Nova União não contava com órgão exclusivo para gestão da política pública de cultura, sendo tal responsabilidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação. A nova gestão criou a Secretaria de Cultura e Turismo. É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS5, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau

---

<sup>5</sup> O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar a política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Apesar de tal avanço, o município ainda não cumpriu plenamente suas obrigações no que é relativo à política cultural, dentro da configuração do Sistema Nacional de Cultura<sup>6</sup>. De acordo com informações do Ministério da Cultura, Nova União ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e tampouco implantou seu Sistema Municipal de Cultura ou elaborou seu Plano Municipal de Cultura. Segundo apurado em campo, a secretaria está iniciando um trabalho de mapeamento e diagnóstico cultural do município para subsidiar a elaboração do plano.

De acordo com dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014 7, realizada pelo IBGE, as principais ações e projetos em desenvolvimento pelo poder público municipal na área da cultura em Nova União eram, àquela época, ligadas apenas à oferta de atividades

---

<sup>6</sup> Onde cabe ao município implantar o seu Sistema Municipal, ao qual compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura, previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

<sup>7</sup> A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

culturais para a terceira idade e ao apoio e/ou realização de festas tradicionais e populares. Segundo apurado, tais ações são realizadas basicamente com recursos próprios do orçamento municipal.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil na política cultural, também em 2014 não havia Conselho de Cultura e nenhuma instância como Conferência Municipal de Cultura. O município também não participou de conferências estaduais e nacionais de cultura.

É importante destacar que a estrutura cultural do município se expressa também pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura. Nesse sentido, a cidade dispõe de poucos espaços para difusão e fruição de manifestações artísticas e culturais.

O único equipamento cultural apontado no documento entregue à equipe UFMG pela Secretaria é a Biblioteca Pública Municipal, que apresenta carências não somente na estrutura física, mas também de equipamentos e livros para a população. Esse também é o único equipamento do município lançado no mapa da cultura do Ministério da Cultura.

O site da Prefeitura municipal informa que, além da convivência e socialização, vários eventos e atividades de lazer e cultura na cidade são realizados ao ar livre, na Praça Padre João Habian, onde se localiza a Igreja Matriz de São Sebastião, padroeiro do município.

### **3.2.2. Diversidade cultural**

As informações disponíveis para Nova União, na MUNIC 2014 são muito escassas. A prefeitura, àquela época, informou que a única manifestação cultural presente no município era o artesanato nas áreas de bordado e fibras vegetais, além da culinária típica.

Nos levantamentos de campo realizados pela equipe Lumes em 2015 foram mencionados alguns grupos culturais e artistas em atividade, cuja permanência deverá ser checada e atualizada na próxima etapa do trabalho. Entre eles, citam-se: Estúdio Lene, nas artes visuais; Eugênia Ambrósio Machado de Sena, na literatura; e Edicarlos e Maria Ilma, produtores de artesanato com fibra de folha de bananeira. Também foram mencionadas as escolas de samba Unidos de Morro Alto e Unidos do PK, que, entretanto, encontravam-se desativadas.

Durante os trabalhos de revisão do Plano Diretor (2017), os membros do Grupo de Acompanhamento decidiram realizar um breve levantamento de agentes culturais do município, realçando os músicos Maurício Alexandre, Gabriel, Gilberto, Nequinho, Janaína, Marcelo e Jorge; e a desenhista Maria D'ajuda.

Destacam-se as manifestações que giram em torno das festas religiosas, além da Festa da banana, tradicional e que retrata a principal produção da cidade. Os principais eventos culturais de Nova União, conforme levantamento atualizado, estão apresentados a seguir:

- Janeiro: Festa de São Sebastião; Torneio Futsal de Verão;
- Fevereiro: Carnaval;
- Março: Aniversário da Cidade; Festa de São José (Serrano);
- Abril: Caminhada da Saúde; Causos e Viola (Praça da Igreja); Feira com Música (Primeiro Sábado do mês) Poliesportivo Nova União;
- Maio: Festa de Nossa Senhora de Fátima; Leitura na Praça Biblioteca Viva (Praça da Matriz);
- Junho: Festas Juninas nas Escolas (Municipais e Estaduais);
- Julho: Festas Julinas; Festival de Gastronomia; Festas Nossa Senhora do Carmo (Carmo de União); Torneio Futsal de Inverno;
- Agosto: Festa da Banana;
- Setembro: Desfile da Independência; Rua de Lazer SESC;

- Outubro: Festa das Crianças (Poliesportivo de Nova União); Festa de Nossa Senhora Aparecida (Nova Aparecida); Festa de São Judas Tadeu (Nova União);
- Novembro: Encontro dos Idosos (Centro Comunitário);
- Dezembro: Réveillon.

Foi informado ainda que a atividade turística gira em torno das pousadas e cachoeiras da região, que movimentam a economia local.

## **5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

No que concerne ao Meio Ambiente e ao saneamento foram utilizadas informações referentes às unidades de conservação no território municipal, à arrecadação municipal com o ICMS ecológico, ao cadastro ambiental rural e áreas de reserva legal, proteção ambiental vinculados ao Plano Diretor Municipal, outorgas de autorização de uso de recursos hídricos e enquadramento de cursos d'água, bem como informações acerca da existência de conflitos socioambientais.

Pelas finalidades do trabalho, foram coletadas as informações de saneamento a partir do SNIS, principalmente pela quantidade de informações disponibilizadas e também por ser uma base de dados que foi considerada obrigatória a todos os municípios e prestadores de serviço de saneamento a partir da publicação da lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. O SNIS ainda realizou o agrupamento de informações disponíveis em escalas regionais e municipais para informações anteriores à criação do sistema de informações, de forma que é possível acessar dados, em diferentes níveis de detalhamento, a partir do ano de 1995.

As diferentes dinâmicas de meio ambiente e as ações de saneamento no território municipal são considerados eixos fundamentais de entendimento para a atualização do plano diretor municipal, uma vez que podem possibilitar a compreensão das demandas municipais e permitir a articulação do território com outras escalas, como a metropolitana, a da gestão de recursos hídricos e também do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, por exemplo.

Diante disso o presente capítulo é estruturado em duas seções sucessivas. A primeira apresenta os dados adquiridos para a caracterização das estruturas e instrumentos da gestão ambiental municipal, enquanto, no segundo momento, são apresentadas as informações referentes ao saneamento básico no âmbito municipal.



## **5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais**

A gestão ambiental do município de Nova União é atribuída à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e o município conta ainda com um Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA), que foi instituído pela Lei 5481, alterada pela Lei 654/2009.

Nesse momento são apresentadas de forma sintética, informações adquiridas nos bancos de dados consultados e que foram agrupadas em três subitens: unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ICMS Ecológico, proteção ambiental no Plano Diretor; enquadramento e uso de recursos hídricos; conflitos ambientais.

### **5.1.1 Unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural e ICMS Ecológico.**

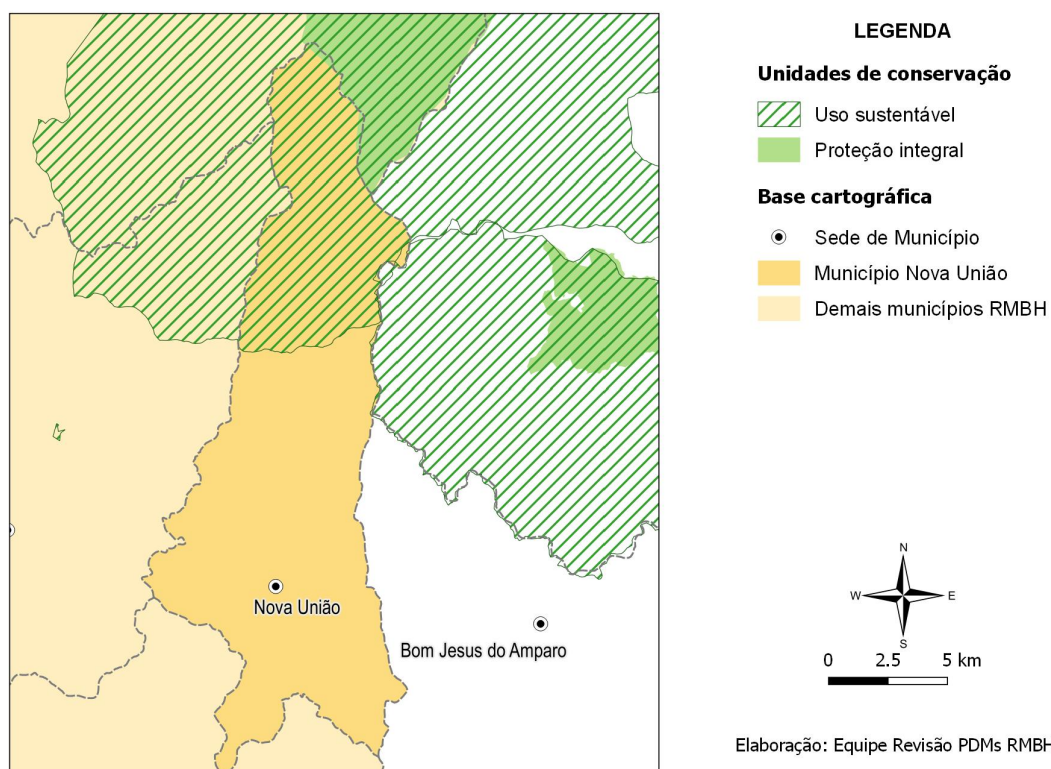
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, foi criado pela lei 9.985/2000 e é responsável por sintetizar e disponibilizar uma quantidade significativa de informações sobre as Unidades de Conservação (UC) no Brasil, contudo, a escala de mapeamento dos limites das unidades de conservação é variável entre diferentes UCs. Para o Estado de Minas Gerais, o Instituto Pristino, em parceria com o Ministério Público elaborou estudo de detalhamento e correção dos limites das UC's, padronizando a escala e as metodologias de mapeamento para todo o estado de Minas Gerais.

As unidades de conservação, em acordo com o estabelecido pelo SNUC, são organizadas de acordo com duas tipologias de proteção: uso sustentável e proteção integral. A RMBH possui 218.108 hectares de área protegida por unidades de conservação de uso sustentável, o que corresponde a aproximadamente (23,03% do território metropolitano e 67.160 hectares de áreas

consideradas de proteção ítegral que correspondem a 7,09 da área da RMBH. Além de 3026 hectares protegidas por RPPN.

O município de Nova União possui 5.439 hectares de seu território inserido em áreas de protegidas por categorias de uso classificadas como sustentáveis pelo SNUC, o que seria equivalente a aproximadamente 31,27% de sua extensão territorial e 57 hectares inseridos em Unidades de Conservação de Uso Integral, que correspondem a 0,32% do seu território. Não foram localizados registros de Reservas Particulares de Patrimônio Natural. A próxima figura apresenta as Unidades de Conservação inseridas no município de Nova União.

**Figura 25: Unidades de Conservação no Município de Nova União**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

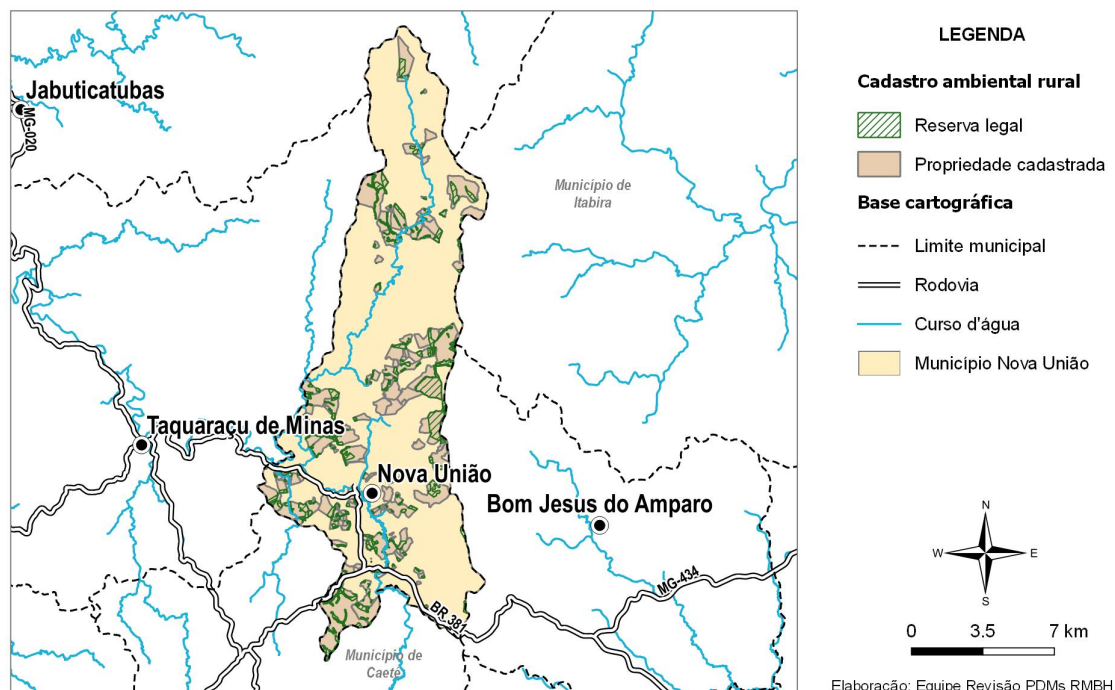
No plano diretor do município de Nova União, as Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) são divididas em quatro categorias: ZPA-1, áreas localizadas abaixo da cota máxima de enchentes e que correspondem à várzea de inundação dos

ribeirões e rios; ZPA-2, áreas cujas características topográficas apontam para a tendência de escorregamentos nas encostas e aceleração de processos erosivos; ZPA-3, áreas onde a possibilidade de escorregamentos torna proibidos o parcelamento e a ocupação do solo para fins urbanos; e ZPA-4, composta por áreas destinadas à implantação de parque urbano, com localização bem delimitada (NOVA UNIÃO, 2006).

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento proposto pela lei 12.651/2012, que atualizou o código florestal brasileiro. O CAR é um dos principais instrumentos para a gestão e compreensão da estrutura das propriedades rurais brasileiras e apresenta importantes contribuições e usos para a gestão do território rural. O CAR é realizado pelo proprietário rural, que disponibiliza diferentes níveis de informação sobre as propriedades rurais e que podem ser acessados por diferentes instituições e organizações sociais. O CAR apresentou uma metodologia única a ser construída e seguida por todos os proprietários rurais do país de forma, que hoje apresenta uma base de dados bastante consolidada e muito importante.

O município de Nova União possui 148 propriedades rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural, somando uma área total de propriedades cadastradas que é equivalente a 4.713 hectares. Considerando que o município tem aproximadamente 17.393 hectares, 27,09% do território municipal está cadastrado no CAR. As reservas legais das propriedades rurais correspondem a 929 hectares e se encontram fragmentadas no território, sem aparente conectividade e planejamento ambiental (CAR, 2017).

Figura 26: Reservas legais cadastradas no CAR



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O ICMS ecológico é uma proposta de repasse de recursos, por meio de subsídio cruzado, para os municípios que tem apresentado bom desempenho em suas atividades ambientais, a partir de três principais eixos: a) unidades de conservação; b) ações de saneamento; c) ações específicas para a gestão do bioma de mata seca<sup>8</sup>. O ICMS ecológico é repassado para os municípios mineiros desde o ano de 2002 e é um importante instrumento para a gestão ambiental municipal, uma vez que pode permitir a estrutura econômica para a efetivação de diferentes ações e políticas ambientais. Para a análise inicial foi realizado um comparativo de repasse do ICMS ecológico nos anos de 2006, 2011 e 2016.

<sup>8</sup> O bioma de mata seca em Minas Gerais é específico da região norte do estado, razão pela qual essa informação não é apresentada para os municípios na RMBH.

O município de Nova União teve repasses referentes ao ICMS ecológico nos três anos consultados. Contudo, os repasses foram efetivados apenas por ações relativas à proteção ambiental, sendo que os valores diminuíram no período de análise. O quadro a seguir apresenta os volumes de recursos repassados ao município.

**Quadro 1: repasse total de ICMS ecológico para o município de Mateus Leme**

<b>REPASSE ICMS - ECOLÓGICO</b>	<b>TOTAL 2006</b>	<b>TOTAL 2011</b>	<b>TOTAL 2016</b>
<b>Unidades de conservação (A)</b>	R\$ 4.551,83	R\$ 1.887,91	R\$ 2.564,11
<b>Saneamento (B)</b>	-	-	-
<b>Mata Seca (C)</b>	-	-	-
<b>Meio Ambiente (A+B+C)</b>	R\$ 4.551,83	R\$ 1.887,91	R\$ 2.564,11

**Fonte: Fundação João Pinheiro**

## **5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos**

Diferentes instrumentos e políticas ambientais de âmbito regional tem influência direta no ordenamento territorial de um município, é o caso do enquadramento dos cursos d'água em classes e a outorga de direito de uso de recursos hídricos. O enquadramento dos cursos d'água é um instrumento utilizado no Brasil desde a década de 1990, mas que foi regulamentado e institucionalizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, lei 9433/1997. O Município de Nova União está completamente inserido na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, de forma que o enquadramento de referência para os cursos d'água na região utiliza a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, nº 20, de 24 de junho de 1997.

O município de Nova União está integralmente inserido na bacia do Rio Taquaraçu, que é um dos principais cursos d'água afluentes do Rio das Velhas. O Rio Preto e o Rio Vermelho são os principais afluentes do Rio Taquaraçu no território de Nova União. Os cursos d'água inseridos na bacia do Rio Taquaraçu são, considerando o disposto na DN COPAM nº 20, enquadrados como cursos d'água de classe 1, portanto de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de efluentes.

O cadastro de outorgas é o único banco de dados disponível para o estado de Minas Gerais e que apresenta os usos de recursos hídricos. Importante destacar, todavia, que diferentes estudos, como é o caso do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas, apontam que existe uma considerável quantidade de usos que não se encontram registrados nos termos da outorga e do cadastro de uso insignificante. O quadro abaixo apresenta as outorgas de uso de recursos hídricos autorizadas e localizadas no território de Nova União.

**Quadro 2: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Nova União**

Ref	Responsável	Descrição
1	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - SR 06	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com finalidade não definida.
2	JESU CAETANO FONSECA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano

Fonte: PDRH do Rio das Velhas

### 5.3 Conflitos ambientais

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA é vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e ciências humanas da UFMG e desenvolve desde o ano 2001 pesquisa, ensino e extensão

dedicados à compreensão dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. A base de dados disponibilizada em ambiente virtual pelo Gesta é considerada um importante instrumental para a percepção dos conflitos ambientais vigentes em determinadas áreas.

Em consulta à base de dados dos conflitos ambientais do GESTA foram localizadas duas entradas referentes à conflitos ambientais no território de Nova União, a saber: 1) Luta das famílias expropriadas pelo Parque Nacional da Serra do Cipó; 2) Moradores do assentamento Ho Chi Min, criado em 2005, enfrentam problemas relativos à poluição do Rio Preto gerado pela utilização de agrotóxicos por bananicultores da região de Nova União.

#### **5.4 Informações sobre o Saneamento Básico**

O saneamento básico é considerado pela Política Nacional de Saneamento Básico, como ações envolvendo quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. O saneamento básico é condição essencial para a garantia de qualidade de vida e de saúde para a população residente, sendo, portanto, trabalhado em diferentes instrumentos legais e normas no âmbito federal, estadual e municipal.

Os dados do SNIS estão disponíveis para a grande maioria dos municípios brasileiros e são apresentados pelos responsáveis pelo saneamento básico em cada município. Importante destacar que existe certo comprometimento de algumas informações para as quais as concessionárias ou o próprio município não tem informações ou as existentes encontram-se muito desatualizadas. Contudo, o SNIS é a fonte de dados considerada mais completa e atualizada existente para os municípios brasileiros.

Segundo o Sistema Nacional de Informações de Saneamento, os serviços de abastecimento de água são prestados pela COPASA e os serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos, assim como as ações de esgotamento sanitário são desempenhadas pela Prefeitura Municipal de Nova União – PMNU.

O abastecimento de água do município de Nova União é realizado pela COPASA. Aproximadamente 100% da população urbana tem acesso à água tratada. No município existem 1.618 ligações de água, sendo que o consumo médio percapita de água é estimado em 153,5 litros por habitante por dia. O sistema de tratamento de água para atendimento da população de Nova União produz aproximadamente 305,15(1000m<sup>3</sup>/ano) (SNIS, 2017).

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova União

A COPASA presta os serviços de abastecimento de água apenas nas zonas urbanas propriamente ditas, que correspondem à região central de Nova União e à região de Nova Aparecida. Para as demais regiões, o abastecimento de água é de responsabilidade da Prefeitura Municipal e é realizado por meio de captação direta em nascentes ou poços artesianos e armazenamento em reservatórios coletivos, localizados nas localidades de Altamira, Baú, Carmo de União e nas comunidades de Monte Horeb, Santo Antônio e Lopes. (COBRAPE, 2015, p 19)

O serviço de esgotamento sanitário do município de Nova União é realizado pela prefeitura municipal de Nova União e atende 3.467 pessoas. São 1.480 ligações ativas de esgoto, com uma rede de esgotamento de aproximadamente 6 km e que coleta um volume de esgotos domésticos estimado em 200 (1000m<sup>3</sup>/ano). Dos esgotos coletados, 100% são destinados diretamente aos cursos d'água, sem nenhuma forma de tratamento (SNIS, 2017).

O PMSB de Nova União destaca ainda que existem Estações de Tratamento de Esgotos, mas fora de operação no município e que

caso as ETE's fora de operação (ETE Nova Esperança e ETE Nova Aparecida) e as ETE's ainda em fase de projeto (ETE Carmo de União e ETE Altamira) comecem a operar, a população que é atendida por coleta também será atendida por sistema de tratamento de esgotos. Vale ressaltar que as ETEs instaladas não possuem regularização ambiental. (COBRAPE, 2015, p 27)



No município de Nova União a coleta dos resíduos sólidos domiciliares e resíduos comerciais com características similares (RDO) atende, em áreas urbanas, 2.988 pessoas, considerando-se a o distrito-sede e as diferentes localidades. São 822 toneladas de resíduos coletados anualmente, considerando-se o RDO e os resíduos sólidos públicos (RPU) sendo que 55 % da população é atendida por coleta de resíduos duas a três vezes por semana e 45 % e atendida uma vez por semana. (SNIS, 2017)

Os resíduos sólidos coletados no município são destinados a um lixão municipal, sem controle ambiental regular.

A atual área de disposição é classificada como lixão, sem qualquer tipo de estrutura ou manejo regular dos resíduos ou do terreno. A área é aberta, sem qualquer controle de transeuntes ou mesmo cercamento, sendo possível o acesso e a circulação de qualquer pessoa no local. Com isso, há presença de catadores no lixão. (COBRAPE, 2014, p 30).

No município de Nova União existe coleta seletiva de resíduos sólidos, sendo que ao todo são recolhidas e processadas 30 toneladas por ano de resíduos.

Em atendimento à lei 11.445/2007, o município de Nova União teve a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), executada em parceria com o Comitê da Bacia do Rio das Velhas. O PMSB destaca ser necessário diversos níveis de programas e projetos para a melhoria e a sustentabilidade econômica, ambiental e social das políticas de saneamento básico.

## **6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

Os dados secundários que concernem o uso e ocupação do solo no município de Nova União foram coletados de diversas fontes e serão apresentados a seguir em três seções, a saber: dinâmica imobiliária, zoneamento ecológico econômico e relação de equipamentos urbanos. Cada subtítulo será acompanhado de uma contextualização geral de sua inserção e relevância para o diagnóstico municipal e de uma análise da qualidade dos dados existentes.

### **6.1 Dinâmica Imobiliária**

#### **6.1.1 Relação de parcelamentos anuídos ou em processo de anuência**

A seguir apresentam-se dados referentes aos parcelamentos anuídos ou em processo de anuência junto à Diretoria de Regulação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) desde 2013.

O parcelamento do solo para fins urbanos é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, assim definidas em lei brasileira, desde 1979 (Lei Federal nº 6.766/1979).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> A respeito dos trâmites de anuência de loteamentos, destaca-se sua divisão em duas etapas. Em um primeiro momento, o interesse do empreendedor é encaminhado à Agência RMBH pelas prefeituras municipais já com uma relação de diretrizes municipais para a área. Em seguida, a Agência RMBH emite um conjunto de diretrizes metropolitanas que deverão orientar o projeto no que tange a localização de áreas públicas e o traçado viário básico, trazendo considerações específicas oriundas de legislações estaduais. Na sequência o processo de anuência em si, que consiste na análise do projeto do loteamento juntamente aos projetos complementares de drenagem e terraplenagem - utilizados para apreciação de sua adequação no que tange a infraestrutura e relação com o perfil natural do terreno - com a emissão de um parecer. Já no caso dos desmembramento, dada sua característica de aproveitamento do sistema viário existente, não se faz necessária a etapa de diretrizes.

Entende-se que a análise do conjunto de loteamentos recentes é fundamental para a compreensão da dinâmica imobiliária de um município, uma vez que cada novo pedido de diretrizes ou anuência concedida pode representar um novo vetor de crescimento urbano, assim como um potencial conflito, seja este ambiental, social ou relacionado às condições de mobilidade urbana. Já em relação aos desmembramentos, ainda que, em sua análise isolada, possam ser avaliados como menos impactantes na estrutura urbana, quando analisados em conjunto podem indicar tendências de adensamento ou reações à alterações de marcos urbanísticos regulatórios.

Nesse sentido, é notável que no período analisado (2013-2017) não houve nenhum processo de anuência de parcelamento solicitado à Agência RMBH. Em princípio, identifica-se, portanto, uma dinâmica imobiliária de expansão urbana formal inexistente no município de Nova União. Destaca-se, no entanto, que esse dado se refere a dinâmica formal de parcelamentos, podendo haver dinâmicas informais paralelas no município de Nova União, que poderão ser identificadas em outras etapas do processo de revisão de seu Plano Diretor.

### **6.1.2 Vacância domiciliar**

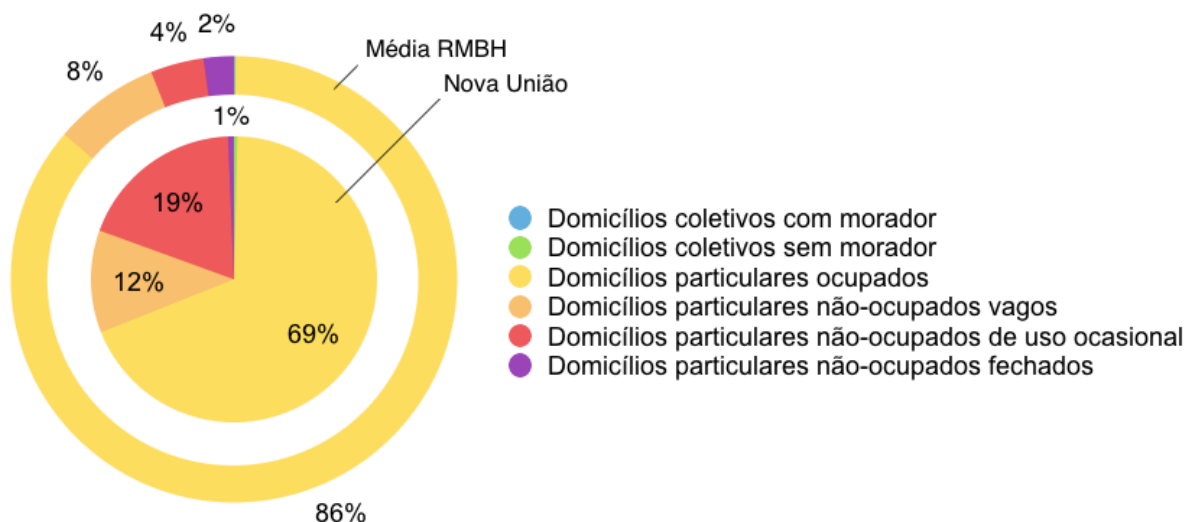
O cálculo de vacância domiciliar<sup>10</sup> é, um dado importante para embasar uma política de regulação do solo que busque potencializar o uso do espaço já

---

<sup>10</sup> Para o cálculo de vacância domiciliar, o IBGE considera os Domicílios Particulares Permanentes, que, na data de referência, encontravam-se sem moradores (IBGE, 2010, p.67). Por meio de consulta à vizinhança, são somados os domicílios fechados, aqueles que, apesar de ocupados, não tiveram moradores presentes no período de coleta. Também por esse meio, são desconsiderados os domicílios de uso ocasional, ou seja, aqueles utilizados “para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010, p.67).

urbanizado, buscando, assim, combater a especulação imobiliária. O levantamento mais recente nesse sentido é do Censo de 2010.

**Figura 27: Tipos e ocupação de domicílios, Nova União**



Fonte: IBGE, 2010

De maneira geral, pode-se concluir a partir do gráfico acima que o município de Nova União apresenta um número elevado de domicílios não-ocupados vagos e de uso ocasional, compondo respectivamente 12% e 19% do estoque de domicílios, especialmente quando comparado à média da RMBH, que é respectivamente de 8% e 4%.

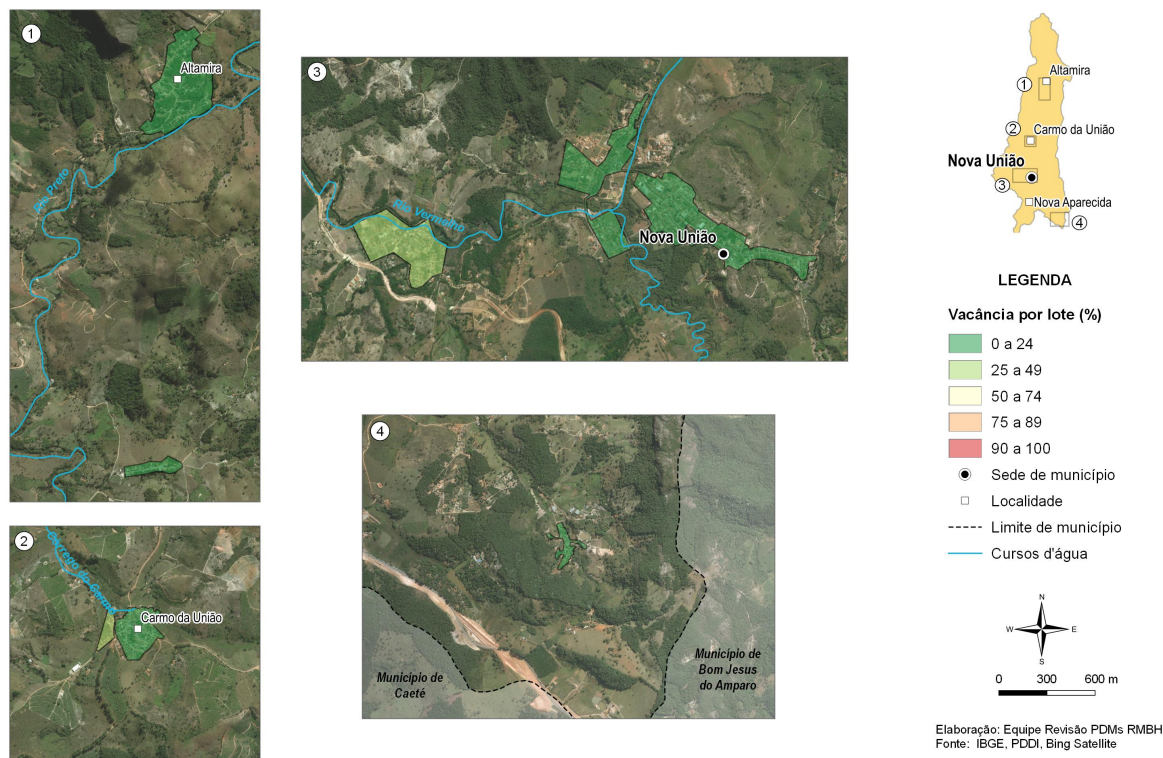
A quantificação dos domicílios vagos pelo IBGE, entretanto, não considera qualitativamente os imóveis em questão, sendo o dado, portanto, incompleto para embasar uma política habitacional com base na utilização desse estoque ocioso de habitação.

Uma outra deficiência do dado é que ele não considera o estoque de lotes vagos, restringindo-se às unidades habitacionais construídas. Essa lacuna não é preenchida por nenhum outro estudo sistemático no Brasil, o que dificulta estimar a quantidade de lotes vagos e subutilizados que poderiam também contribuir na construção de políticas para a intensificação do uso do solo.

### **6.1.3 Taxa de vacância fundiária**

Com vistas a cobrir a lacuna deixada pela pesquisa de vacância imobiliária embasada pelo Censo 2010, o grupo Morar de Outras Maneiras da Universidade Federal de Minas Gerais (MOM-UFMG), desenvolveu, no contexto de elaboração do PDDI-RMBH, um pesquisa para identificação de loteamentos vagos na RMBH. A análise restringiu-se à uma escala macro de levantamento e conseguiu identificar grandes vazios como loteamentos periféricos em áreas de expansão. Entretanto, não foram delimitados lotes isolados ou em conjuntos menores inseridos nas áreas de ocupação mais consolidada.

**Figura 28: Taxa de vacância fundiária, Nova União**



**Fonte: UFMG, 2011**

Como é possível observar no mapa, mancha urbana parcelada do município de Nova União possuem uma taxa de vacância baixa, variando de 0 a 49%.

## **6.2 Zoneamento ecológico-econômico**

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2012, consiste em diagnóstico do Estado de Minas Gerais a partir das diretrizes metodológicas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Foram geradas duas cartas principais que trazem, de forma territorializada, índices e possibilidades de combinações de critérios e de agrupamento de áreas em relação à severidade dos problemas ambientais e dos potenciais sociais que nelas podem ser encontrados.

Além de compor uma base organizada e integrada de informações oficiais, essa ferramenta, sem caráter limitador, impositivo ou arbitrário, pode apoiar a gestão territorial fornecendo subsídios técnicos à definição de áreas prioritárias para a proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental. Assim, entende-se que o ZEE/MG poderá ser útil para elaboração das políticas públicas e das ações em meio ambiente no município de Nova União, orientando o governo e a sociedade civil na elaboração de programas e investimentos. A seguir serão apresentados e discutidos os resultados dessas duas cartas para o município de Nova União.

### **6.2.1 Índice de Potencialidade Social**

No contexto do ZEE-MG o Índice de Potencialidade Social é medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional e determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Em cada dimensão os fatores condicionantes analisados são: Dimensão produtiva: atividades econômicas, índice de malha rodoviária, infraestrutura de transporte, índice transporte aéreo, índice do VA agropecuário, índice do VA indústria, índice do VA serviços e índice das exportações; Dimensão natural: densidade de ocupação de terras, recursos minerais, nível tecnológico da agropecuária, índice IMS ecológico, concentração fundiária invertida e utilização das terras; Dimensão institucional: presença de organizações de fiscalização e controle, presença de organizações jurídicas, gestão pública municipal, presença de organizações financeiras, de organizações de segurança pública e de organizações de ensino e pesquisa, gestão cultural, gestão do desenvolvimento rural, presença de organizações de ensino superior e ensino profissionalizante, unidades de defesa social, gestão ambiental municipal, capacitação de aplicação da lei e organização de pós-graduação e pesquisa; Dimensão humana: demografia, taxa de ocupação, taxa de desocupação invertida, condições sociais, distribuição espacial da população, razão de dependência invertida, índice de emprego formal, renda per capita, educação, habitação, saneamento, saúde, taxa de crimes violentos e índice de desenvolvimento humano.

O Índice de Potencialidade Social identificado para o município de Nova União pelo ZEE-MG foi "precário", como especificado na tabela a seguir, o município apresentou resultados ruins em todos os componentes avaliados.

**Quadro 3: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Nova União**

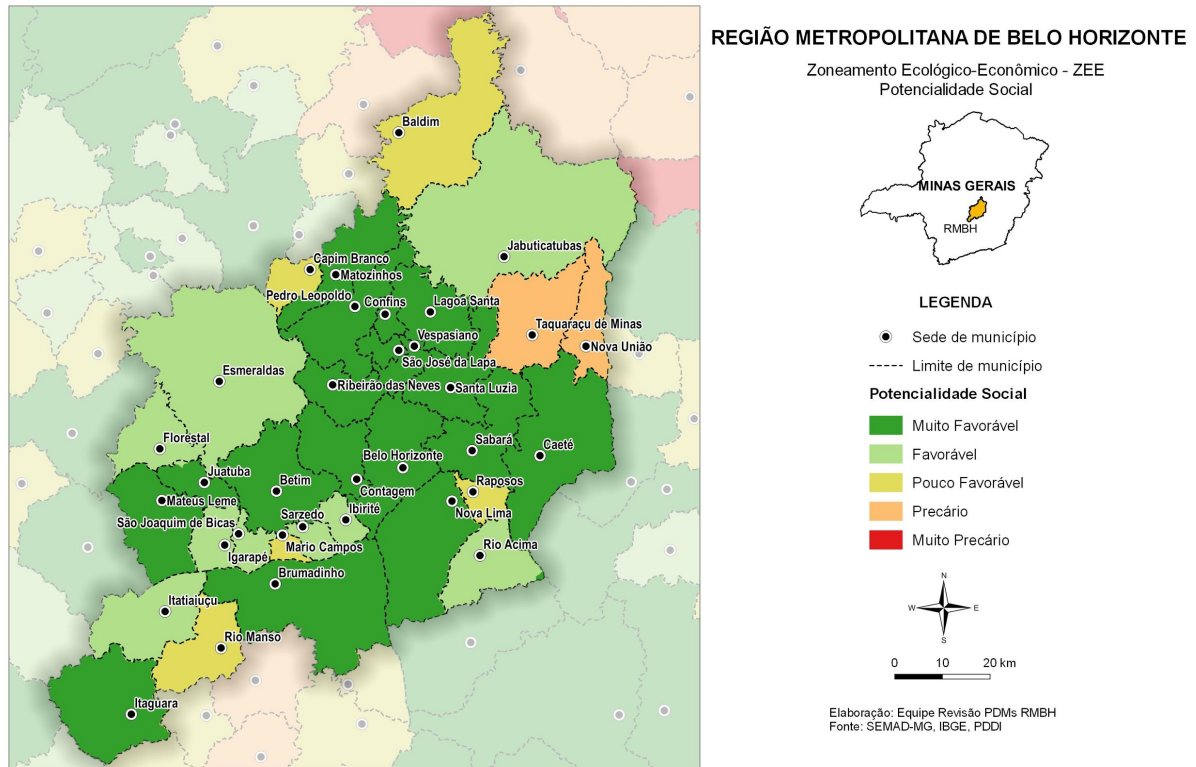
<b>Componentes Índice de Potencialidade Social</b>	<b>Resultados</b>
Componente produtivo	Pouco Favorável
Componente natural	Precário
Componente institucional	Pouco Favorável
Componente humano	Precário
Resultado final	Precário

**Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012**

Como pode ser observado no mapa abaixo, esse resultado encontrado para o município de Nova União é o pior entre os municípios da RMBH. O que é indicativo de uma especial fragilidade social no contexto do município.



**Figura 29: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH**



**Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012**

### 6.2.2 Carta de Vulnerabilidade Natural

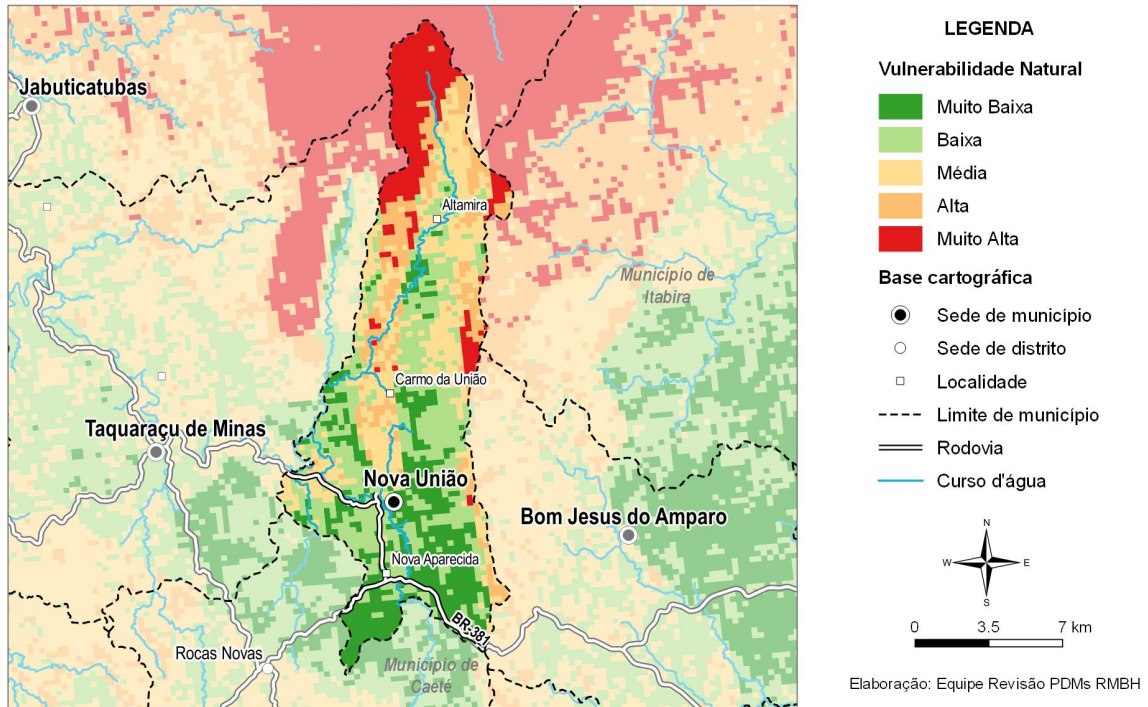
No contexto do ZEE-MG entende-se como vulnerabilidade natural a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos negativos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão competente. Assume-se que, se uma unidade espacial apresenta um dado nível de vulnerabilidade ambiental a uma atividade antrópica normal, ela também terá um nível igual ou superior para uma atividade econômica passível de licenciamento. Deve-se ressaltar que a vulnerabilidade natural é referente à situação do local na época do estudo.

Entre os fatores condicionantes analisados pelo índice destacam-se: integridade da flora e da fauna, susceptibilidade dos solos à contaminação e à erosão,

susceptibilidade geológica à contaminação das águas subterrâneas, disponibilidade natural de água e condições climáticas.

Cabe ressaltar que Carta de Vulnerabilidade Natural gerada pelo ZEE-MG foi construída em uma escala regional apresentando, portanto uma certa imprecisão para a análise intramunicipal. Sabendo disso, a seguir apresenta-se a Carta de Vulnerabilidade Natural do município de Nova União.

**Figura 30: Carta de Vulnerabilidade Natural, Nova União**



**Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012**

Como pode ser observado no mapa, o Município de Nova União apresenta áreas com um índice de vulnerabilidade natural "baixa" e "muito baixa" concentradas especialmente em sua porção sul, mas também em uma faixa que se estende à norte. De maneira geral, áreas de vulnerabilidade "muito alta" se concentram na extremidade norte do município, com um trecho de transição apresentando vulnerabilidade "média" entre as duas manchas.

## **7 HABITAÇÃO**

A habitação é uma função pública de interesse comum (Lei Complementar nº 89/2006) que sofre diretamente os impactos produzidos por fenômenos como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais, estruturas de transporte e mobilidade etc. Ao mesmo tempo, a habitação não constitui, em si mesma, um equipamento ou serviço metropolitano que possa ser determinado a partir de um planejamento nessa escala. Pelo contrário, o espaço da moradia e de seu ambiente urbano imediato se define, em grande parte, por características específicas de cada pequena porção do território. Sua qualidade é uma qualidade na escala microlocal.

A seguir os dados secundários relacionados à questão habitacional coletados de diversas fontes serão apresentados em cinco subtítulos, a saber: quadro habitacional, produção habitacional, bem-estar urbano, zonas especiais.

### **7.1 Quadro Habitacional**

#### **7.1.1 Déficit habitacional**

O cálculo do déficit habitacional, a seguir apresentado para o contexto de Nova União, foi produzido pela Fundação João Pinheiro com base no censo de 2010, quando, pela primeira vez, foi estimado o déficit para municípios com população abaixo de 20 mil habitantes na área urbana - o censo de 2000 trazia estimativas de déficit habitacional e inadequação de domicílios apenas para municípios com população acima de 20 mil habitantes.

Atualmente o déficit habitacional é calculado a partir da soma de quatro componentes principais: domicílios precários (o que engloba domicílios

improvisados e rústicos), coabitação familiar (famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo)<sup>12</sup>, ônus excessivo com aluguel urbano<sup>13</sup> e adensamento excessivo de domicílios alugados<sup>14</sup>.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro o déficit de Nova União é de 178 unidades habitacionais, o que equivale à 7,33% do estoque habitacional existente no município (abaixo da média metropolitana em que o déficit equivale a 10,82% do estoque habitacional). Deste total, 64 domicílios são precários, 33 domicílios têm ônus excessivo com aluguel, 18 domicílios apresentam adensamento excessivo e 63 domicílios estão em situação de coabitação familiar.

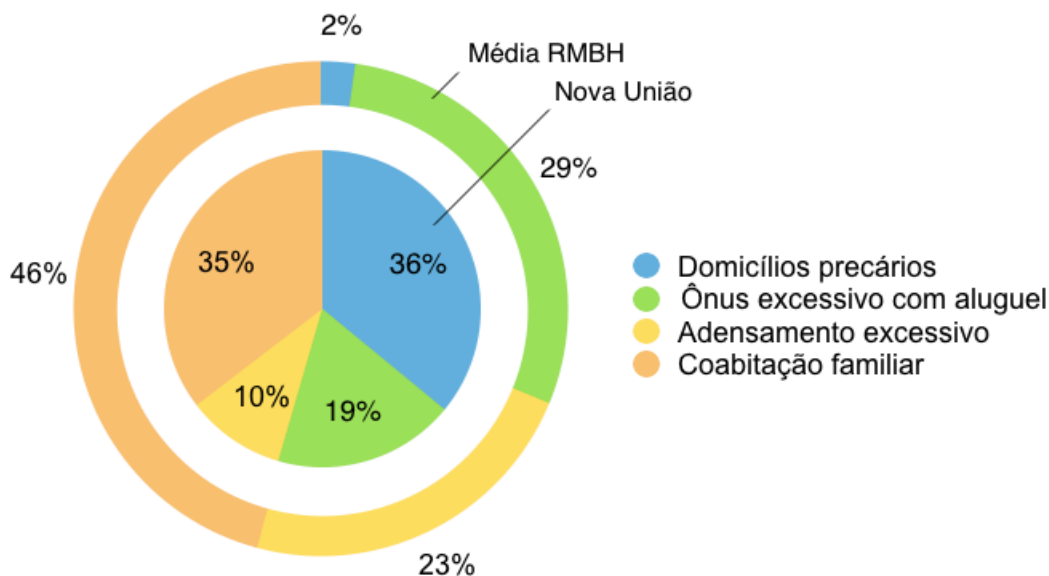
---

<sup>12</sup> A partir de 2007 passou a ser consideradas para o cálculo do déficit somente as famílias em coabitação com a intenção de constituir um edifício exclusivo, o que acarretou em mudanças no dado.

<sup>13</sup> Segundo a Fundação João Pinheiro são consideradas: “famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel” (FJP, p.18, 2013). Até 2000 a questão do ônus excessivo com aluguel era considerada inadequação habitacional.

<sup>14</sup> Incorporado ao cálculo de déficit habitacional a partir de 2008. É considerado adensamento excessivo uma média maior do que três moradores por dormitório.

**Figura 31: Composição do déficit habitacional, Nova União**



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Os principais problemas em Nova União em relação ao déficit habitacional são, portanto, os domicílios precários e a coabitação familiar. Destaca-se também que a composição do déficit habitacional de Nova União difere da média da RMBH particularmente por apresentar altíssimo índice de domicílios precários.

### 7.1.2 Domicílios precários

Em complementaridade ao dados do déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro junto ao Índice Mineiro de Responsabilidade Fiscal disponibiliza outros dados vinculados à precariedade de domicílios, importantes para a compreensão do quadro habitacional do município. A saber:

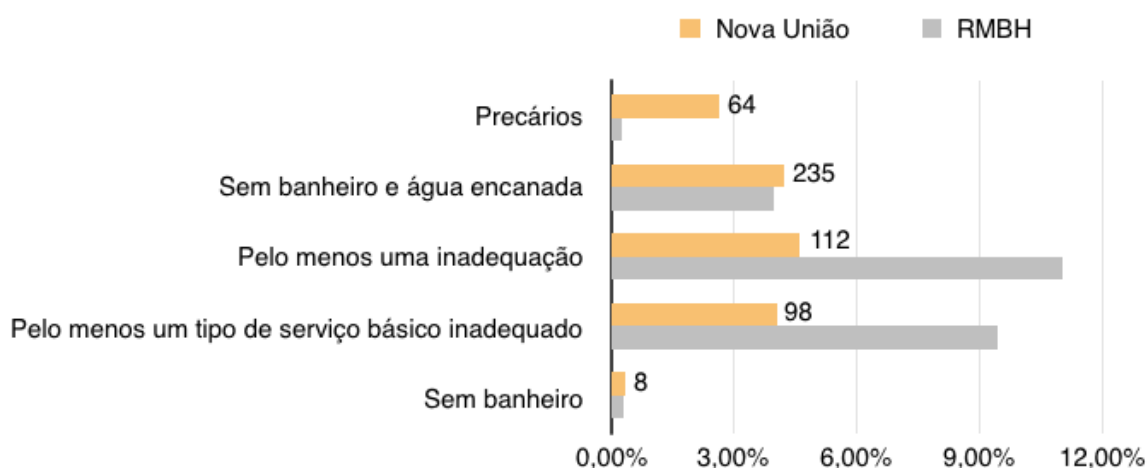
- Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada;
- Número de domicílios urbanos que apresentam inadequação (pelo menos um componente) entre: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios,

problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação;

- Número de domicílios urbanos com pelo menos um tipo de serviço básico inadequado entre: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo;
- Número de domicílios urbanos sem banheiro.

A seguir são apresentados os resultados os resultados encontrados a partir do censo de 2010 para o Município de Nova União.

**Figura 32: Domicílios Precários, Nova União**



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Em suma, os números encontrados para Nova União revelam um altíssimo índice de domicílios precários associado a baixos índices de domicílios que apresentam pelo menos uma inadequação ou serviço básico inadequado. Faz-se necessário, portanto, maior proximidade com a realidade do município para que esses domicílios precários possam ser localizados no território.

### **7.1.3 Aglomerados subnormais**

Entende-se que o conhecimento da existência e das características territoriais dos Aglomerados Subnormais<sup>15</sup> no município de Nova União – áreas que, ao longo do tempo, foram sendo conhecidas por diversos nomes, tais como favela e comunidade – é de suma importância para orientar o poder público na tomada de decisões e no planejamento de Políticas Públicas visando a melhoria da qualidade de vida dessa população. Entretanto destaca-se que, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, áreas com tais características não existiam no município de Nova União.

### **7.2 Produção habitacional de interesse social**

A produção de Habitações de Interesse Social está normalmente relacionada à necessidade de realocação de famílias removidas de áreas de risco, assim como ao combate do déficit habitacional de um município. Desde 2009, essa produção tem sido articulada em todo o país através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Destaca-se que a produção habitacional pelo PMCMV se divide em duas modalidades principais diferenciadas pela faixa de renda das famílias beneficiadas. A saber, a produção habitacional voltada para famílias com renda de até R\$1.600,00 (referente a 3 salários mínimos à época) a chamada 'faixa 1', financiada via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); e a produção habitacional voltada para famílias com renda familiar de 3 a 10 SMs (faixas 2 e 3), financiada através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (MORADO NASCIMENTO, 2014).

---

<sup>15</sup> O conceito de Aglomerado Subnormal surgiu em 1987, quando o IBGE começa a fazer seu mapeamento. O mapeamento é feito por setores censitários que apresentem um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:

- Irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes;
- Carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).



Sobre às faixas 02 e 03, a Caixa Econômica Federal não disponibiliza os dados dos empreendimentos contratados. Desse modo, o impacto demográfico da produção resultante dessa modalidade do Programa aparecerá somente no Censo Demográfico de 2020. Segundo dados oriundos de pesquisa desenvolvida pelo grupo PRAXIS – EA/UFMG, até dezembro de 2012 havia sido contratada, na RMBH, a produção de 32.540 moradias.

Tanto em relação à faixa 1, quanto às faixas 2 e 3 não foram colhidos dados em relação à produção de unidades habitacionais em Nova União

### **7.3 Bem-estar urbano**

#### **7.3.1 Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) Local**

O Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) foi elaborado pelo Observatório das Metrópoles, a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2010, e calculado para as Áreas de Ponderação (AP)<sup>16</sup>, de duas maneiras, quais sejam, um índice para comparação nacional (denominado IBEU Global), em que o indicador de cada área de ponderação é calculado em relação a todas as outras AP das quinze regiões metropolitanas consideradas, e outro regional (denominado IBEU Local), em que o indicador de cada AP é calculado em relação às demais AP da mesma região metropolitana – a análise aqui apresentada utiliza o IBEU local<sup>17</sup>. O índice é calculado com base em cinco temas que colaboram ao bem-estar urbano: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura urbana. Os resultados são divididos nas seguintes faixas de avaliação: 0,000-0,500 muito ruim ou

---

<sup>16</sup> As Áreas de Ponderação são unidades territoriais resultantes de agregação de Setores Censitários, definidas pelo IBGE para divulgação dos microdados do Censo Demográfico.

<sup>17</sup> Para conhecimento mais detalhado acerca do IBEU, ver Ribeiro; Ribeiro, 2013.

péssimo, 0,501-0,700 e 0,701-0,800 faixas intermediárias e 0,801-0,900 e 0,901-1,00 bons e excelentes.

Os mapas a seguir apresentam, respectivamente, o Índice de Bem Geral e sua decomposição nas cinco dimensões de análise: Mobilidade, Condições Ambientais Urbanas, Condições habitacionais, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana.

Como podemos observar no primeiro mapa, o nível de Bem-estar geral de Nova União é intermediário. Ao desagregá-lo nas cinco dimensões entretanto, evidenciam-se diferenças consideráveis entre os valores atingidos.

Em termos de mobilidade, é apontado um índice bom em Nova União. Como o índice é calculado com base no tempo de deslocamento casa/trabalho, isso pode sugerir que seus habitantes trabalham no próprio município ou nos municípios de maior proximidade.

O município de Nova União possui boas condições ambientais de acordo com o IBEU. Para a avaliação da qualidade ambiental urbana são considerados aspectos como arborização, a presença ou não de esgoto ao céu aberto e a proporção de lixo por residentes.

As condições habitacionais urbanas tratam da escala da moradia e seu padrão e consideram em seu cálculo se as unidades encontram-se em áreas categorizadas como aglomerados subnormais, a espécie de domicílio, as densidades domiciliar e morador/banheiro e os materiais das paredes das construções. Quando avaliadas as condições habitacionais, o município possui um índice intermediário.

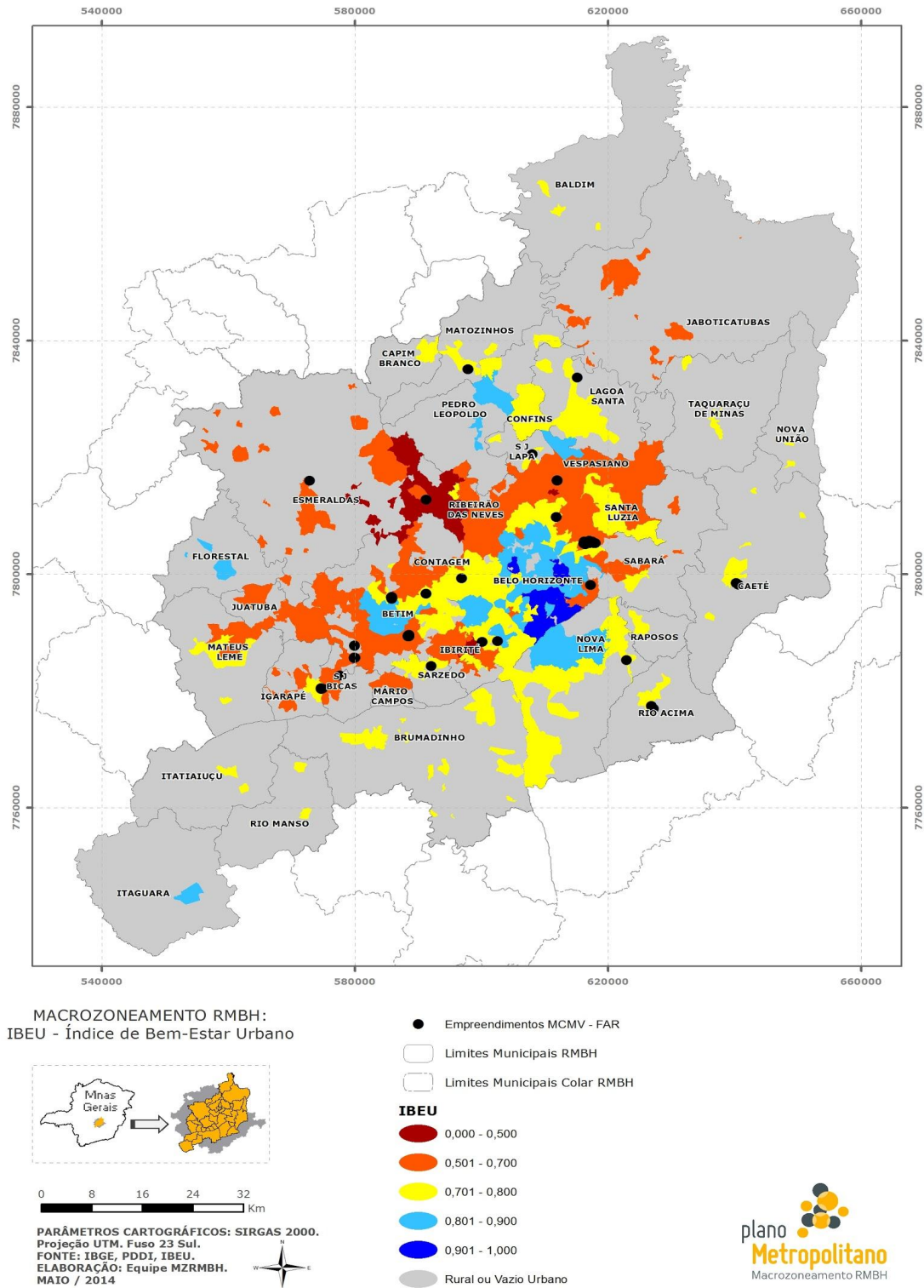
É bom também o atendimento aos serviços coletivos. Esse indicativo considera em sua avaliação os serviços coletivos englobam serviços essenciais: água, esgoto, energia e coleta de lixo.

O município está nas piores faixas de avaliação em relação à infraestrutura urbana. Junto às condições habitacionais, é a principal contribuição para um

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

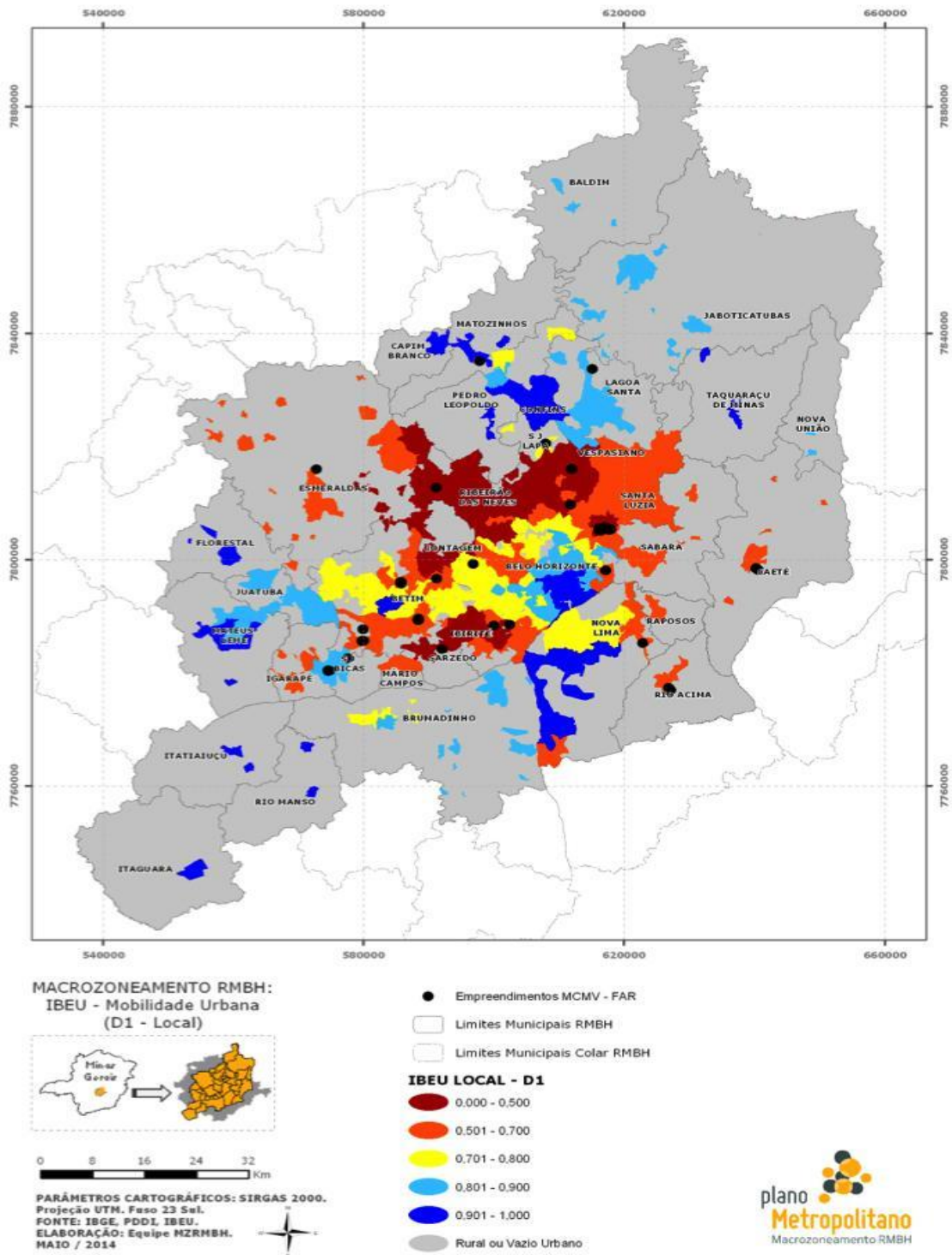
Índice de Bem Estar geral intermediário. Nessa avaliação são considerados iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio e/ou guia, bueiro, boca de lobo, rampas para acessibilidade e identificação dos logradouros.

Figura 33: Índice de Bem-estar Urbano Local, RMBH



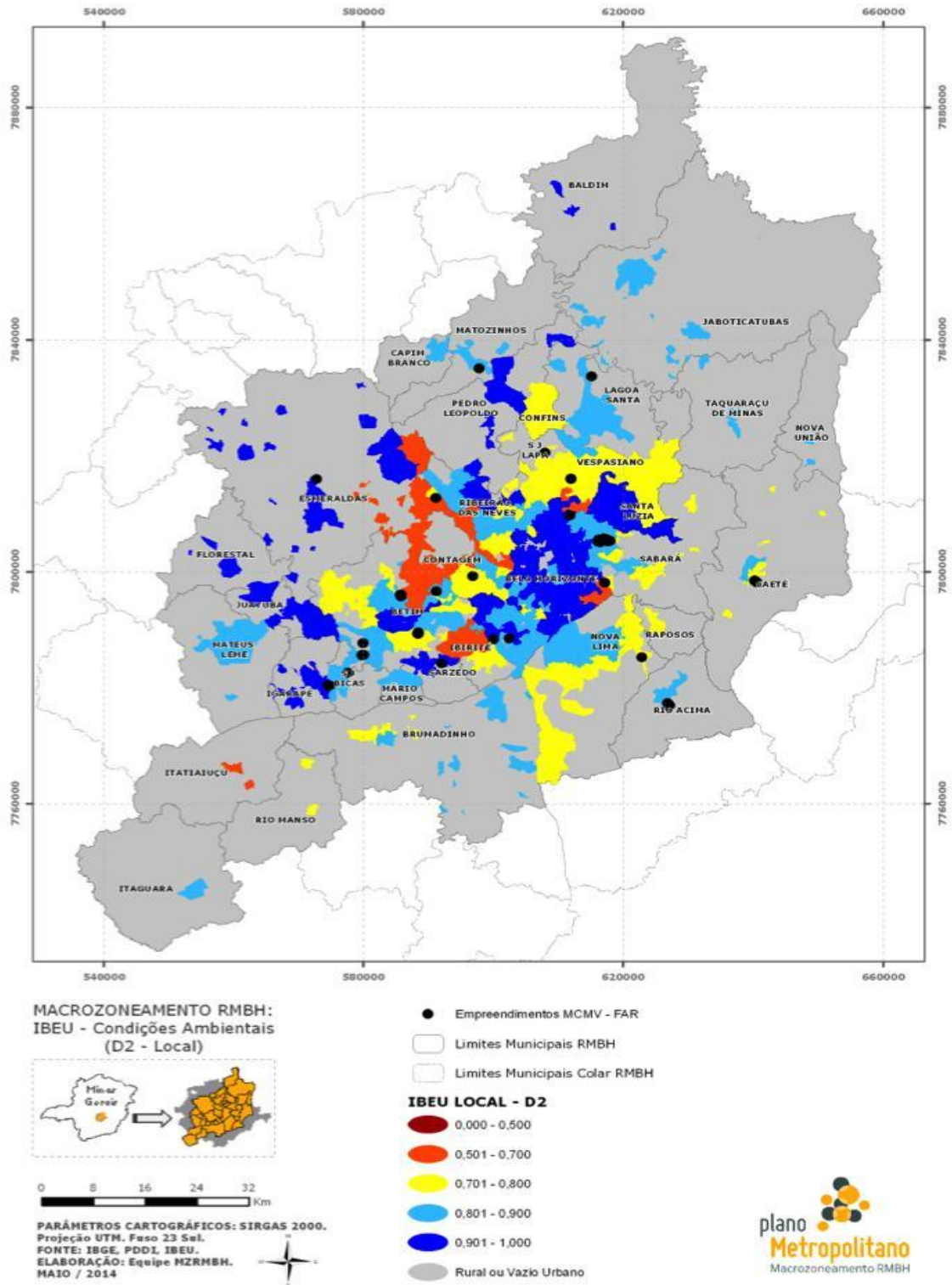
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 34: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH



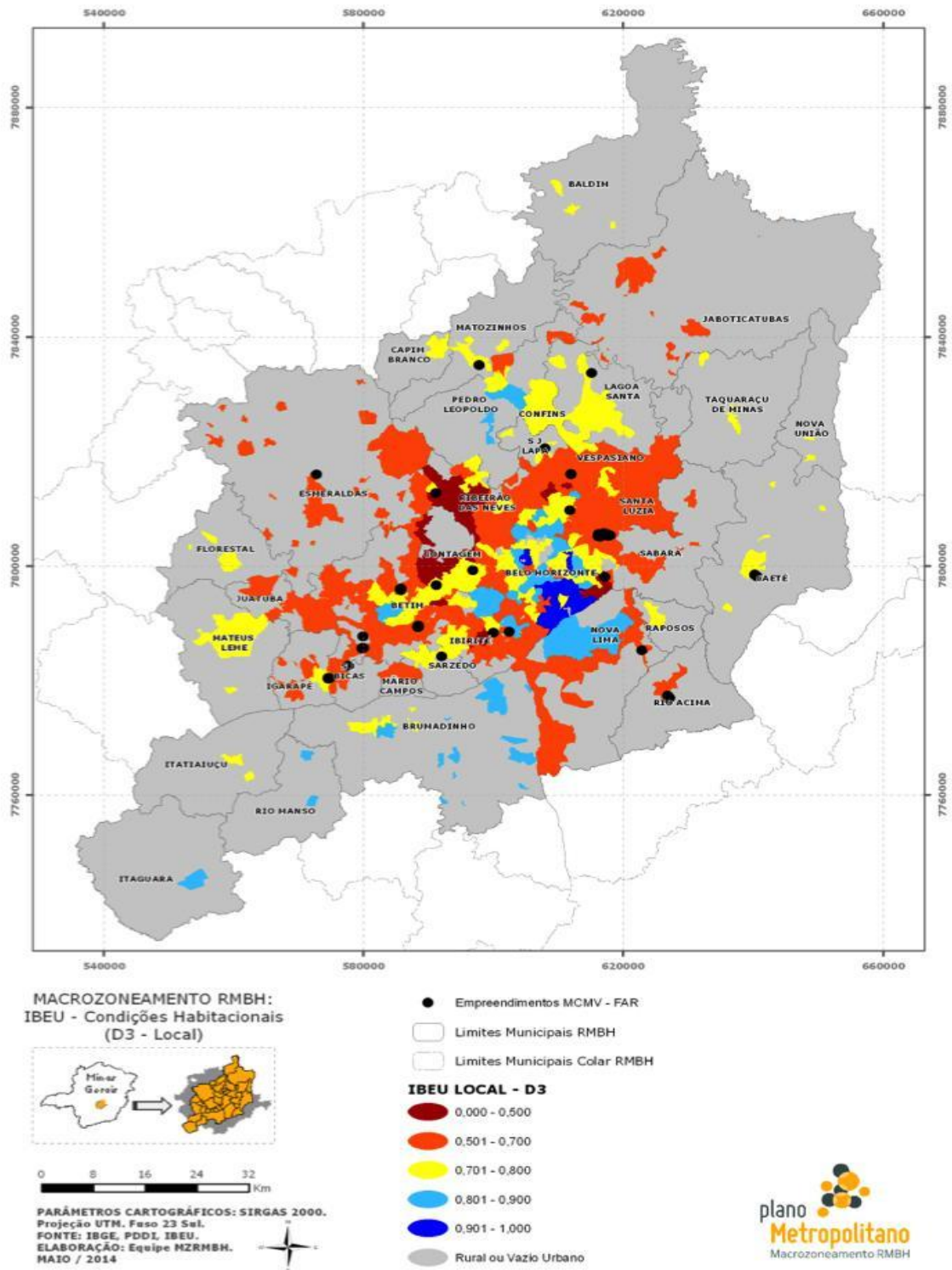
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 35: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH



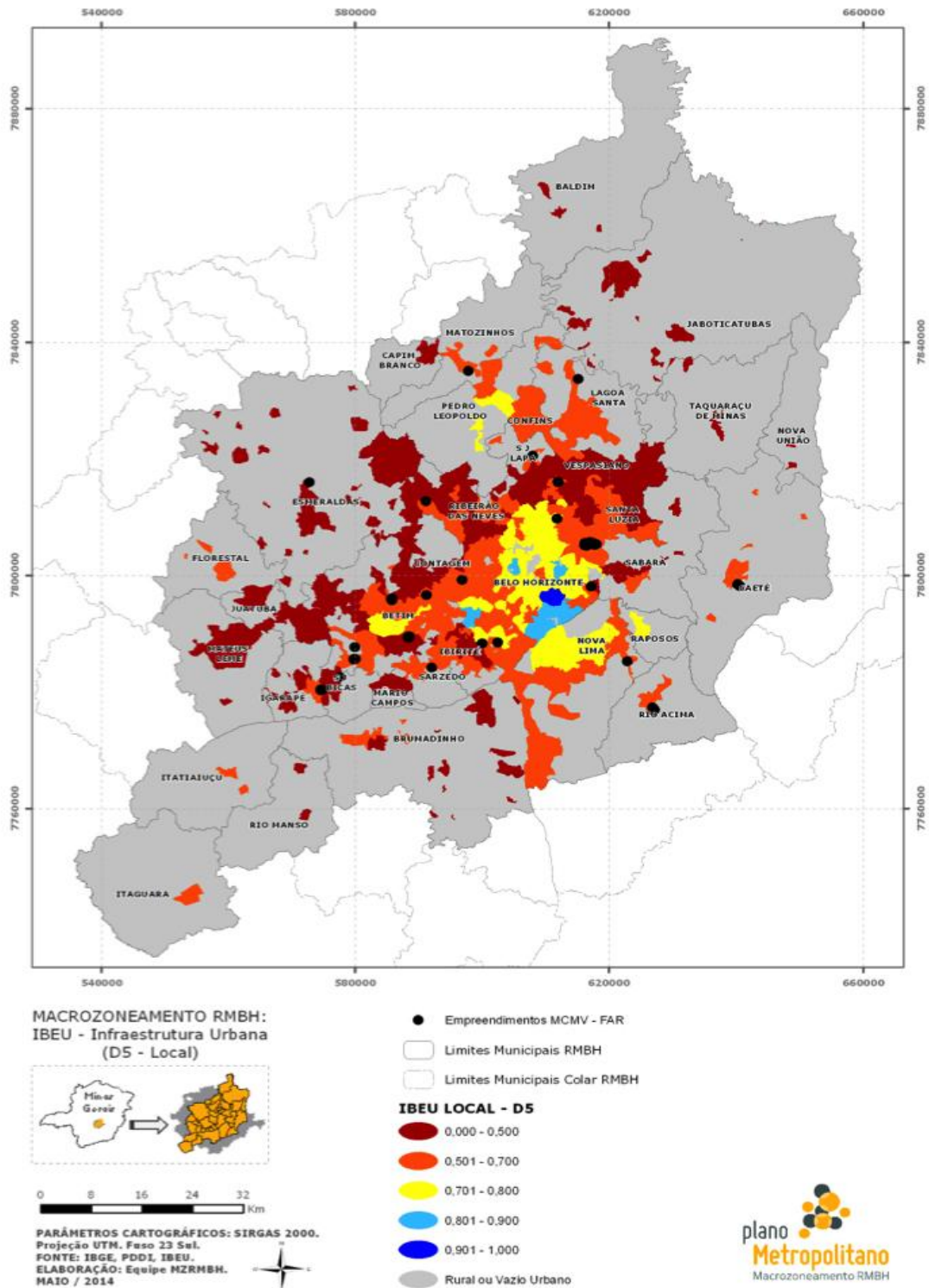
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 36: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

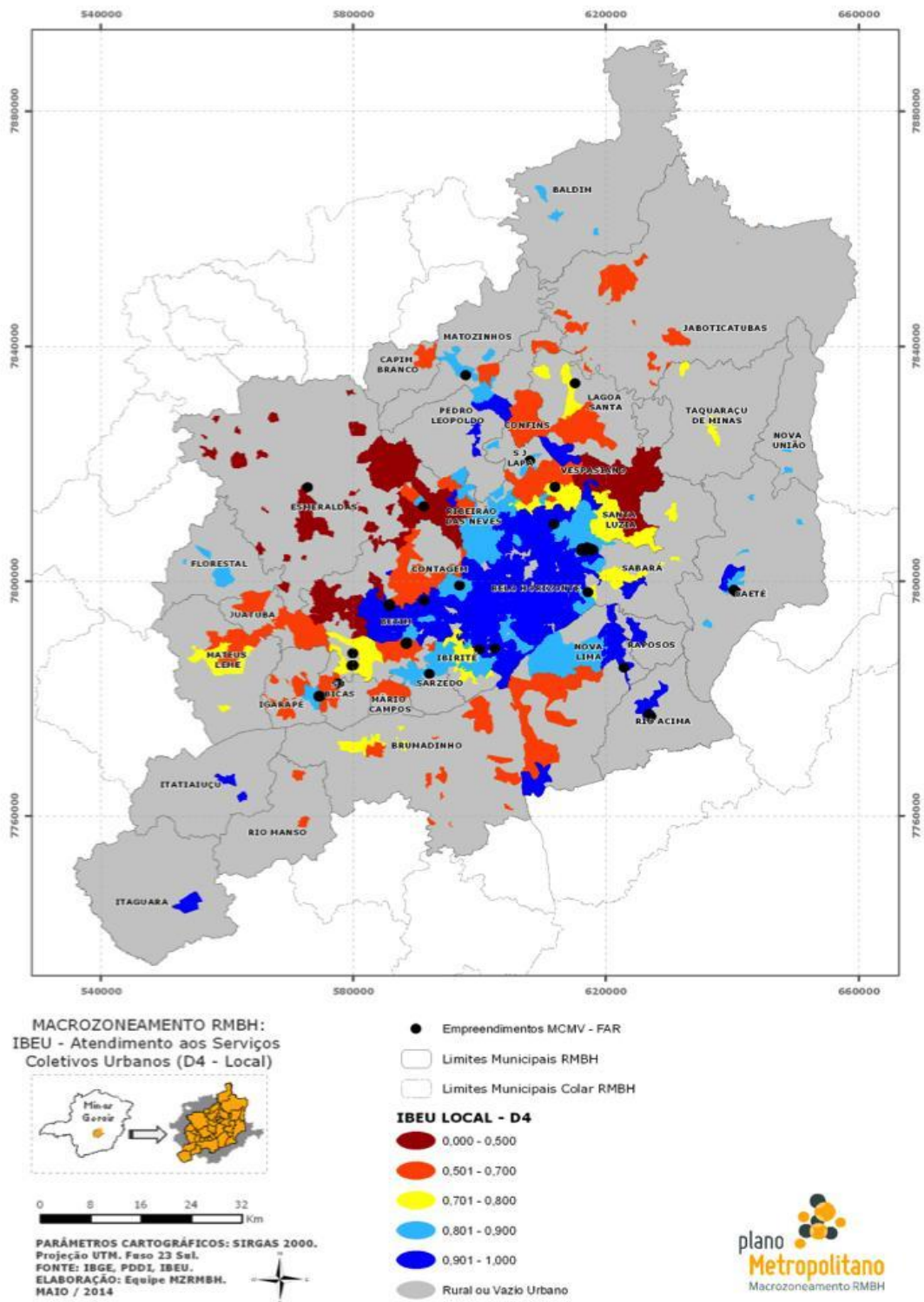
Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010



Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

## **7.4 Zonas Especiais**

A partir de sua definição legal, entende-se como ZEIS as zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação. Tratam-se de áreas destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda, independentemente de tratar-se de áreas previamente ocupadas por assentamentos populares ou de áreas vazias e subutilizadas<sup>18</sup>.

### **7.4.1 Existência de zonas especiais de interesse social**

As ZEIS ocupadas demarcam áreas de assentamentos que apresentam infraestrutura precária, problemas de titularidade e/ou ilegalidades e que se encontram ocupadas por uma população de baixa renda, sendo, portanto, áreas prioritárias para investimentos públicos e sujeitas a regras especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo que tenham como objetivo viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis.

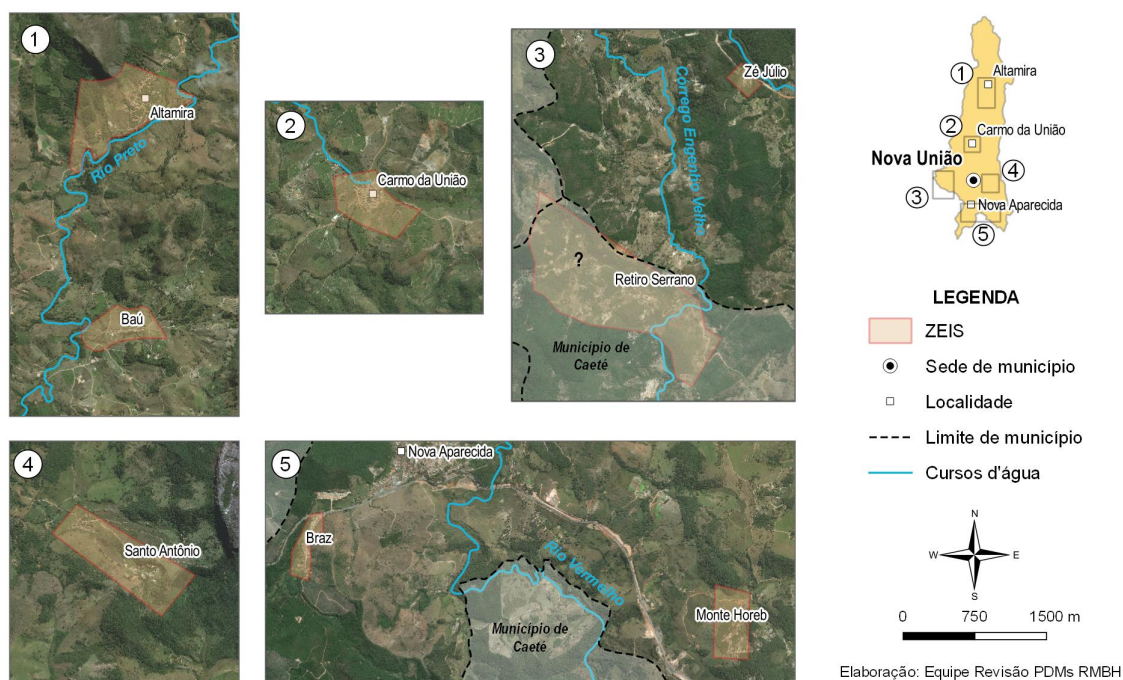
O Plano Diretor de Nova União (Lei 615/2006) delimita como ZEIS: as comunidades de (i) Braz e (ii) Monte Horeb, os bairros (iii; iv) Santo Antônio, (v) Retiro Serrano 1 , (vi) Zé Júlio, (vii) Baú e (viii) Altamira. Essas áreas são prioritárias para regularização fundiária, Habitação de Interesse Social,

---

<sup>18</sup> A delimitação das ZEIS é considerada pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) como um dos instrumentos a ser utilizados pelo planejamento municipal. Essa mesma lei torna a demarcação dessas áreas obrigatória para a ampliação do perímetro urbano dos municípios como consta no art. 42-B (Lei 10.257/2001, art. 42-B, inciso V).

requalificação urbana e projetos sociais, de saneamento e transporte. Não diferenciações na delimitação de áreas ocupadas e vazias.

**Figura 39: Zonas Especiais de Interesse Social, Nova União**



Fonte: Plano Diretor do Município de Nova União, Lei Nº 615 de 22 de setembro de 2006

#### 7.4.1.1 Zonas especiais de interesse social vazias

As ZEIS vazias demarcam áreas vazias ou subutilizadas destinadas para a produção de habitação de interesse social. São áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo que devem facilitar a produção dessas moradias prevendo a aplicação articulada dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e cumprimento da função social da propriedade.

Apesar de não diferenciar as ZEIS entre ocupadas e vazias, sua especificação para produção de HIS junto à definição de infraestrutura básica para seu parcelamento (art.43) sugerem que foram englobadas áreas vazias nessa delimitação.

## **8 MOBILIDADE URBANA**

No que diz respeito aos dados levantados para o presente relatório, a principal fonte de dados é a Pesquisa Origem e Destino da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Pesquisa O/D. Esta é a designação dada a um conjunto de levantamentos realizados para conhecer o padrão de deslocamentos da população, bem como avaliar as condições de mobilidade das diferentes áreas que caracterizam a região metropolitana. A Pesquisa O/D é formada por quatro pesquisas: pesquisa domiciliar, pesquisa nos terminais de transporte, na linha de contorno da região e na linha de travessia. Para atual etapa do processo de revisão do Plano Diretor, esse trabalho considerou apenas os dados da pesquisa domiciliar, por ser a pesquisa mais abrangente e com maior volume de informações.

A Pesquisa O/D é realizada a cada dez anos desde 1972, mas para o presente relatório foram levadas em consideração e sistematizadas as pesquisas dos anos de 2002 e 2012. Na pesquisa foram levantadas, a partir de amostragem domiciliar, os dados referentes às viagens cotidianas realizadas, seu motivo e modo, além da caracterização socioeconômica dos domicílios pesquisados<sup>19</sup>.

Além dos dados da Pesquisa O/D, este relatório levantou dados relativos à frota e população municipal, disponibilizados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – e pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Adicionalmente, utilizou-se dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para verificação das linhas de transporte metropolitano que passam pelo território do

---

<sup>19</sup> Os domicílios foram divididos em Áreas Homogêneas (AHs) a partir de setores censitários e posteriormente agregados em campos. A validade estatística dessa amostragem só é possível a partir do campo como unidade territorial. Para efeito do presente relatório, foi considerada a agregação por município

município, bem como consultas a legislação e órgãos administrativos municipais, para verificação do atual estado de planejamento e gestão da mobilidade urbana em Nova União.

Antes de passarmos ao detalhamento de como os dados serão apresentados, é necessário compreender que aspectos fundamentais da mobilidade urbana ainda não foram identificados e sistematizados por pesquisas específicas, como é o caso de demandas reprimidas de deslocamento, isto é, de deslocamentos não realizados por falta de meios e oportunidades para tal. Esse dado é fundamental para o planejamento da mobilidade e políticas de gestão de demanda no transporte.

Os dados foram sistematizados e serão apresentados da seguinte maneira:

- Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.
- Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação.
- Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo.

### **8.1 Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.**

No que diz respeito aos dados levantados para o presente relatório, a principal fonte de dados é a Pesquisa Origem e Destino da região metropolitana de Belo Horizonte – Pesquisa O/D. Esta é a designação dada a um conjunto de levantamentos realizados para conhecer o padrão de deslocamentos da população, bem como avaliar as condições de mobilidade das diferentes áreas que caracterizam a região metropolitana. A Pesquisa O/D é formada por quatro pesquisas: pesquisa domiciliar, pesquisa nos terminais de transporte, na linha de contorno da região e na linha de travessia. Para atual etapa do processo de revisão do Plano Diretor, este trabalho considerou apenas os dados da pesquisa

domiciliar, por ser a pesquisa mais abrangente e com maior volume de informações.

A Pesquisa O/D é realizada a cada dez anos desde 1972, mas para o presente relatório foram levadas em consideração e sistematizadas as pesquisas dos anos de 2002 e 2012. Na pesquisa foram levantadas, a partir de amostragem domiciliar, os dados referentes às viagens cotidianas realizadas, seu motivo e modo, além da caracterização sócio-econômica dos domicílios pesquisados<sup>20</sup>.

Além dos dados da Pesquisa O/D, este relatório levantou dados relativos à frota e população municipal, disponibilizados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – e pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Adicionalmente, utilizou-se dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para verificação das linhas de transporte metropolitano que passam pelo território do município, bem como consultas a legislação e órgãos administrativos municipais, para verificação do atual estado de planejamento e gestão da mobilidade urbana em Nova União.

Antes de passarmos ao detalhamento de como os dados serão apresentados, é necessário compreender que aspectos fundamentais da mobilidade urbana ainda não foram identificados e sistematizados por pesquisas específicas, como é o caso de demandas reprimidas de deslocamento, isto é, de deslocamentos não realizados por falta de meios e oportunidades para tal. Esse dado é fundamental para o planejamento da mobilidade e políticas de gestão de demanda no transporte.

---

<sup>20</sup> Os domicílios foram divididos em Áreas Homogêneas (AHs) a partir de setores censitários e posteriormente agregados em campos. A validade estatística dessa amostragem só é possível a partir do campo como unidade territorial. Para efeito do presente relatório, foi considerada a agregação por município.

Os dados foram sistematizados e serão apresentados da seguinte maneira:

- Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.
- Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação.
- Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo.

## **8.2 Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.**

O município de Nova União se localiza na porção nordeste da RMBH, seu território é atravessado pela rodovia BR-381, ligando a RMBH ao leste do estado de Minas Gerais e ao estado do Espírito Santo.

Quanto à administração da mobilidade urbana no município, buscou-se aferir as seguintes informações: existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou para administração do transporte e trânsito; existência de Plano de Mobilidade Urbana para o município, conforme previsto pela lei federal 12.587/2012 em seu artigo 24; existência de mapa de hierarquia viária, além da forma de concessão do serviço de transporte coletivo municipal, conforme diretrizes estabelecidas na Constituição Federal e na lei supracitada (capítulo II). As informações foram sistematizadas no quadro abaixo:

**Quadro 13- Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Nova União.**

<b>Fonte e data</b>	<b>Dado</b>	<b>Categoria</b>
Existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou transporte e trânsito	Não	Lei Orgânica Municipal
Existência de Plano de Mobilidade Urbana	Não – sem previsão no Plano Diretor	Lei 615/2006

Existência de mapa de hierarquia viária	Não	
Forma de concessão e operação do transporte coletivo municipal	Não existe	Site da prefeitura e grupo de acompanhamento, cotejada com dados da pesquisa O/D.

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores Municipais, 2017**

Assim, como se pode constatar, há indicadores de que Nova União tem uma relativa baixa capacidade administrativa para o planejamento e gestão da mobilidade urbana, uma vez que não possui secretaria específica para o tema.

Além da ausência de secretaria específica, destaca-se, também, a ausência do Plano de Mobilidade Urbana para o município de Nova União que, como citado anteriormente, deve ser obrigatoriamente elaborado para municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas até 3 de janeiro de 2018, sob a penalidade de o município não poder receber repasses federais para políticas de mobilidade urbana. A elaboração do plano de mobilidade urbana não está prevista no plano diretor do município.

Por fim, o município de Nova União não possui mapa de hierarquização viária para seu território. Além de não ofertar transporte coletivo por ônibus no âmbito municipal. Outras informações a respeito da oferta de transporte público no município e sobre fatores de atração de viagens podem ser vistas no quadro abaixo.

**Quadro 14 - Dados sobre oferta de transporte público e pólos atratores de viagens em Nova União**

<b>Categoria</b>	<b>Dado</b>	<b>Fonte e detalhamento</b>
Nº de linhas de transporte municipal no município	Não possui	Site da prefeitura e grupo de acompanhamento, cotejada com dados da pesquisa O/D.
Nº de linhas de transporte metropolitano pelo território	3 linhas (4880, 4881, 4882)	SETOP, 2017, cotejada com dados da pesquisa O/D RMBH 2012 e informações



Processo de Revisão  
**planoDiretor**

municipal		do Grupo de Acompanhamento
Linhas de transporte interurbano (para fora da RMBH) relevantes	Não existe	SETOP, 2017, cotejada com informações do Grupo de Acompanhamento
Atendimento por transporte público à área rural do município	Sim – por meio do transporte escolar	Site da prefeitura e grupo de acompanhamento, cotejada com dados da pesquisa O/D.
Existência de transporte escolar	Sim	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Existência de local de atração e/ou produção de viagens de carga (ex: centro de distribuição logística)	Não	Site da prefeitura e grupo de acompanhamento, cotejada com dados da pesquisa O/D.

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017**

O transporte público coletivo por ônibus no município de Nova União, como serviço específico para esse fim, é constituído por linhas do sistema metropolitano, cuja sua concessão é regulada pela Superintendência de Transporte Metropolitano (STM), vinculada à Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (SETOP), existem 3 linhas que perpassam o território municipal, são elas:

- 4879 – Carmo União (Nova União)/Caeté – tarifa R\$13,45
- 4881 – Nova União/Caeté via Antônio dos Santos – tarifa R\$10,90
- 4882 – Nova União/Terminal São Gabriel – tarifa R\$12,50

Assim, como se pode constatar, das três linhas metropolitanas que passam por Nova União, duas ligam ao município de Caeté e uma liga a Belo Horizonte. É necessário notar que todas têm valores tarifários altos, que diminuem a atratividade desses deslocamentos por esse modo de transporte. Não se constatou nenhuma linha intermunicipal não metropolitana que influa nos deslocamentos cotidianos do município de Nova União.

Além das linhas de transporte coletivo propriamente ditas, muitas das quais ligam à área rural do município, Nova União conta com uma frota para realizar o transporte escolar rural e urbano, financiadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo o Censo Escolar do Transporte Escolar do Plano Nacional de Atendimento por Transporte Escolar 2017 (PNATE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Nova União possui uma população de 446 alunos que necessitam de transporte escolar rural, recebendo um aporte do governo federal de R\$59.277,56. Segundo informações prestadas por órgãos da prefeitura, hoje em dia estão à disposição 38 veículos, e destes, 17 atendem à área rural para o transporte escolar.

Por fim, constata-se que, no município de Nova União, não há nenhuma atividade econômica que seja pólo atrator e gerador de viagens de transporte de carga na região.

### **8.3 Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação**

Os dados a seguir apresentados buscam dar uma dimensão de como a mobilidade urbana variou em Nova União ao longo da última década, bem como comparar essa variação com cenários mais abrangentes – no município de Belo Horizonte, na Região Metropolitana como um todo e no país, quando houver dados. Assim, são apresentados os dados referentes a quantidade de veículos registrados no município, e nas outras unidades territoriais em análise, nos anos de 2004 e 2015, bem como o número de viagens realizadas no município, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, nos anos de 2002 e 2012, a partir da Pesquisa Origem-Destino. Para tornar a comparação mais possível, são elaboradas e apresentadas as taxas de motorização e mobilidade de cada uma dessas informações.

### 8.3.1 Frota de veículos

A frota de veículos é a informação da quantidade de veículos motorizados registrados pelo Departamento Nacional de Trânsito no período em questão. Quando o território se refere a um município, o dado se refere a quantidade de veículos emplacados no referido município. Para a RMBH e Brasil, o dado se refere ao somatório de veículos emplacados nos municípios que compõem essas unidades territoriais<sup>21</sup>. O quadro a seguir resume os dados:

**Quadro 15 - Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Nova União, Belo Horizonte, RMBH e Brasil**

Território	Frota de Veículos em 2004	Frota de veículos em 2015	Variação (%)
Nova União	859	2.643	207,68%
Belo Horizonte	816.091	1.714.233	110,05%
RMBH	1.217.730	2.830.842	132,47%
Brasil	39.240.825	90.686.936	131,10%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN (2004 e 2015)**

Se na capital mineira, na RMBH e no país como um todo o número de veículos mais que duplicou, em Nova União esse valor cresceu significativamente acima da média metropolitana, mais que triplicando. Entretanto essa alta taxa de

---

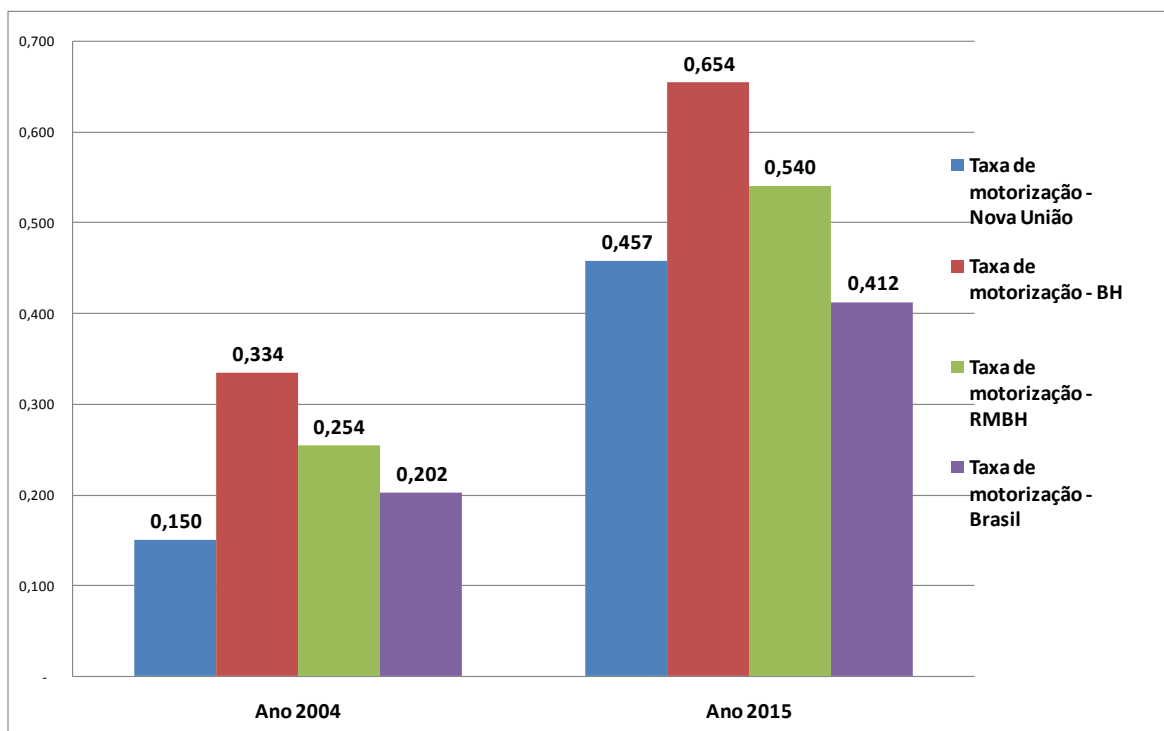
<sup>21</sup> É importante frisar que os dados se referem a todas qualidades de veículos automotores existentes (automóveis, caminhonetes, camionetas, utilitários, motocicletas, motonetas, ciclomotores, quadriciclos, triciclos, micro-ônibus, ônibus, caminhões, caminhões-tratores, reboques e semi-reboques), mas que os veículos leves automotores (automóveis, caminhonetes, motocicletas e afins) respondem pela maior parte de sua composição. Além disso, ressalta-se que ambos os dados se referem aos meses de dezembro de cada ano e foram retirados do sítio eletrônico do Denatran no ano de 2016. Atualmente, o Denatran retirou a informação de frota por município de seu portal na internet.

crescimento deve ser ponderada pelo menor número absoluto de veículos adicionados (1.784) e pelo número de habitantes do município, como se verá a seguir.

### 8.3.2 Taxa de motorização 2004 e 2015

A taxa de motorização é a razão entre o número de veículos pertencentes a um território e sua quantidade de habitantes. Em outras palavras, é a quantidade de veículos por pessoa que existe em cada localidade. Ponderada pela população (a partir das estimativas populacionais oficiais do IBGE), a taxa de motorização permite a comparação entre territórios de escala e complexidade diferentes.

**Figura 40: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Nova União, Belo Horizonte, RMBH e Brasil**



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN e IBGE (2004 e 2015)

Como se pode ver na figura acima, a taxa de motorização de Nova União praticamente triplicou entre 2004 e 2015, mas, mesmo assim, permaneceu abaixo

das médias para a RMBH e de Belo Horizonte, mas ultrapassando a média nacional. Nesse sentido, o crescimento ocorrido no município se deu, entre outros fatores, pelo fato de que havia mais espaço e potencial de crescimento do que nas outras localidades, justamente por seu índice se encontrar abaixo da média. Cabe a reflexão se esse volume de motorização é necessário para a mobilidade urbana do município, e qual seria um eventual ponto de saturação.

### **8.3.3 Divisão territorial na pesquisa O-D – número de áreas homogêneas e unidades de macro mobilidade no município**

A Pesquisa Origem-Destino da RMBH, tanto em 2002 como 2012, trabalha com amostragens de domicílios divididos a partir de áreas homogêneas, como sua menor área de divisão territorial. As áreas homogêneas são determinadas a partir da agregação de setores censitários do IBGE. As áreas homogêneas, entretanto, não podem ter seus dados de viagens e caracterização socioeconômica expandidos com validade estatística para o universo total da RMBH. Por isso, as áreas homogêneas são agregadas em campos, a menor unidade territorial com validade estatística para a Pesquisa O-D e posteriormente em unidades de macro mobilidade (UMM).

Antes de se analisar os dados sobre viagens em Nova União apresentados pela Pesquisa O-D em 2002 e 2012, é necessário ressaltar que o município se constitui de uma única UMM, composta de 4 áreas homogêneas em 2002 e 6 em 2012. A quantidade e a variação da divisão territorial de análise do município funciona como um elemento de aproximação da variação do grau de complexidade de sua mobilidade urbana.

### 8.3.4 Número de viagens realizadas por dia útil e taxa de mobilidade 2002 e 2012

O número de viagens realizadas em um município se refere à quantidade de pessoas que realizaram um deslocamento entre dois pontos específicos, utilizando-se um ou mais meios de transporte. As viagens levantadas pela pesquisa são aquelas realizadas em um dia útil da semana. A Pesquisa O-D RMBH identificou a seguinte composição de viagens para a RMBH, Belo Horizonte e o município de Nova União.

**Quadro 16 -Viagens cotidianas realizadas em Nova União, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012**

Território	Viagens realizadas em 2002	Viagens realizadas em 2012	Variação (%)
Nova União	3.773	15.334	306,37%
Belo Horizonte	3.955.844	6.810.346	72,16%
RMBH	6.264.678	13.059.719	108,47%
Participação percentual de Nova União no total de viagens da RMBH	0,06%	0,12%	94,95%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

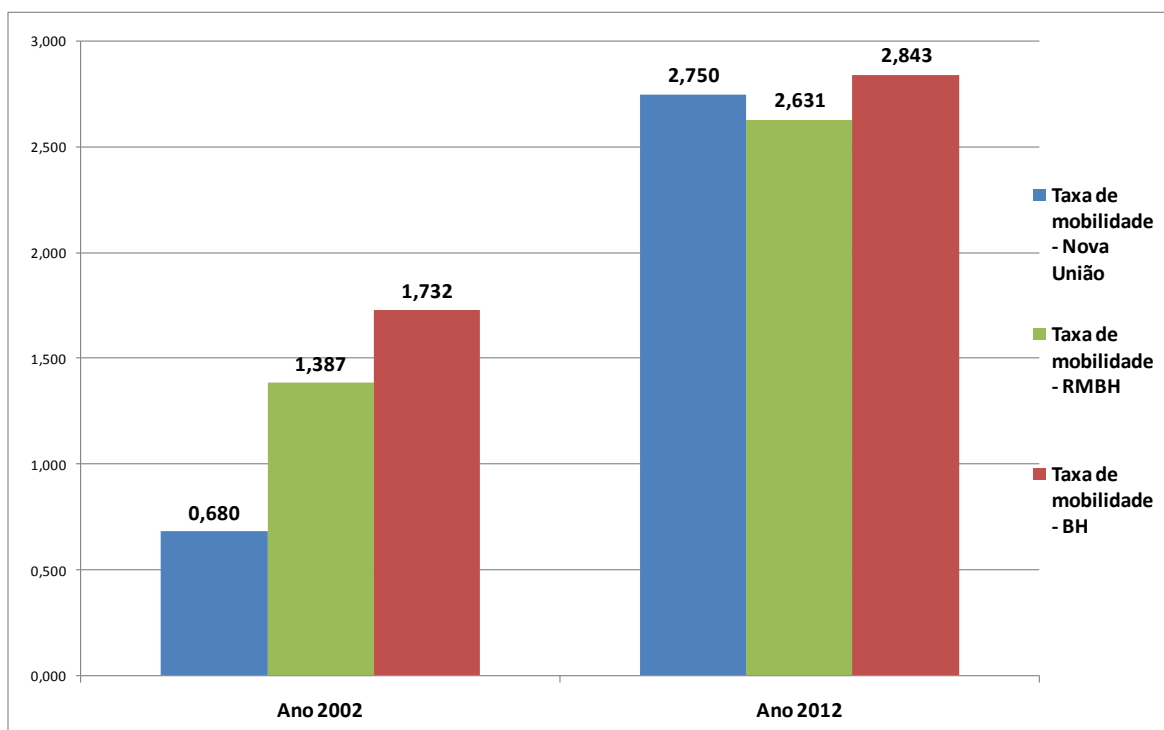
Como se pode ver pelo quadro acima, houve grande crescimento do número de viagens realizadas tanto no município de Nova União, como em Belo Horizonte e na RMBH. É de se atentar que a taxa de crescimento de Nova União foi mais que quatro vezes a de Belo Horizonte e perto do triplo da de RMBH, tendo mais que quadruplicado seus deslocamentos cotidianos entre 2002 e 2012. Novamente, como na questão da frota de carros, há uma diferença no volume que as quantidades no município e na RMBH representam. É importante ressaltar que, em virtude da taxa de crescimento do número de viagens em Nova União ter sido

maior que a RMBH, a participação percentual das viagens geradas no município em relação ao total metropolitano aumentou de 0,06% para 0,12% de 2002 para 2012. Mas, como mostram as percentagens, essa mudança teve pouco impacto na RMBH como um todo, representando ainda menos de uma a cada quinhentas viagens realizadas na região metropolitana.

Para podermos realizar uma comparação mais efetiva dos dados de crescimento do número de viagens, cabe o mesmo tratamento realizado com as informações sobre a frota de veículos.

A taxa de mobilidade é a razão entre o número de viagens realizadas por dia útil, constatada na pesquisa Origem-Destino em determinada localidade, e a quantidade de habitantes do território em questão. Abaixo é apresentada a figura comparativa da taxa de mobilidade para Nova União, Belo Horizonte e a Região Metropolitana.

**Figura 41: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Nova União, Belo Horizonte e RMBH.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH e IBGE (2002 e 2012)**

Como se vê acima, as taxas de mobilidade cresceram significativamente em todas as agregações territoriais analisadas. Entretanto, pode-se ver que a taxa de mobilidade de Nova União ultrapassou a taxa da RMBH e se aproximou da de Belo Horizonte. Em outros termos, apesar da taxa de motorização ser mais baixa que a média, a taxa de mobilidade de Nova União se compara a dos grandes centros, demonstrando um grande desenvolvimento dos deslocamentos no município na última década.

#### **8.4 – Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo**

A presente seção irá detalhar os dados agregados de viagens por unidade territorial, sistematizando o modo como foram realizadas, o local de origem e destino e os motivos para o deslocamento. Essas informações são relevantes não

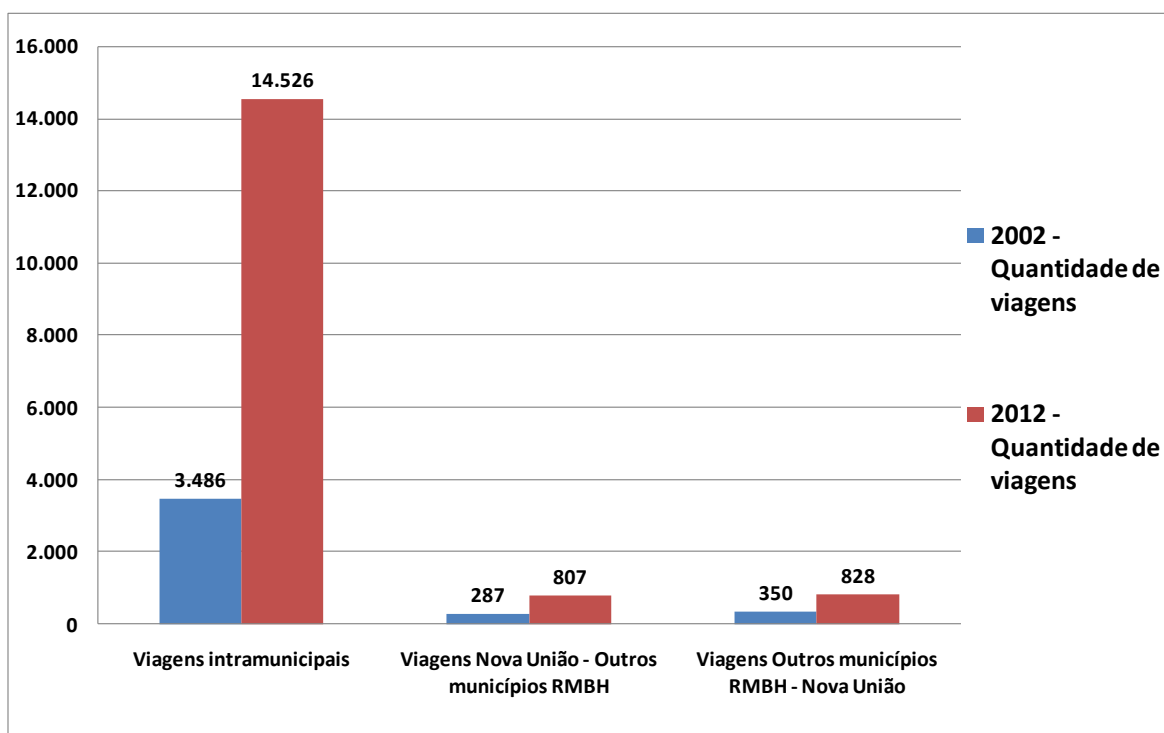


apenas para se pensar políticas públicas de mobilidade urbana, como também para compreender as relações econômicas e sociais de interdependência entre os territórios.

#### **8.3.5 Pesquisa O-D - composição das viagens por origem e destino e relação percentual com o restante da RMBH**

A figura abaixo mostra, para 2002 e 2012 a composição das viagens com origem em Nova União divididas por destino, se para o próprio município ou se para outros municípios da RMBH, bem como mostra quantas viagens foram realizadas de outros municípios metropolitanos com destino a Nova União.

**Figura 42: Número de viagens realizadas entre Nova União e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 2012.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Para se compreender melhor a divisão das viagens de Nova União por origem e destino, os quadros a seguir mostram os dados em termos percentuais.

**Quadro 17 - Divisão percentual das viagens com origem em Mateus Leme, por destino da viagem, em 2002 e 2012**

Destino do deslocamento / Ano	2002	2012
Nova União	92,39%	94,73%
Outros municípios da RMBH	7,61%	5,27%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

**Quadro 18 - Divisão das viagens com destino a Nova União, por origem da viagem, em 2002 e 2012**

Origem do deslocamento / Ano	2002	2012
Nova União	90,87%	94,61%
Outros municípios - RMBH	9,13%	5,39%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Os quadros acima demonstram que 92,39% das viagens produzidas pelo município de Nova União em 2002 eram viagens intramunicipais, ou seja, viagens com origem e destino no território do município. Esse valor cresce marginalmente em 2012, chegando a 94,73% do total de viagens. Inversamente, pode-se dizer que 7,61% das viagens em 2002 têm por destino outro município na RMBH, valor que cai proporcionalmente para 5,27% em 2012. Esses valores apresentam algum grau de autonomia de Nova União, sem indicar, necessariamente, isolamento em relação a outros municípios da RMBH, apesar de estar significativamente acima da média metropolitana de viagens intramunicipais, de 85%. É necessário avaliar outros aspectos da realidade municipal para se afirmar se esse valor pode ou não ser considerado um bom indicador do grau de autonomia ou de isolamento do município. Tendo em vista o porte populacional e econômico do município, é mais possível que o segundo caso seja mais correto.

A proporção de viagens atraídas pelo município de Nova União, isto é, viagens cujo destino final foi o município, segue praticamente a mesma distribuição que as viagens produzidas. Ou seja, 9,13% dos deslocamentos com destino a Nova União se originaram de outros municípios da RMBH em 2002, valor que cai para 5,39% em 2012. Essa similaridade na proporção de deslocamentos indica complementaridade das viagens e, possivelmente, movimentos pendulares entre casa e trabalho. Futuramente, esses dados poderão ser desagregados por motivo do deslocamento, para melhor caracterização.

O quadro seguinte apresenta os municípios da RMBH com os quais Nova União realizou deslocamentos em 2002 e 2012.

**Quadro 1 - Distribuição das viagens com origem em Nova União e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.**

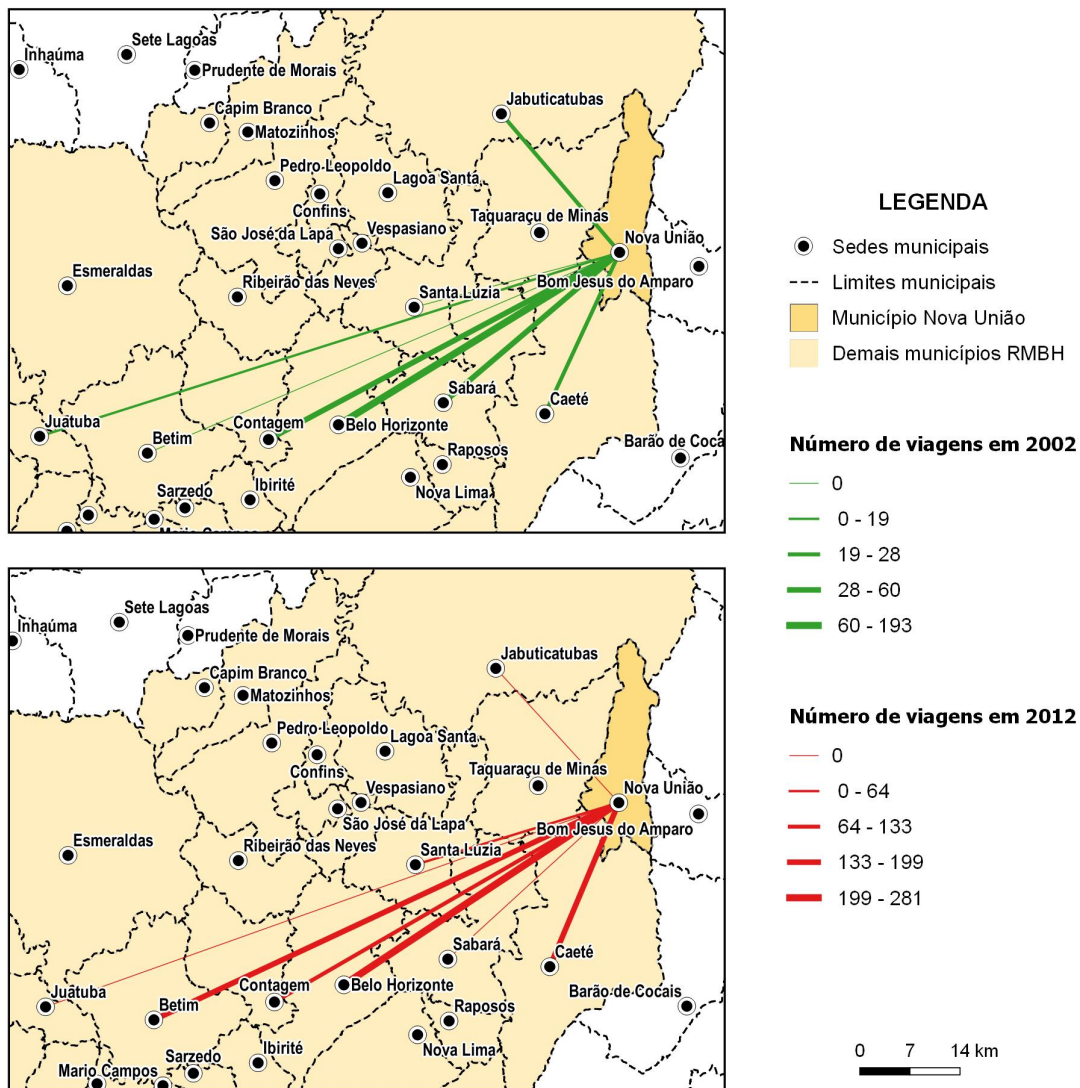
Destino da viagem	Proporção viagens 2002	Proporção de viagens em 2012
Belo Horizonte	52,39%	42,69%
Caeté	9,68%	26,83%
Betim	0,00%	20,08%
Santa Luzia	0,00%	7,97%
Taquaraçu de Minas	0,00%	2,44%
Contagem	0,00%	1,05%
Sabará	20,82%	0,00%
Juatuba	6,64%	0,00%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

A composição de viagens com origem em Nova União e destino a outros municípios apresentou algumas mudanças entre 2002 e 2012. Assim, a participação de Caeté passou de 9,68% em 2002 para 26,86% dos deslocamentos intermunicipais na RMBH em 2012. Betim cresce de nenhuma participação em 2002 para 20,08% das viagens em 2012. Da mesma forma, Santa Luzia passa de nenhuma participação a 7,97% dos deslocamentos. Inversamente, tanto Contagem quanto Sabará passam a não constar na matriz de destinos de Nova União, tornando nula uma participação que era de 10,47% e 20,82% em 2002, respectivamente Belo Horizonte, por outro lado, permanece sendo o principal destino dos deslocamentos de Nova União, ainda que sua

participação tenha passado de 52,39% para 42,69% entre 2002 e 2012. Todos esses dados proporcionais devem ser cotejados com o crescimento do número absoluto de viagens, que pode ser melhor visualizada na figura a seguir:

**Figura 43: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Nova União, anos de 2002 e 2012.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Assim, percebe-se que as principais relações que geram deslocamentos intermunicipais cotidianos, e que permaneceram entre 2002 e 2012, em Nova União são apenas com Caeté e Belo Horizonte. Outras relações de destaque são com Contagem, em 2002, e Betim, em 2012. Pode-se inferir que o motivo da permanência de Caeté é sua proximidade com Nova União, com o qual é

limítrofe. Belo Horizonte, por sua vez, atrai deslocamentos em virtude de seu peso econômico e escala de serviços e equipamentos urbanos. Entretanto, cabe aqui apontar a necessidade de se aprofundar na compreensão da natureza dessas relações intermunicipais.

Analogamente aos destinos, apresenta-se abaixo o quadro que detalha a origem dos deslocamentos intermunicipais com destino a Nova União, em 2002 e 2012.

**Quadro 2 - Distribuição das viagens com destino a Nova União com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012**

Destino da viagem	Proporção viagens 2002	Proporção de viagens em 2012
Belo Horizonte	55,23%	33,93%
Caeté	7,94%	24,03%
Betim	0,00%	18,22%
Contagem	8,59%	16,04%
Santa Luzia	0,00%	7,77%
Sabará	17,16%	0,00%
Jaboticatubas	5,63%	0,00%
Juatuba	5,45%	0,00%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

A figura acima apresenta algumas semelhanças com a composição da figura anterior. Isso se dá em virtude, principalmente, de deslocamentos pendulares, no qual se vai e volta para o mesmo município em um mesmo dia. Na figura, Caeté tem crescimento de 7,94% para 24,06% dos deslocamentos para Nova União. Contagem aumenta sua participação, passando de 8,59% para 16,04% entre 2002 e 2012. Betim passa a exercer peso significativo, passando de 0% em 2002 para 18,22% da origem dos deslocamentos para Nova União. Por fim, Belo Horizonte continua sendo o principal município a manter relações com Nova União, mas tem sua participação diminuída como origem das viagens cotidianas para o município, passando de 55,23% em 2002, para 33,92% em 2012.

Todas essas informações são relevantes para se pensar o planejamento da mobilidade urbana coordenada com o uso e ocupação do solo, além de ser

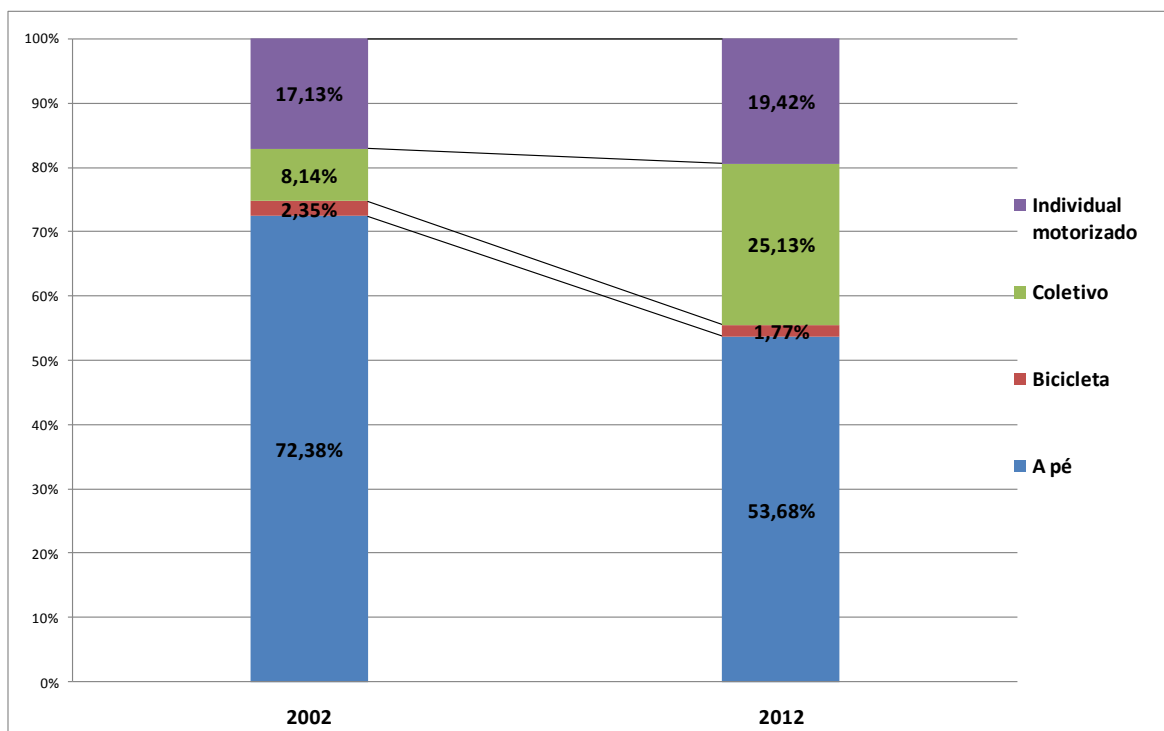
argumento necessário para discussões interfederativas sobre a malha rodoviária que perpassa o município.

### **8.3.6 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por modo agrupado - 2002 e 2012**

A seguir é apresentada a variação das viagens realizadas em Nova União, por modo de transporte, entre os anos de 2002 e 2012. Além do modo a pé e por bicicleta, há as categorias de “modo individual motorizado” que compreende qualquer deslocamento cujo modo principal foi o automóvel, seja como motorista ou carona, motocicleta, táxi, caminhão ou perua, e de “modo coletivo”, que compreende deslocamentos por ônibus, transporte especial e transporte escolar.



**Figura 44: Distribuição das viagens produzidas em Nova União por modo de transporte, em 2002 e 2012.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

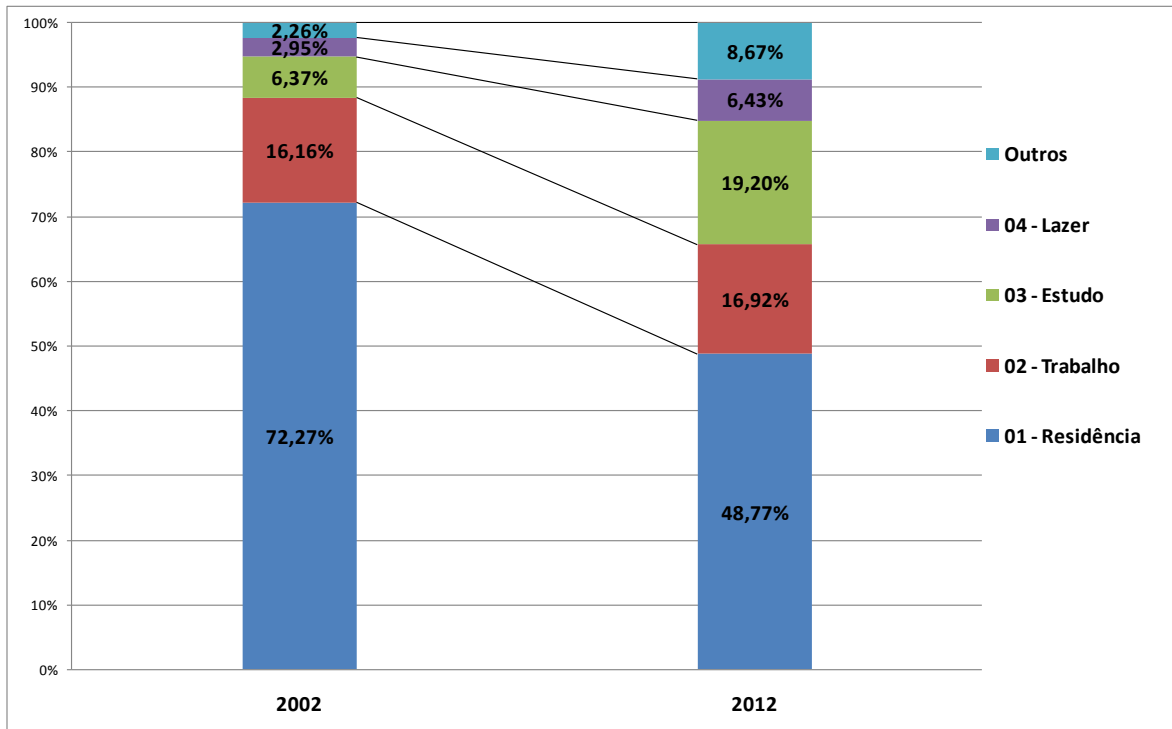
Como se pode constatar pela figura acima, o modo a pé continua o predominante nos deslocamentos de Nova União, compondo cerca de 50% do total em 2012. Entretanto, é preciso notar que sua participação relativa foi a que mais diminuiu entre 2002 e 2012, passando de 72,38% para 53,68% do total de deslocamentos entre esses anos. A participação do modo bicicleta reduziu-se marginalmente, de 2,35% para 1,77% entre 2002 e 2012, ainda que o número absoluto de viagens por esse modo tenha aumentado. Seguindo a tendência nacional com menor intensidade, Nova União teve aumento na proporção de viagens pelo modo individual motorizado, que passaram de 17,13% em 2002 para 19,42% em 2012. Outro dado que chama a atenção é o aumento da proporção de viagens pelo modo coletivo, que passaram de 8,14% para 25,13%, contrariando a tendência

nacional. Ao se analisar os dados de maneira desagregada, percebe-se que o grande responsável por esse aumento é o transporte escolar, que passa de 124 para 2.060 viagens cotidianas, fruto da política de transporte escolar coordenada federativamente. Ainda assim, é necessário destacar que o transporte por ônibus continua com baixa capacidade de mobilidade. Assim, é necessário ter essa questão em conta no processo de revisão do Plano Diretor, bem como na elaboração de outras políticas públicas.

### **8.3.7 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por motivo - 2002 e 2012**

A seguir é apresentada a variação relativa de viagens produzidas em Nova União com relação ao motivo principal que gerou o deslocamento. As viagens foram sistematizadas em agrupadas em nove categorias, a saber: 01 – Residência, viagens para o próprio domicílio; 02 – Trabalho, viagens com destino ao trabalho, 03 – Estudo, 04 – Lazer, que agrupa viagens com motivos de turismo, recepção, visitas, congressos, seminários e atividades religiosas; 05 – Saúde, que agrupa viagens com motivo de médico, dentista, exame clínico ou laboratorial; 06 - Compras; 07 – Particular, viagens com motivo “Negócios Particulares (Bancos/Loterias/ etc.)” e com motivo “Refeição (almoço/jantar)”; 08 – Servir Passageiros, viagens com motivo de carona a outro passageiro e 09 – Fazer escala, que compreende os motivos escala e transbordo demorado.

**Figura 45: Distribuição das viagens produzidas em Nova União por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Como se pode constatar pela figura acima, houve uma diminuição significativa da participação do motivo residência, que passou de 72,27% para 48,77% entre 2002 e 2012, indicando um aumento da diversidade de motivos para os deslocamentos cotidianos. O motivo trabalho permaneceu na mesma proporção, oscilando de 16,16% do total de deslocamentos em 2002 para 16,92% em 2012. O motivo estudo é o que mais cresceu, passando de 6,37% para 19,20% do total de deslocamentos entre 2002 e 2012. Há que se atentar também para o crescimento dos deslocamentos para lazer (de 2,95% para 6,43%) e outros motivos, como saúde e negócios particulares, que passaram para um total agregado de mais de 8% em 2012. Esses dados deverão ser aprofundados e cotejados com outras evidências futuramente para melhor compreensão.

## **9 AGRICULTURAS**

A sistematização de dados sobre a atividade agropecuária nos municípios da RMBH permite melhor compreensão da estruturação territorial e da conformação dos sistemas agroalimentares no contexto regional. A partir dessa compreensão, é possível considerar demandas apontadas pelos sujeitos e organizações que atuam com as diferentes agriculturas e discutir formas mais efetivas de inclusão destas práticas nas políticas públicas. Essa compreensão ampliada possibilita ainda visualizar formas de inserção do município no contexto metropolitano, bem como favorecer a incorporação das agriculturas no Processo de Revisão do Plano Diretor.

Observa-se que, de modo geral, não são identificadas fontes específicas de dados secundários sobre a agroecologia e sobre a agricultura urbana na RMBH. Essa lacuna foi confirmada ao longo da execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, quando foram solicitadas informações para as administrações municipais e obteve-se inexpressivo retorno. A ausência de informações e, em alguns casos, o uso de informações de forma pouco crítica e aprofundada podem acentuar a pouca expressividade e o baixo interesse sobre a agricultura nas pautas prioritárias de políticas públicas e investimentos voltados para o desenvolvimento da RMBH.

Nesse sentido, os dados secundários, apresentados a seguir, se referem à atividade agropecuária em geral, abrangendo a produção familiar, não familiar e empresarial, e contribuem para reforçar uma percepção integrada das agriculturas no território metropolitano, bem como das particularidades dos municípios que integram a RMBH.

Desse modo, os dados apresentados para a composição de um panorama geral das agriculturas presentes no município de Nova União foram organizados da seguinte forma: (i) Produção; (ii) Emprego; (iii) Estrutura Agrária e (iv) Transferências Governamentais e Crédito Rural. De um modo geral vale ressaltar que, para além da ausência de uma sistematização mais completa dos dados,

aqueles existentes e disponíveis apresentam diversos desafios para sua utilização e aproveitamento para estudos e pesquisas. Dentre outros, destacam-se cinco aspectos gerais:

- Utilização de metodologias de coleta de dados distintas, de acordo com a pesquisa e/ou órgão responsável. Existem dados, por exemplo, resultantes de pesquisa por amostragem e de pesquisas por recenseamento. Estas distinções podem gerar problemas/incompatibilidades na utilização/comparação de dados das diferentes fontes.
- Diferentes temporalidades dos dados. As fontes de dados apresentam informações de anos distintos e muitas pesquisas são feitas em periodicidades também distintas, dificultando a complementaridade com coerência de informações oriundas de fontes diferentes.
- Utilização de unidades territoriais diferentes. Existem fontes de dados que utilizam como recorte territorial, por exemplo, o limite municipal, enquanto outras utilizam mesorregiões ou outras formas de regionalização.
- Agregação de dados coletados. Muitos dados são agrupados de forma a não diferenciar questões fundamentais, tais como se a produção é oriunda de agricultura familiar ou não familiar.
- Não incorporação, em muitas pesquisas, da atividade agrícola exercida em locais/por sujeitos “informais”/não convencionalmente considerados. Por exemplo, a produção dos quintais, hortas comunitárias, pequenos agricultores familiares que não acessam políticas públicas, etc.

## **9.1 Diagnóstico preliminar das Agriculturas em Nova União**

O município de Nova União se destaca na produção de bananas, de modo que sua produção agrícola é de relevância no contexto da RMBH. Estudos do MZ-RMBH identificaram que, em termos de produção agropecuária, a região possui grandes propriedades produtoras de leite, queijo, banana e áreas de pastagem. Seguem alguns dados que trazem maiores informações sobre o contexto agrícola no município.

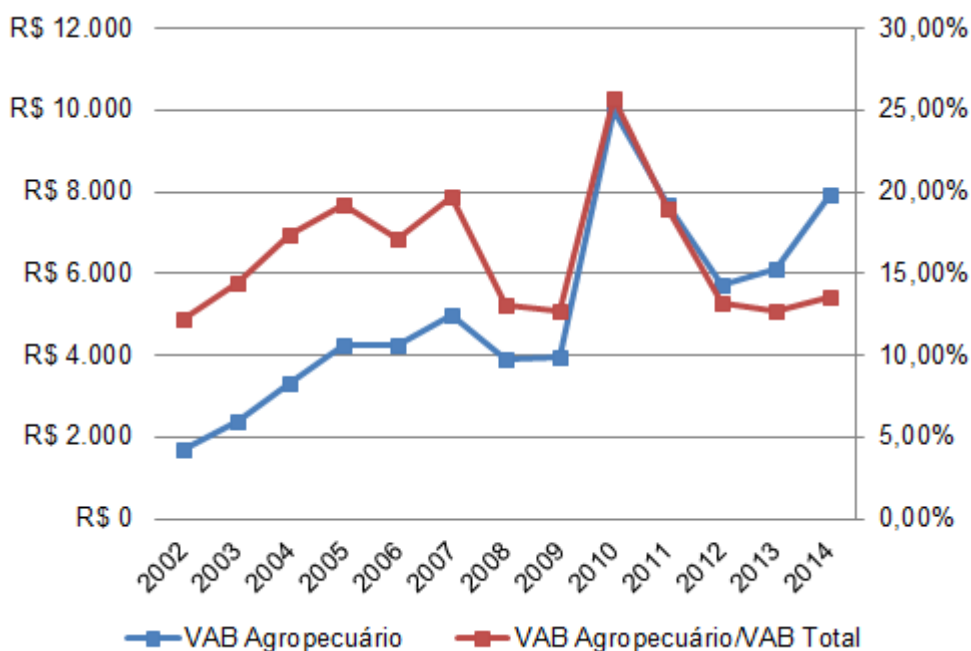
### **9.1.1 Produção**

Com relação à produção, um dos indicadores do papel que o Setor Agropecuário desempenha na economia municipal é o Produto Interno Bruto - PIB. A Pesquisa sobre o PIB Municipal, elaborada, também, pelo IBGE, revela que o PIB advindo do Setor Agropecuário em Nova União, para o ano de 2012, foi de R\$ 10.055,85 mil, representando 20,56% do PIB total do município. Trata-se do 3º município da RMBH com maior representatividade do PIB Agropecuário em relação ao PIB total, o que reforça a importância que o setor exerce na economia local.

Outro indicador do desempenho da atividade econômica no nível municipal que compõe a pesquisa do IBGE é o Valor Adicionado Bruto – VAB, que corresponde à soma das diferenças entre o valor da produção e do consumo intermediário em cada etapa do processo produtivo. O VAB Agropecuário de Nova União, em 2014, era de R\$ 7.956,00 mil, representando 13,57% do VAB total do município. Com esse resultado, o município ocupa, novamente, a 3ª posição no *ranking* da RMBH de representatividade do VAB Agropecuário em relação ao VAB total. A Figura abaixo apresenta a evolução do VAB Agropecuário para o município: de modo geral, no período considerado o VAB Agropecuário cresceu, embora tenha sofrido forte queda entre 2010 e 2012, quando caiu de R\$ 9.974,00 para R\$ 5.737,00. A variação do VAB Agropecuário se assemelha a variação da participação do VAB Agropecuário no VAB Total, o que mostra como o Setor Agropecuário é um bom indicativo da economia de Nova União.



**Figura 46: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Nova União**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (SIDRA, IBGE).**

Com relação à diversificação da produção pecuária, o IBGE realiza uma pesquisa de Produção Pecuária Municipal - PPM, na qual apresenta informações sobre os efetivos das espécies animais criados e também dados sobre produção animal, subdividindo-se em: Produção Animal (leite, ovos de galinha e mel), Rebanho de Grande Porte (bovino, equino e bubalino), Médio Porte (suíno, caprino e ovino) e Pequeno Porte (galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas)<sup>22</sup>. A PPM de

<sup>22</sup> Nas análises deste trabalho foram priorizadas: as produções de leite, de ovos de galinha, de ovos de codornas e de mel de abelha, inseridos na Produção Animal; bovino, equino e bubalinos, inseridos no Rebanho de Grande Porte; Suíno Caprino e Ovino, inseridos no Rebanho de Médio Porte; e galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas, inseridos no Rebanho de Pequeno Porte.



2012 mostrou que, em termos de volume de produção, Nova União não se destaca em volume de produção em relação aos demais municípios da RMBH. Entretanto, mesmo que não se destaque, o município possui uma grande diversidade de produtos da pecuária, dentre eles a produção animal de leite, ovos de galinha e mel; rebanhos bovinos, equinos, bubalinos, suínos, caprinos, ovinos, de galos, frangos, frangas e pintos, além de galinhas.

Por sua vez, com relação à produção agrícola, o IBGE realiza a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, que apresenta informações sobre a área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e preço médio pago ao produtor de algumas culturas permanentes e temporárias<sup>23</sup>. A PAM de 2013 revelou que os principais produtos de Nova União são banana e cana, sendo o 8º maior produtor de banana do estado.

A Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS/BH, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), oferece dados referentes ao fornecimento e comercialização de produtos agropecuários no nível municipal<sup>24</sup>. Conforme dados de distribuição e abastecimento da CEASAMINAS/BH de 2013, Nova União possuía 88 produtores cadastrados na central, sendo o 1º município da RMBH com o maior número de produtores cadastrados. Os dados do mesmo

---

<sup>23</sup> Nas análises deste trabalho foram priorizados os seguintes produtos de lavoura permanente (abacate, algodão, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, palmito, tangerina, urucum, uva) e lavoura temporária (abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, girassol, mandioca, melancia, melão, milho, tomate).

<sup>24</sup> Ainda que esses dados possam ser utilizados como um indicador indireto da produção agrícola nos municípios, deve-se evitar uma associação direta, uma vez que em alguns casos os produtos podem ser comercializados por atravessadores ou empresas distribuidoras sediadas nos municípios e não diretamente pelos produtores. A CEASAMINAS/BH divulga os dados de distribuição e abastecimento anualmente, de modo que as informações aqui apresentadas poderão ser atualizadas em etapas posteriores.

ano apontaram que o município participou da comercialização da CEASAMINAS/BH com a venda de 6.894,952 toneladas de produtos, sendo o 3º município da RMBH com a maior participação nas vendas de produtos. O resultado foi uma arrecadação de R\$17.307.542,07 com a comercialização de seus produtos, ocupando o 3º lugar do ranking metropolitano.

Dentre os produtos comercializados, a banana se destacou como o principal produto, considerando a quantidade dos produtos fornecidos pelo município à CEASAMINAS/BH. Em relação ao destaque no fornecimento, o município é o 2º principal fornecedor de banana da Central e o 3º principal de jabuticaba, em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país.

Segundo dados da Safra Agrícola Municipal de 2015, disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - Emater/MG, o município de Nova União produziu Café Arábica, Feijão 1a. Safra, Milho, Cana-de-Açúcar e Banana, totalizando 1.293 hectares de área produtiva<sup>25</sup>. A produção estimada foi de 27.147,60 toneladas, sendo que 23.127,00 advém de agricultores familiares, o que resulta numa média de 85,19%. Por sua vez, os dados da Safra Pecuária de 2015<sup>26</sup> revelaram que, em Nova União, a produção pecuária se baseia na Apicultura - totalizando 275 colmeias produzindo 6.875,00 kg de mel, e na Bovinocultura de Leite - produzindo 1.665.000 litros de leite no

---

<sup>25</sup> Os dados apresentam informações sobre a safra da produção agrícola municipal segundo as seguintes categorias: Cafeicultura, Cultura Anual de Grãos, Culturas Permanentes, Fruticultura, Olericultura e Outras Culturas. Para os produtos de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Área em Produção, Área em Formação, Área Total, Produtividade, Produção Anual Estimada, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

<sup>26</sup> Os dados apresentam informações segundo as seguintes categorias: Apicultura, Avicultura de Corte Caipira e Tecnificado, Avicultura de Postura Caipira e Tecnificada, Bovinocultura de Leite, Caprinocultura, Confinamento Bovino, Outras Espécies Tanque Escavado, Ovinocultura, Suinocultura, Suinocultura Tecnificada e Tilápia Tanque Escavado e Tanque Rede. Para o produto de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Unidades de Produto, Produção total, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

total e 760 vacas ordenhadas. A produção da Apicultura é feita 100% por agricultores familiares enquanto 65% da Bovinocultura de Leite é feita por eles.

Com relação à produção orgânica, vale dizer que as informações disponibilizadas ainda são escassas. Segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, em Nova União há atualmente 01 CPF cadastrado, sem especificação da produção.

O Instituto Mineiro de Agropecuária também disponibiliza algumas informações, em especial, com relação ao cadastro de produtores. Um dos certificados oferecidos pela instituição é SAT - referente à produção sem agrotóxicos<sup>27</sup>. Outro certificado emitido pelo IMA é o de Produção Orgânica<sup>28</sup>. Para o município de Nova União não existem estabelecimentos cadastrados para nenhum dos dois certificados.

### **9.1.2 Emprego**

Com relação ao emprego voltado à Agricultura, os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, revelaram que o total de vínculos ativos no Setor Agropecuário no município de Nova União em 2015 é de 297, o que corresponde a 5% do total dos vínculos ativos neste município. Na RMBH, em 2015, a participação do setor gira em torno de 0,57%, o que confirma o argumento de que essa informação não

---

<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc\\_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos](http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos). Acesso em: 05/04/2017.

<sup>28</sup> Disponível em: [http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc\\_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica](http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica). Acesso em: 05/04/2017.

capta a expressividade que a agropecuária pode exercer em municípios menores da região.

**Quadro 22: População total e urbana (2000 e 2010), Nova União e RMBH**

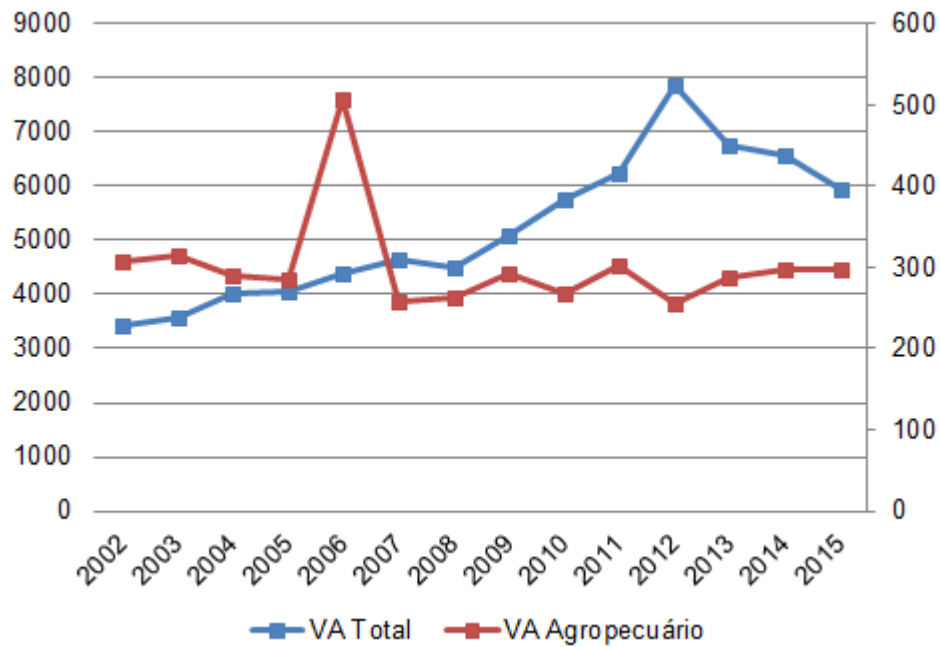
Lugar	População total (2000)	População total (2010)	População rural (2000)	População rural (2010)	% Rural (2000)	% Rural (2010)
Nova União	5.427	5.555	3.998	2.683	73,67%	48,30%
RMBH	4.357.943	4.883.970	109.993	93.633	2,52%	1,92%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano - Censo Demográfico (IBGE).**

A Figura abaixo apresenta o total dos vínculos ativos na economia e no Setor Agropecuário, mostrando que, embora houvesse crescimento no nível de emprego total no período de 2002 a 2015, isso não foi refletido em uma ampliação do nível do emprego no Setor Agropecuário, que teve um momento de pico em 2006, quase duplicando o número de vínculos ativos, mas retornou aos patamares anteriores em 2007 e não apresentou maiores variações. Na Figura em seguida é possível perceber um período de queda da participação do trabalho agropecuário no emprego total, especialmente, entre 2006 e 2012. Contudo, este tem se recuperado nos últimos anos.

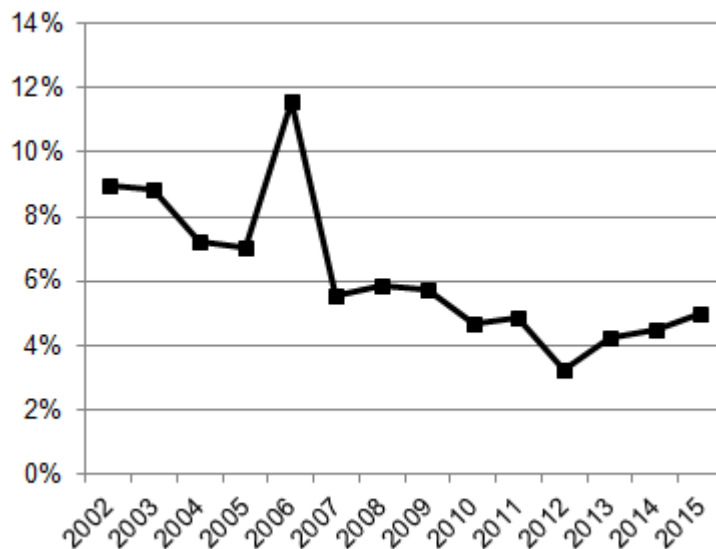
Com relação ao emprego voltado à Agricultura, os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, revelaram que o total de vínculos ativos no Setor Agropecuário no município de Nova União em 2015 é de 297, o que corresponde a 5% do total dos vínculos ativos neste município. Na RMBH, em 2015, a participação do setor gira em torno de 0,57%, o que confirma o argumento de que essa informação não capta a expressividade que a agropecuária pode exercer em municípios menores da região.

**Figura 47: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Nova União**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

Figura 48: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Nova União



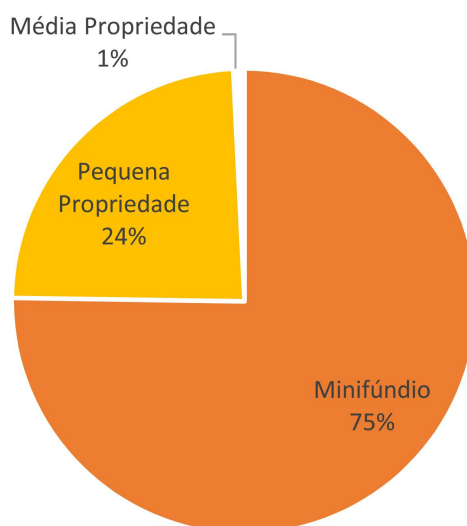
Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).~

### 9.1.3 1.3. Estrutura Agrária

Com relação à estrutura agrária, segundo dados de 2005 disponibilizados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, o município de Nova União tem como unidade de referência o módulo fiscal de 7 hectares. O módulo fiscal (MF), estabelecido para cada município, busca refletir a área mediana e os módulos rurais existentes no mesmo, cuja área indica o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo região de localização. O INCRA apresenta uma classificação fundiária do imóvel rural que identifica minifúndios (menor que 1 MF), pequenas propriedades (de 1 a 4 MF), médias propriedades (de 4 a 15 MF) e grandes propriedades (maior que 15 MF). Assim, o município de Nova União possuía em 2005 um total de 642 imóveis rurais cadastrados, o que correspondia a 3,0% do total da RMBH. Esse total se divide em: 483 minifúndios, 154 pequenas propriedades, 2 médias propriedades e 3 grandes propriedades, sendo que 66,7%

das grandes propriedades são improdutivas. A Figura abaixo apresenta a proporção do número de imóveis em cada classificação.

**Figura 49: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Nova União**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA (2005).**

A extensão territorial de Nova União é de 17.213,10 hectares, segundo dados de 2015, de modo que o município ocupa 1,82% do território metropolitano. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o total de Estabelecimentos Agropecuários em Nova União era de 300, distribuídos em 214 Estabelecimentos de Agricultura Familiar e 86 Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar. Em termos de área, o total dos Estabelecimentos Agropecuários em Nova União possui 6.188,00 hectares, o que equivale a 35,9% do território municipal. Desse total, somente 1.598,00 hectares correspondem a Estabelecimentos de Agricultura Familiar, conforme apresenta o Quadro abaixo.

**Quadro 23: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Nova União**

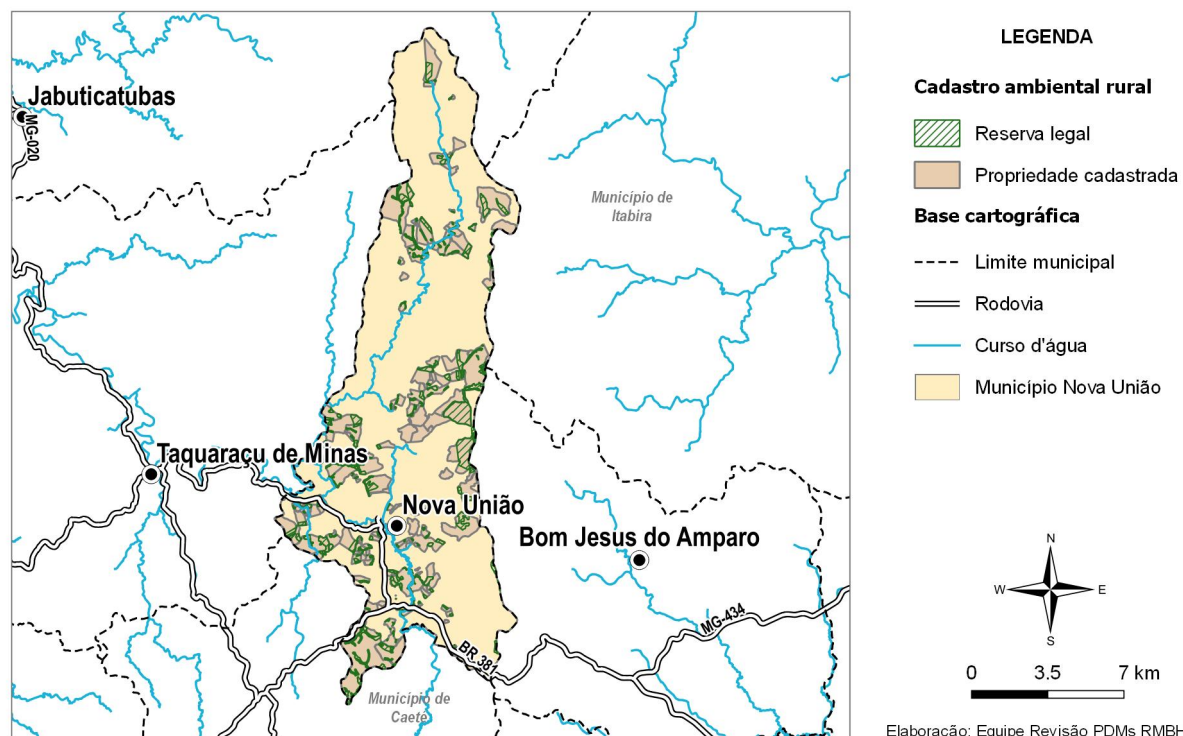
Dado	Número de Estabelecimentos	Porcentagem de Estabelecimentos (%)	Área (ha)	Porcentagem da Extensão Territorial (%)
Extensão Territorial	-	-	17.213,10 ha	100%
Estabelecimentos de Agricultura Familiar	214	71,33%	1.598,00 ha	9,30%
Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar	86	28,66%	4.590,00 ha	26,70%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Censo Agropecuário (2006).**

A informação sobre os estabelecimentos agropecuários e imóveis rurais resultam de fontes de dados diferentes, respectivamente o Censo Agropecuário e o Cadastro do INCRA. Para além dessas fontes, o Serviço Florestal Brasileiro realiza o Cadastro Ambiental Rural – CAR de modo a registrar todos os imóveis rurais no país, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Em Nova União há um total de 146 imóveis cadastrados, somando 6.715,89 hectares de área, de modo que, comparado aos imóveis cadastrados pelo INCRA, há um déficit de cadastramento. A Figura abaixo apresenta a distribuição dos imóveis cadastrados no município de Nova União.



**Figura 50: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Nova União**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA.**

#### **9.1.4 1.4. Transferências Governamentais e Crédito Rural**

O Brasil apresenta um conjunto de legislações e marcos normativos voltados para o fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem como um marco de referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Trata-se de créditos para o financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Quadro abaixo apresenta a evolução dos contratos e do valor do crédito concedido para o município de Nova União nos últimos anos. A redução da quantidade de contratos e do valor total transferido ao município na safra de 2015/2016 chega a menos da metade do exercício anterior, resultando em 34 contratos que somaram R\$ 1.017.080,14, encerrando uma trajetória crescente de transferência.

**Quadro 24: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Nova União**

Safra	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)
2010/2011	91	R\$ 1.206.136,17
2011/2012	83	R\$ 1.385.643,30
2012/2013	72	R\$ 1.525.300,19
2013/2014	82	R\$ 2.285.940,99
2014/2015	84	R\$ 2.570.420,78
2015/2016	34	R\$ 1.017.080,14

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do SIM PRONAF (MDA).**

O total do Crédito Rural é a somatória de: (i) Créditos de Custeio; (ii) Créditos de Investimento; (iii) Créditos de Comercialização; (iv) Créditos do Pronaf; e (v) demais créditos contratados concedidos a agricultores empresariais. Para o ano de 2015, em Nova União, o total do Crédito Rural foi no valor de R\$ 3.877.940,79. Isso representa 0,91% do crédito total da RMBH de R\$ 425.576.984,39 - somente Belo Horizonte é responsável por 64,99% desse total.

Como orientação para a inclusão dos programas federais de incentivo à Agricultura Familiar, foi criada a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), um documento de identificação da Agricultura Familiar que pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Em Nova União, há registros de 267 DAPs no total, sendo 157 DAPs Ativas.

Dentre os principais programas do governo de incentivo à Agricultura Familiar, pode-se incluir, ainda, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura

Familiar (PAA), que compra produtos da Agricultura Familiar e os destina para o atendimento social e para a constituição de estoques de alimentos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual atende alunos da educação básica. Segundo determinação da Lei Nº 11.947/2009, pelo menos 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da Agricultura Familiar, sendo priorizados os alimentos agroecológicos ou orgânicos. Os repasses financeiros do PNAE para o município de Nova União em 2015 somaram R\$ 36.740,00, divididos entre Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). No Quadro abaixo, segue a evolução do repasse de 2012 a 2015.

**Quadro 25: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Nova União**

Ano	Valor dos Repasses do PNAE	Gastos com Agricultura Familiar	Porcentagem dos Gastos com Agricultura Familiar
2012	R\$ 33.900,00	R\$ 17.056,70	50,31%
2013	R\$ 36.080,00	R\$ 21.148,60	58,62%
2014	R\$ 36.980,00	R\$ 14.103,40	47,67%
2015	R\$ 36.740,00	R\$ 12.932,60	31,96%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.**

Segundo dados de 2015, em Nova União, foram gastos R\$ 12.932,60 com a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE no município de Nova União. Esse valor corresponde a 31,96% do total do valor transferido ao município naquele ano, de modo que se encontra em conformidade com a legislação. Comparativamente aos anos anteriores, essa porcentagem tem sido reduzida, juntamente com o valor dos repasses do PNAE: de 2013 a 2015, o gasto destinado à Agricultura Familiar quase foi reduzido à metade, embora os repasses do PNAE tenham aumentado.

## **10 MINERAÇÃO**

Os levantamentos de dados referentes à mineração, aplicáveis tanto ao contexto de Nova União quanto aos demais municípios envolvidos no presente processo, buscam abranger questões multi, inter e transdisciplinares que a envolvem tanto como produto quanto como processo. Nessa perspectiva buscou-se compreender a mineração como atividade econômica, geradora de impactos potencialmente significativos sobre o meio ambiente e, em diversos contextos, estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local. Nesse universo o Estado foi abordado como agente regulador e, em determinados casos, promotor da atividade minerária.

Enquanto atividade econômica, foi buscado compreender a presença da mineração no município de Nova União, sendo adotada, como fonte principal, a base de dados dos processos minerários cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2017).

Além dessa base de dados, outro aspecto econômico aqui trabalhado foi a presença da atividade minerária em dois indicadores econômicos municipais, o Valor Adicionado Fiscal - VAF e a arrecadação na forma de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Ambos indicadores foram obtidos, para o município de Nova União, através do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, edição 2013, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2013).

No que se refere à relação entre a atividade minerária e as questões ambientais, o presente levantamento tomou como referência o fato desta ser uma atividade extrativa, com uso intensivo de recursos naturais tais como a água e os próprios minérios transformados em mercadoria, com impactos potenciais de significativas proporções. Nesse quesito foi adotada como fonte de dados os pareceres técnicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD-MG, particularmente através das

Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAM, responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental na instância estadual.

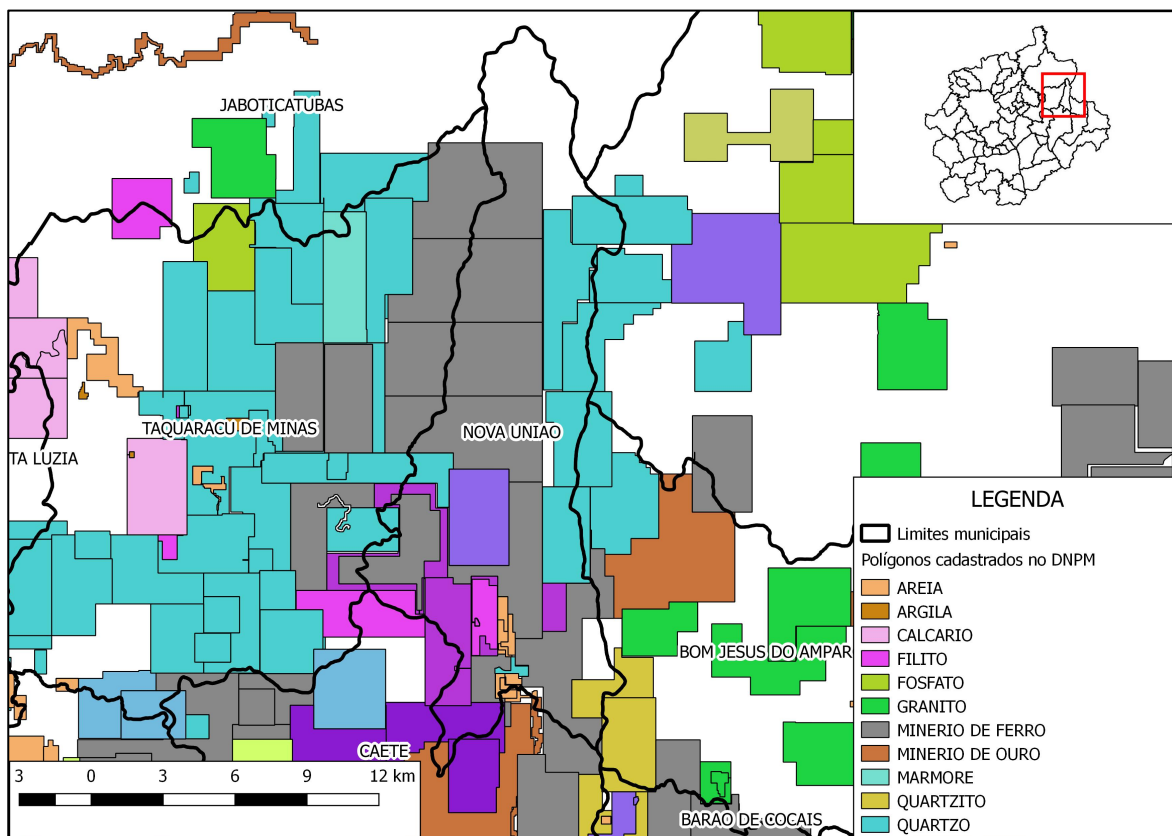
Para o levantamento da mineração enquanto atividade estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local, este se deu através de dois procedimentos complementares. Na escala regional foram buscados dados disponibilizados através do Anuário Mineral Estadual, elaborado pelo DNPM para o período compreendido entre 2010 e 2014 (DNPM, 2015). Nas escalas municipal e local foram trabalhadas bases georreferenciadas sobre imagens orbitais.

### **10.1 Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Nova União**

O entorno do município de Nova União, localizado na extremidade norte da RMBH, é marcado pela existência de jazidas de doze substâncias principais: areia, argila, calcário, filito, minério de ferro, minério de manganês, minério de ouro, mármore, quartzito e quartzo.

Conforme verificado na figura abaixo, as jazidas minerárias existentes no entorno do município de Nova União podem ser divididas em três faixas geográficas distintas. Em uma primeira faixa, localizada a oeste e estabelecida no sentido norte-sul, é notada a predominância de jazidas de quartzo, situadas, principalmente, no município de Taquaraçu de Minas. Em uma segunda faixa, também estabelecida no sentido norte-sul sobre o território de Nova União, são identificadas concentrações de minério de ferro e minério de manganês. É também notada uma terceira faixa a leste, situada na divisa dos municípios de Nova União e Itabira, onde predominam as reservas de quartzo. Mais a leste são identificadas jazidas isoladas de outros recursos minerais tais como granito, fosfato e quartzito (DNPM, 2013).

**Figura 51: polígonos cadastrados no DNPM situados em Nova União e seu entorno**

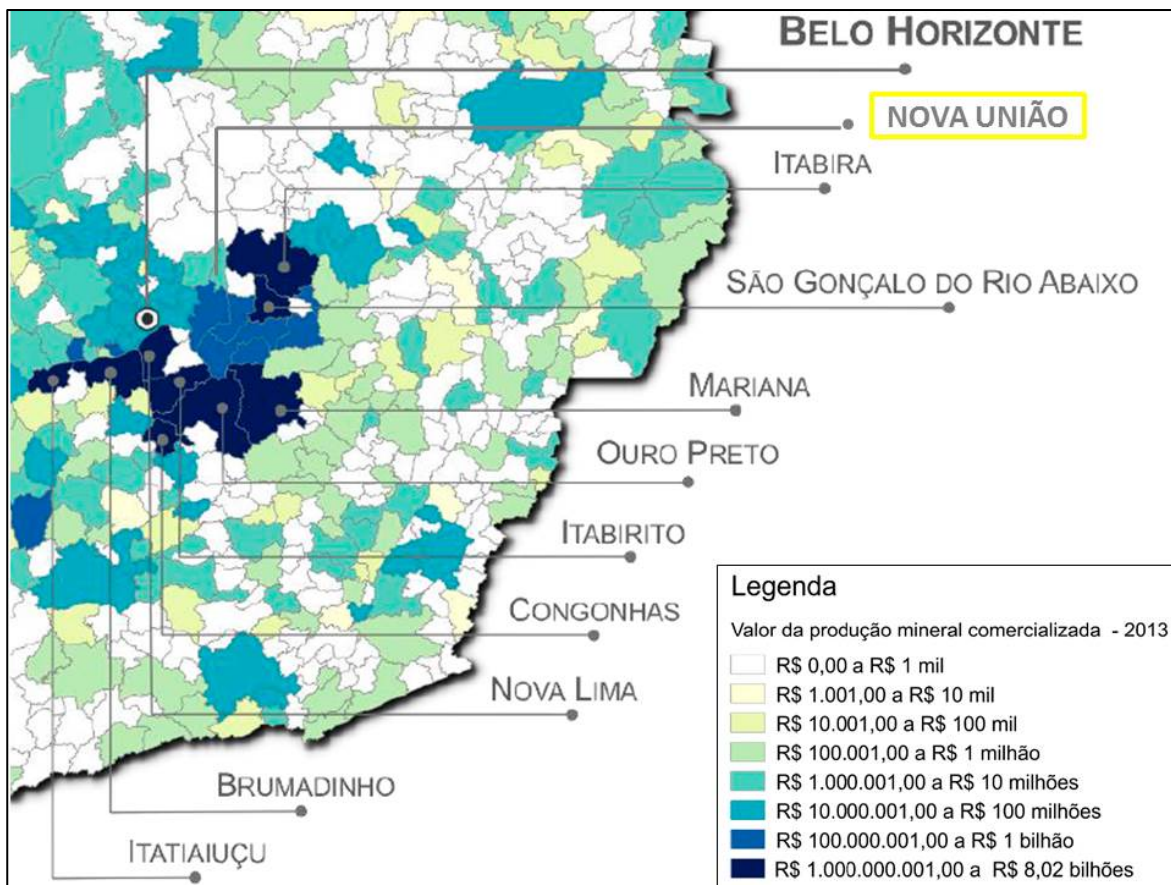


**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010; DNPM, 2013**

No que envolve a extração propriamente dita, os dados em escala regional apontam para uma presença relativa dessa atividade no território municipal de Nova União.

Na figura abaixo o município de Nova União, de acordo com o Anuário da Mineração em Minas Gerais, encontra-se em uma quarta faixa referente à produção mineral comercializada no ano de 2013, tendo sido comercializados montantes entre um e dez milhões de reais. Nota-se uma evolução nesse quesito desde o ano de 2010, quando foram comercializados entre zero e um mil reais, e o ano de 2012, quando é alcançado o patamar verificado no ano de 2012 (DNPM, 2014).

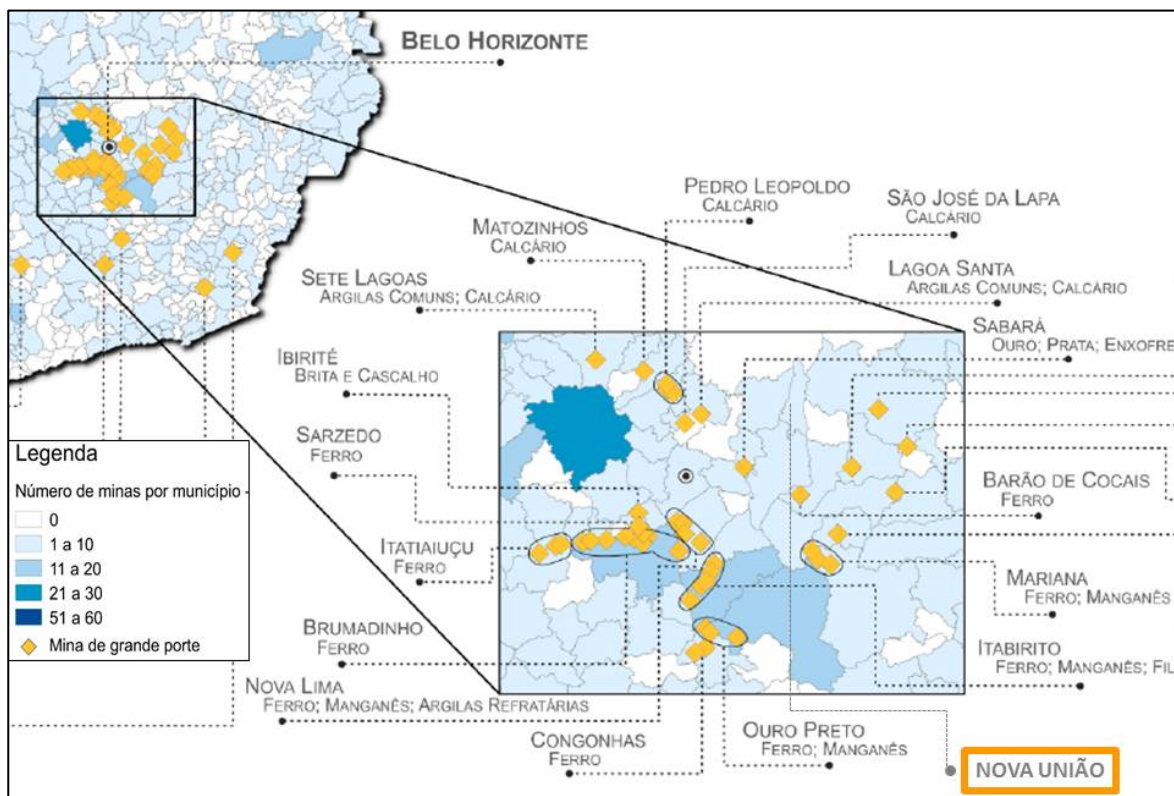
**Figura 52: Valor da produção mineral comercializada por município – 2013**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014**

De acordo com o cartograma da distribuição das minas, apresentado abaixo, o município de Nova União não possui minas de grande porte (cujas produção bruta é superior a 1.000.000 de toneladas por ano) em seu território, contendo, em 2013, entre 01 e 10 minas em operação.

Figura 53: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014

## 10.2 A atividade minerária no território municipal de Nova União

Aperar de não terem sido identificadas repercussões efetivas da atividade minerária sobre a estrutura urbana municipal de Nova União, existem 100 processos minerários cadastrados no DNPM nesse território. Destes, 64 estão inativos e 36 estão ativos. Nesse universo, 17 indicam a areia como substância principal; 13, o ouro ou o minério de ouro e 08, o minério de ferro.

No âmbito da arrecadação, verifica-se que os valores obtidos através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM podem ser considerados muito baixos.



**Quadro 4: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Nova União**

<b>Ano</b>	<b>Compensação financeira pela exploração mineral (R\$ correntes)</b>
2000	0,00
2001	0,00
2002	0,00
2003	0,00
2004	0,00
2005	0,00
2006	0,00
2007	0,00
2008	18.216,14
2009	12.744,87
2010	18.274,79
2011	18.274,79

**Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.**

Como pode ser verificado no quadro acima, de uma arrecadação na ordem de R\$0,00, verificada entre os anos de 2000 e 2007, o município alcança uma arrecadação na ordem de dezoito mil reais nos anos de 2008, 2010 e 2011 (Fundação João Pinheiro, 2013).

No que tange a participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Nova União, percebe-se que esta tem se dado, na maior parte do período pesquisado, entre 03 e 05%. A única variação verificada se deu

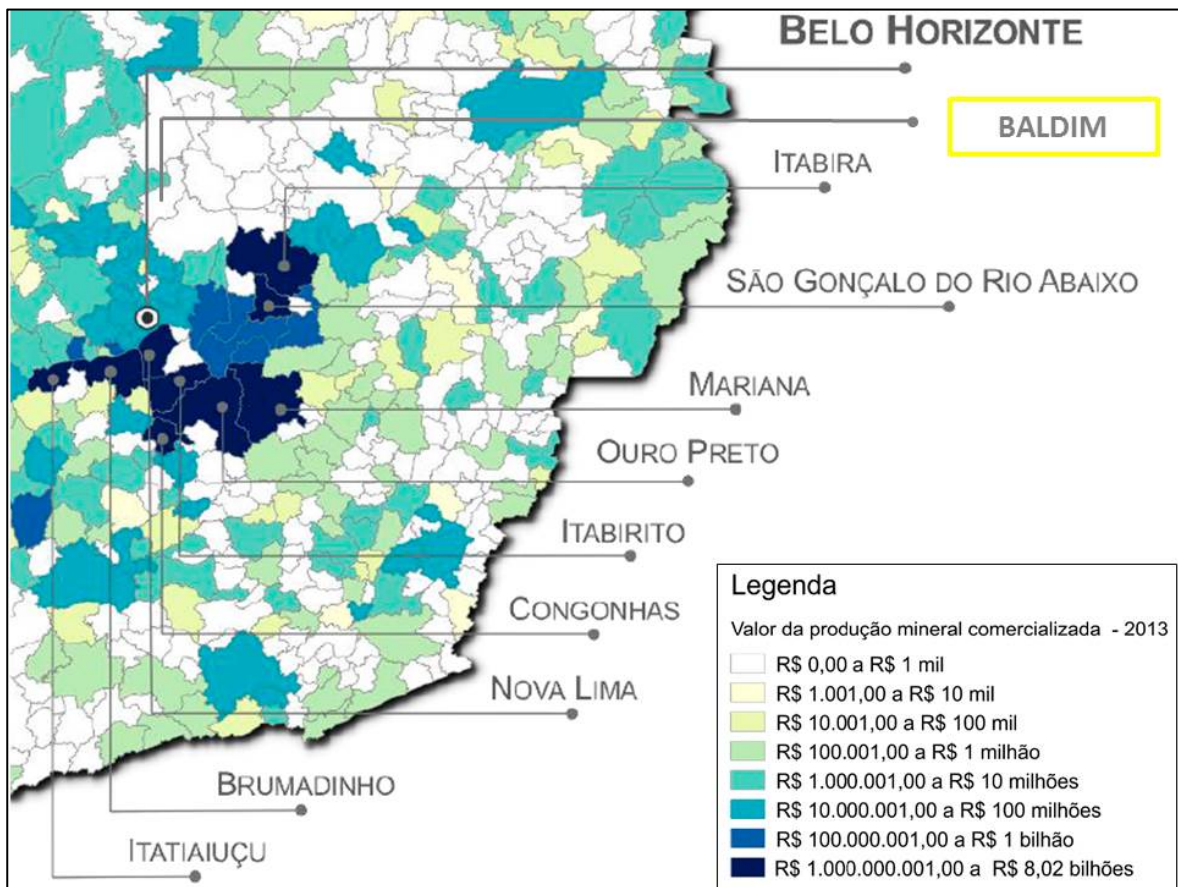
no ano de 2008, quando a participação da indústria extrativa mineral atingiu um percentual maior, na ordem de 12,00%.

**Quadro 5: participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Nova União**

<b>Ano</b>	<b>Participação da extrativa mineral no VAF (%)</b>
2000	3,00
2001	3,30
2002	4,30
2003	3,00
2004	3,20
2005	3,60
2006	2,80
2007	2,90
2008	12,00
2009	5,34
2010	4,76

**Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.**

Figura 54: valor da produção mineral comercializada por município – 2013



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014

### 10.3 A atividade minerária no território municipal de Nova União

A pesar de não terem sido identificadas repercussões efetivas da atividade minerária sobre a estrutura urbana municipal de Nova União, existem 157 processos minerários cadastrados no DNPM nesse território. Destes, 127 estão inativos e apenas 30 estão ativos. Nesse universo, 49 indicam o calcário como substância principal; 35, o ouro ou o minério de ouro e 10, a argila.

No âmbito da arrecadação, em ambos os indicadores pesquisados (o Valor Adicionado Fiscal – VAF e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM), não foram identificadas arrecadações ligadas à

atividade minerária no município de Nova União entre os anos de 2000 e 2010 (Fundação João Pinheiro, 2011).

## **11 ASPECTOS ECONÔMICOS**

Os dados referentes aos Aspectos Econômicos que compõem este breve diagnóstico do município de Nova União têm o objetivo de garantir que os temas econômicos mais relevantes, por sua natureza interdisciplinar, sejam tratados de forma integrada do ponto de vista da totalidade das áreas temáticas e que estejam contemplados dentro das metas mais amplas de desenvolvimento econômico. Desse modo, pretende-se estabelecer um conjunto de informações básicas para possibilitar futuramente uma análise mais abrangente do município ao longo do Processo de Revisão do Plano Diretor.

Assim sendo, foram compreendidas as seguintes escalas de trabalho:

- **Produção:** referente à concentração dos setores econômicos no município e sua implicação para os objetivos do projeto, que prevê um diálogo com a perspectiva metropolitana.
- **Emprego e Renda:** considera o tamanho e a qualidade do mercado de trabalho no município características fundamentais para o desenvolvimento da região, particularmente quando a necessidade de reduzir o desemprego e de estimular setores mais dinâmicos é levada em consideração. Além disso, leva em consideração uma análise relativa à vulnerabilidade e ao estado de bem estar social no nível municipal, fortemente influenciados pela renda local, com rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.
- **Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade:** considera as condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade, considerando a importante associação que deve existir entre o desempenho

econômico e a distribuição de renda e a promoção da qualidade de vida urbana.

- **Finanças Públicas:** compreende a capacidade financeira e orçamentária do município em promover políticas públicas e gerar infraestrutura, as quais, também, geram rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.

## **11.1 DIAGNÓSTICO PRELIMINAR**

### **11.1.1 Produção**

Uma análise preliminar sobre a produção econômica e geração de riqueza para o município pode ser realizada tendo em vista os dados do Produto Interno Bruto local tanto em termos agregados como em função de sua distribuição setorial. Ainda que represente a medida oficial e mais amplamente utilizada para caracterização da economia produtiva de determinada unidade geográfica, ressalta-se que os dados do PIB apresentam limitações uma vez que não incorporam em seu cálculo questões como a qualidade dos bens e serviços oferecidos, a distribuição do Produto final, as transações comerciais informais, dentre outros aspectos.

De todo modo, seu entendimento ajuda a perceber quais os principais setores responsáveis pela geração de renda e que, em certo sentido, apontam para um perfil econômico mais ou menos orientado por e para determinado setor (Agropecuária, Indústria ou Serviços).

Para composição do presente relatório foram utilizadas as informações oficiais fornecidas pelo IBGE.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores<sup>29</sup>. Os dados sobre PIB per capita, por sua vez, possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

A análise dos dados do PIB a preços correntes de Nova União indica significativa evolução no período analisado. O valor final passa de R\$ 20.804.000,00 em 2004 para R\$ 62.291.000,00 em 2014. Apresenta assim variação percentual de 199,42% com taxa de crescimento anual igual a 11,59%.

**Quadro6 - PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Nova União e RMBH.**

Ano	PIB Preços Correntes (mil reais)		Representatividade
	Nova União	RMBH	
2004	20.804,00	71.802.492,00	0,03%
2005	23.932,00	80.335.006,00	0,03%
2006	26.750,00	90.914.533,00	0,03%

---

<sup>29</sup> O Valor Adicionado Bruto corresponde à contribuição de cada empresa/setor ao Produto Final descontado o seu consumo intermediário, ou seja, os gastos efetuados para a própria produção como os ligados à compra de matéria prima. O VAB sempre aparece em termos monetários e organizado segundo as diferentes categorias – agropecuária, indústria, serviços e administração pública – que compõem a economia local.

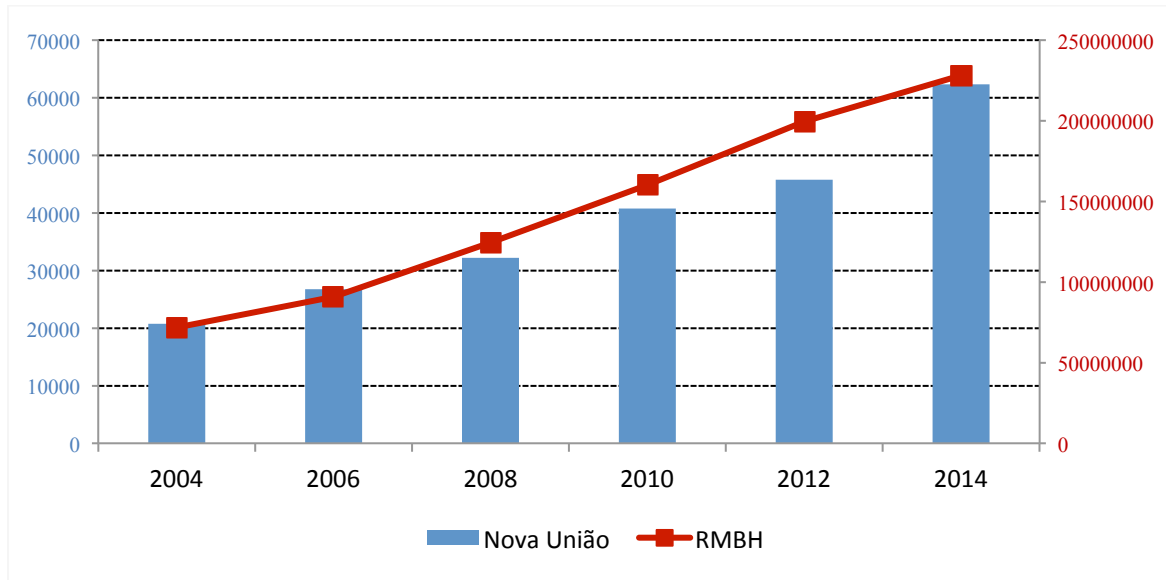
Processo de Revisão  
**planoDiretor**

2007	27.109,00	105.126.590,00	0,03%
2008	32.162,00	124.733.451,00	0,03%
2009	33.126,00	127.738.998,00	0,03%
2010	40.734,00	160.497.850,00	0,03%
2011	42.885,00	182.774.152,00	0,02%
2012	45.721,00	199.649.079,00	0,02%
2013	50.461,00	222.833.072,00	0,02%
2014	62.291,00	228.096.052,00	0,03%
Varição percentual	199,42%	217,67%	-
Taxa de crescimento anual	11,59%	12,25%	-

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Em termos comparativos, percebe-se que Nova União, apresenta variação percentual e taxa de crescimento menores que os da RMBH como um todo. A representatividade do PIB local em relação ao metropolitano apresenta-se praticamente constante e igual a 0,03%. A figura abaixo permite uma melhor visualização dos dados de evolução ao longo do tempo.

**Figura 55: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Nova União-MG e RMBH. 2004-2014.**

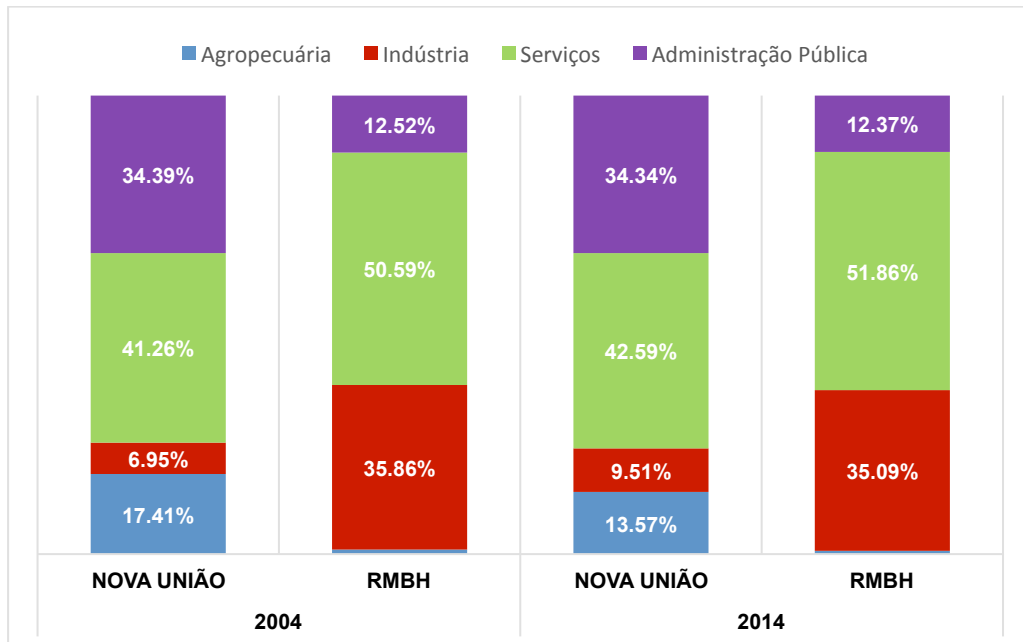


**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

Em termos da distribuição setorial, observa-se que tanto no município como na RMBH o Setor de Serviços é o responsável pela maior participação no PIB.



**Figura 56: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Nova União e RMBH. 2004, 2014.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Sublinha-se a considerável participação da Agropecuária na composição do Produto, ainda que passe por redução no período analisado. A Indústria, por outro lado, tem leve aumento de seu percentual.

A RMBH apresenta, por sua vez, uma distribuição percentual praticamente uniforme no período. Entre 2004 e 2014 há assim pouca reconfiguração setorial da produção de riqueza e produtos finais na Região como um todo.

O quadro abaixo apresenta os dados de cada setor em valores absolutos.

**Quadro7 - Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Nova União e RMBH. 2004, 2014.**

Setores	2004		2014	
	Nova União	RMBH	Nova União	RMBH

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Agropecuária	3.330,00	624.163,00	7.956,00	1.346.869,00
Indústria	1.329,00	21.573.168,00	5.573,00	69.425.676,00
Serviços	7.891,00	30.434.567,00	24.967,00	102.598.004,00
Administração Pública	6.577,00	7.531.541,00	20.129,00	24.474.677,00
Total	19.127,00	60.163.439,00	58.624,00	197.845.226,00

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

### 11.1.2 Emprego e Renda

A percepção a respeito da produção da riqueza municipal por meio das informações sobre o PIB pode ser mais bem entendida através da visualização da distribuição setorial do emprego. Por meio dela observam-se quais as principais atividades estabelecidas no interior de cada um dos setores que adicionam valor ao Produto final bem como a capacidade de cada uma delas na geração de emprego.

Os dados apresentados e discutido a seguir são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No nível municipal, a RAIS apresenta-se como a principal fonte de informações sobre o comportamento do mercado de trabalho e, portanto, para muitos aspectos do funcionamento da economia. A informação, no entanto, apresenta relativa limitação uma vez que diz respeito apenas aos empregados da do mercado de trabalho formal não contemplando assim uma expressiva parcela de trabalhadores ocupados em atividades informais.

Para a análise foram utilizados dados do período 2007 – 2015 (último ano disponibilizado) tanto para Nova União como para toda a RMBH.

O Quadro a seguir apresenta as distribuições percentuais de emprego por Grandes Setores nos anos 2007, 2011 e 2015. A última linha – Valor Absoluto –

apresenta o número total de empregados na economia formal tanto em Nova União como na RMBH.

**Quadro8 - Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Nova União, RMBH. 2007, 2011, 2015.**

Grande Setor	2007		2011		2015	
	Nova União	RMBH	Nova União	RMBH	Nova União	RMBH
Indústria	18,92%	14,95%	27,80%	14,37%	22,24%	13,84%
Construção Civil	3,01%	7,57%	1,44%	8,75%	4,14%	7,79%
Comércio	8,17%	14,70%	12,27%	15,65%	13,96%	17,66%
Serviços	58,06%	62,08%	41,16%	60,76%	48,62%	60,14%
Agropecuária	11,83%	0,71%	17,33%	0,46%	11,04%	0,57%
Valor Absoluto	465	1.665.625	554	1.962.763	652	1.794.120
Variação percentual 2007 - 2015					40,22%	7,71%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

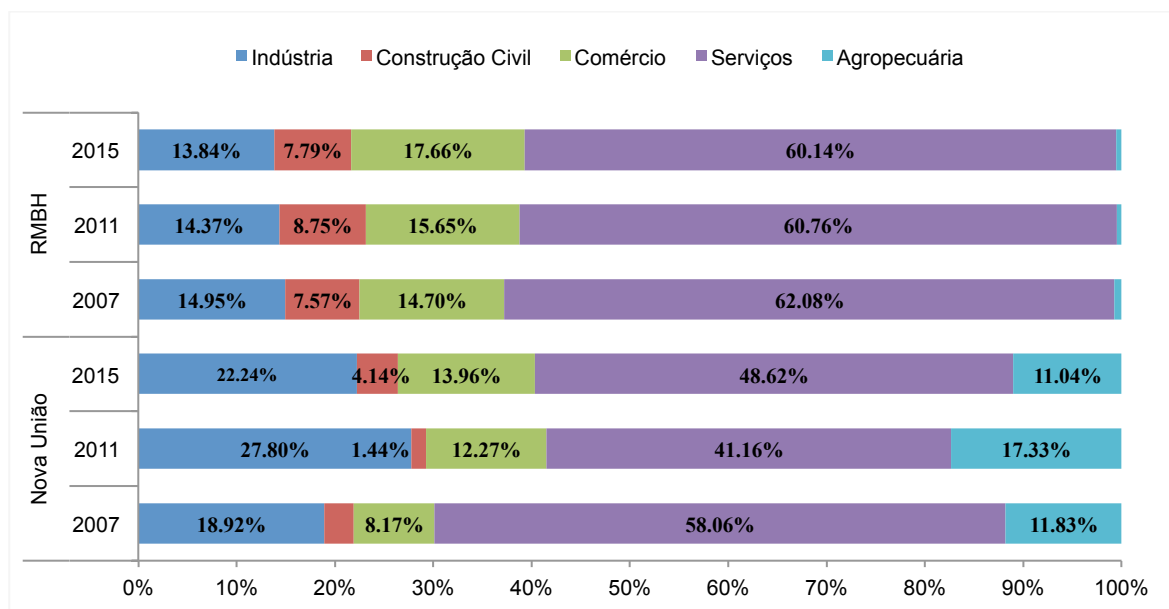
Como se percebe há em Nova União um aumento significativo no número de empregados formais no município – 40,22% -, sobretudo nos setores de Comércio e a Construção Civil. Em termos absolutos percebe-se que são muito baixos os vínculos ativos declarados o que pode sinalizar para uma alta defasagem da base da RAIS em relação ao município.

Na localidade, o setor de serviços mantém-se como o de maior percentual na composição dos empregos formais, ainda que apresente trajetória decrescente no período. Indústria, Construção Civil e Comércio também percebem aumento em suas participações enquanto a Agropecuária demonstra baixa queda.

Em termos agregados para a RMBH, a distribuição percentual do emprego mostra-se praticamente uniforme ao longo do período. Sublinha-se que apesar de ocorrer variação positiva no número de empregados entre 2007 e 2015, em período mais recente o movimento é de queda. Conforme apontado na Quadro anterior, em 2011 a RMBH contava com 1.962.763 vínculos ativos nos diferentes setores, valor que passa para 1.794.120 em 2015, ou seja, variação percentual de -8,59%. A questão do emprego formal e, por conseguinte da segurança dos trabalhadores em termos previdenciários demonstra-se como ponto de atenção especial a ser levado em conta na formulação das políticas públicas de planejamento no território metropolitano.

O setor de Serviços apresenta-se como o de maior participação percentual na geração de empregos e é seguido do Comércio. Em 2015 ambos respondiam por aproximadamente 78% do número de vínculos ativos. A Indústria, seguida pela Construção Civil, compõem os demais 22%. Na RMBH como um todo o setor Agropecuário tem participação percentual bastante baixa, igual a 0,57% em 2015, conforme aponta a figura abaixo.

**Figura 57: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Nova União, RMBH. 2007, 2011 e 2015.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.**

A decomposição dos Grandes Setores permite visualizar quais atividades no interior de cada um deles é a responsável pelos maiores ou menores vínculos ativos tanto para Nova União como para a RMBH. Os Quadros a seguir apresentam para tais informações. Os dados foram reunidos para o período que vai de 2005 a 2015, de modo a mapear os movimentos atuais de empregabilidade na localidade. As atividades aparecem listadas em termos decrescentes segundo o volume de mão de obra empregada no último ano analisado.

**Quadro9 - Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Nova União. 2005 - 2015.**

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2015 - 2005
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	255	233	189	247	237	204	25%

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Agricultura	72	96	96	56	55	43	67%
Comércio Varejista	70	48	46	50	38	44	59%
Alimentos e Bebidas	62	38	30	40	32	37	68%
Extrativa Mineral	53	53	64	53	21	9	489%
AlojComunic	37	9	11	10	8	7	429%
Construção Civil	27	14	8	16	14	0	-
Madeira e Mobiliário	21	32	51	35	15	16	31%
Comércio Atacadista	21	21	22	0	0	10	110%
Adm Técnica Profissional	12	10	14	12	19	16	-25%
Transporte e Comunicações	10	4	12	4	5	4	150%
Indústria Mecânica	6	5	4	0	0	0	-
Prod. Mineral Não Metálico	3	2	5	3	5	1	200%
Médicos Odontológicos Vet	2	0	1	2	0	0	-
Instituição Financeira	1	1	1	1	1	1	0%
Total	652	566	554	531	465	392	66%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.**

Para Nova União, a Administração Pública – inserida no setor terciário - é aquela que assume o maior número de vínculos, semelhantemente à RMBH. Segue-se a ela o a Agricultura e o Comércio Varejista.

Em termos de variações percentuais positivas destacam-se as seguintes categorias:

## Processo de Revisão

# planoDiretor

- Extrativa Mineral: 489%;
- AlojComunic: 429%;
- Prod. Mineral Não Metálico: 200%;
- Transporte e Comunicação: 150%;

Entre eles chama mais atenção a indústria extrativa mineral que passa de 9 para 53 vínculos ativos no período. Destaca-se ainda nesse bojo a Construção Civil que em 2005 não apresentava nenhum posto de trabalho e em 2015 oferta 27. Apenas as atividades de Adm Técnica Profissional apresentam variação negativa na localidade, caindo de 16 vínculos ativos em 2005 para 12 em 2015.

Em relação à RMBH percebe-se que a Administração Pública é também a maior empregadora. Comércio Varejista e Construção Civil, atividades de grande participação em termos de vínculos ativos em Nova União, também são fontes importantes de geração de empregos formais para a Região. Para a RMBH apresentam as maiores variações positivas as seguintes atividades:

- Extrativa Mineral: 79,36%;
- Ensino: 78,10%;
- Comércio Atacadista: 71,88%;
- Indústria Mecânica: 68,95%;
- Material de Transporte: 58,12%.

Entre elas, apenas o Comércio Varejista está presente em Nova União como uma das 5 atividades com maior variação positiva ao longo do tempo. Em termos de redução, as quedas percentuais mais expressivas mostram-se para as seguintes classificações:

- Indústria Calçados: -52,18%;
- Indústria Têxtil: -37,56%;
- Administração Pública: -11,79%;
- Indústria Metalúrgica: -6,33%;
- Serviço Utilidade Pública: -0,26%.

**Quadro 10 - Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH.  
 2005 - 2015.**

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2015 - 2005
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	335.235	408.229	426.003	421.018	428.370	380.045	11,79%
Adm Técnica Profissional	273.006	314.859	292.676	255.231	227.416	182.059	49,95%
Comércio Varejista	249.358	256.749	242.882	213.702	196.244	174.453	42,94%
AlojComunic	177.748	176.289	194.292	176.711	157.288	157.093	13,15%
Construção Civil	139.761	171.528	171.759	154.001	126.144	102.378	36,51%
Transporte e Comunicações	118.333	123.424	121.808	103.373	93.104	83.078	42,44%
Médicos Odontológicos Vet	78.076	74.554	68.835	63.419	56.278	56.674	37,76%
Comércio Atacadista	67.419	68.800	64.280	54.719	48.550	39.224	71,88%
Ensino	65.874	61.885	56.848	48.474	42.963	36.988	78,10%
Alimentos e Bebidas	41.639	40.415	36.035	37.950	34.702	28.374	46,75%
Material de Transporte	35.011	48.904	43.380	33.458	33.702	22.142	58,12%
Indústria Metalúrgica	33.010	40.125	43.601	38.785	40.674	35.242	-6,33%
Instituição Financeira	30.767	30.547	32.203	28.928	28.562	24.169	27,30%
Serviço Utilidade Pública	24.851	25.498	24.703	24.966	25.521	24.917	-0,26%
Indústria Mecânica	19.967	23.674	26.409	20.764	19.337	11.818	68,95%
Indústria Química	19.905	22.565	22.710	20.695	20.028	18.914	5,24%



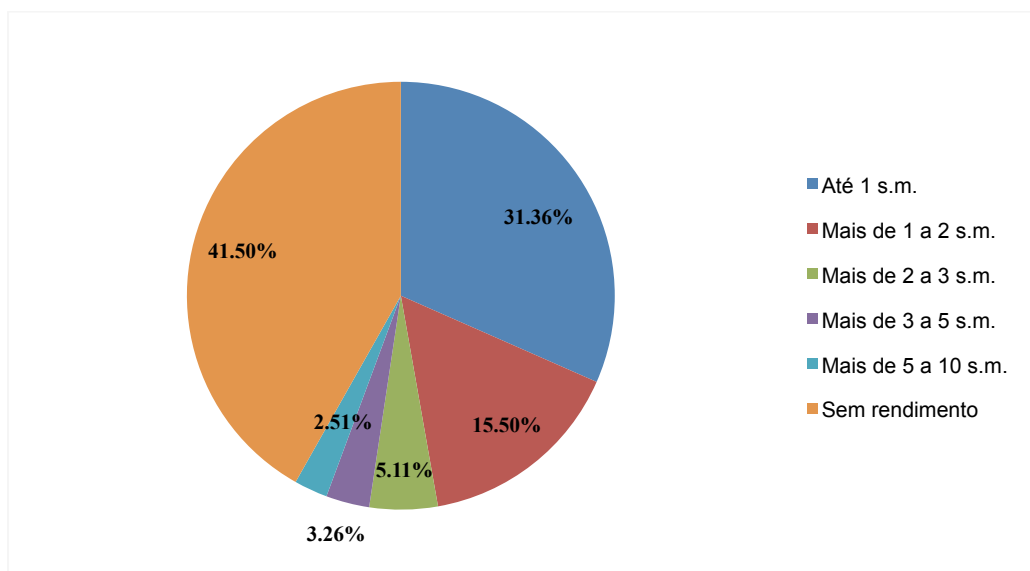
Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Prod. Mineral Não Metálico	14.293	15.974	15.871	13.856	12.682	12.013	18,98%
Extrativa Mineral	13.723	18.015	12.128	9.115	7.326	7.651	79,36%
Agricultura	10.158	10.538	9.034	9.562	11.762	9.598	5,83%
Indústria Têxtil	9.712	13.030	14.462	15.434	15.925	15.554	- 37,56%
Elétrico e Comunic	9.647	11.486	11.049	9.247	8.796	7.431	29,82%
Papel e Gráf	9.533	11.103	11.658	11.516	11.124	9.170	3,96%
Borracha, Fumo, Couros	8.438	9.248	8.411	8.209	8.039	7.738	9,05%
Madeira e Mobiliário	7.745	9.637	10.178	9.541	9.152	6.933	11,71%
Indústria Calçados	911	1.366	1.548	1.454	1.936	1.905	- 52,18%
Total	1.794.120	1.988.442	1.962.763	1.784.128	1.665.625	1.455.561	23,26%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

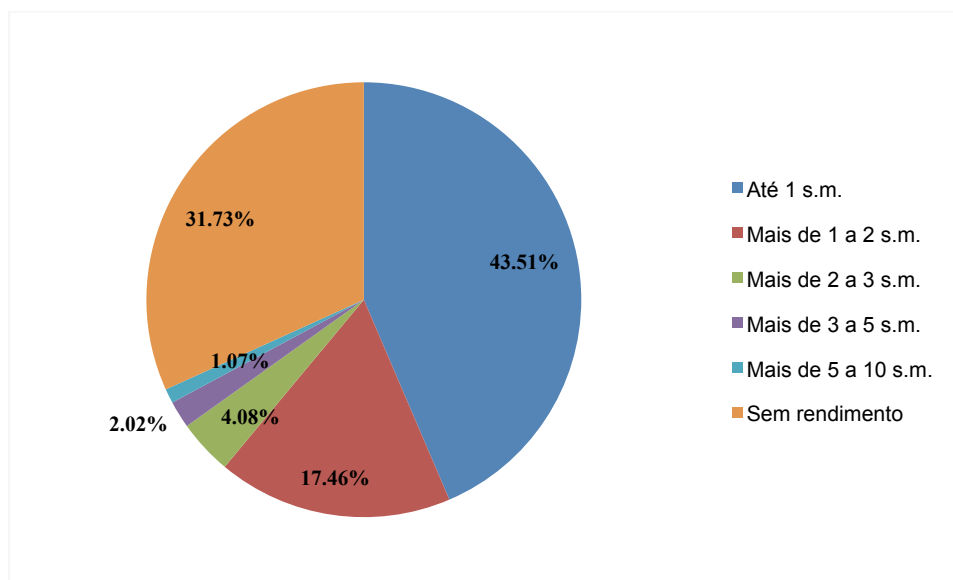
As reconfigurações no mercado de trabalho pela qual passam tanto Nova União como a RMBH acabam por resultar conseqüentemente em alterações no perfil da remuneração da população residente. As Figuras abaixo apresentam a distribuição da população por faixas de rendimento no município. Os dados apresentados referem-se aos anos 2000 e 2010 e foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Levam-se aqui em conta todas as pessoas com 10 anos ou mais com rendimentos.

**Figura 58: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Nova União. 2000.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

**Figura 59: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Nova União. 2010.**



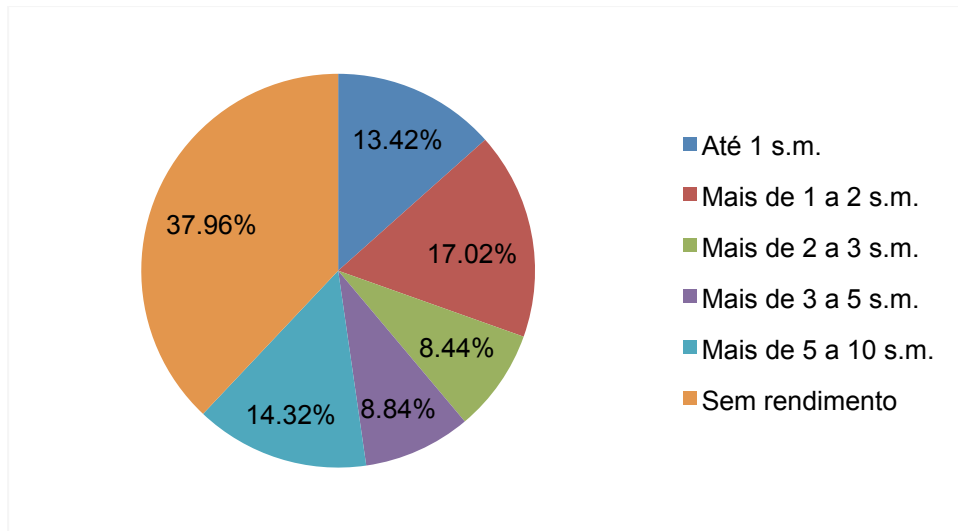
**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

Como se percebe, no período analisado há significativo aumento da população com recebimento até 2 salários mínimos, faixa que responde em 2010 por mais de 60% dos residentes no municípios. A outra grande parcela encontra-se na categoria sem rendimentos, a qual, no entanto, diminui no período destacado. Uma vez que todas as demais faixas acima de 2s.m. também passam por redução percentual no período, percebe-se que a entrada das pessoas em atividades geradoras de renda se dá pelos níveis de menores de rendimento. A caracterização recente do mercado formal de trabalho apontada acima, ainda que marcada pelo aumento dos postos de emprego, demonstra que as atividades que absorveram mão de obra estavam concentradas em nichos de menor especialização/remuneração.

De modo geral, na RMBH a realidade é semelhante à de Nova União. Percebe-se, no entanto, que em 2000 a distribuição da população entre das faixas de rendimento mostrava-se mais equânime na Região como um todo que em relação

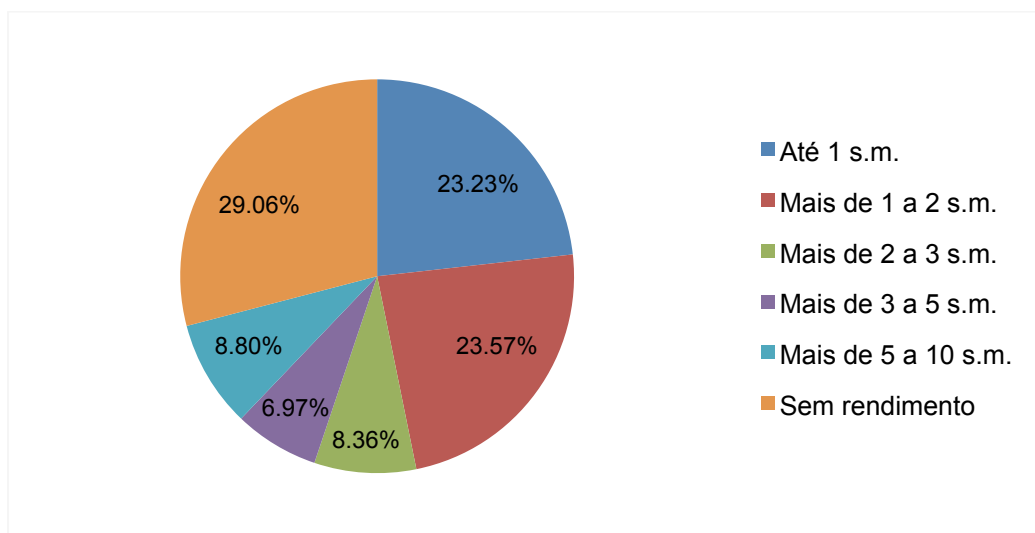
ao município. Em 2010, a mudança mostra-se então mais abrupta concentrando fortemente a população metropolitana em níveis de remuneração mais baixos.

**Figura 60: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

**Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

O Quadro a seguir apresenta as informações em valores absolutos para ambas as unidades geográficas. Conforme se percebe, a queda de participação percentual das pessoas com menores remunerações não se dá unicamente pelo aumento da população ao longo do tempo que ocupa espaços de rendimentos menores, mas também pela perda absoluta de pessoas nos níveis mais elevados.

**Quadro11 - Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Nova União e RMBH.**

Faixa de Rendimento	2000		2010		Variação Nova União	Variação RMBH
	Nova União	RMBH	Nova União	RMBH		
Até 1s.m.	1.386	531.371	2.068	1.090.809	49,21%	105,28%
Mais de 1 a 2 s.m.	685	674.006	830	1.106.743	21,17%	64,20%
Mais de 2 a 3 s.m.	226	334.238	194	392.570	-14,16%	17,45%
Mais de 3 a 5 s.m.	144	350.278	96	327.428	-33,33%	-6,52%

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Mais de 5 a 10 s.m.	111	326.799	51	251.041	-54,05%	-23,18%
Mais de 10 a 20 s.m.	20	150.000	6	104.903	-70,00%	-30,06%
Mais de 20 s.m.	12	90.286	-	57.347	-	-36,48%
Sem rendimento	1.834	1.503.620	1.508	1.364.442	-17,78%	-9,26%
Valor absoluto	4.419	3.960.598	4.753	4.695.283	7,56%	18,55%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

Quanto maior a faixa de rendimento maior também a redução da população nela encontrada. No outro extremo, quanto menor a faixa maior o acréscimo populacional. Enquanto a variação da população analisada no período é de apenas 7,56% e 18,55% para Nova União e para a RMBH respectivamente, os aumentos na faixa de pessoas que percebem rendimentos de até 1s.m. é de 49,21% e 105,28%. Por outro lado, enquanto a queda no número de pessoas com rendimentos acima de 5 salários mínimos é em média de 62% para o município, para a RM tal patamar é de apenas 23%.

Tal cenário ajuda a compreender de forma preliminar o modo como a renda é distribuída nas unidades geográficas bem como a vulnerabilidade da população em termos monetários. Os indicadores apontados a seguir contribuem para um melhor entendimento desse quadro.

### 11.1.3 Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade

Para a análise das condições ligadas às condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade são utilizados os indicadores calculados através do Atlas de Desenvolvimento Humano – ADH para os anos 2000 e 2010<sup>30</sup>.

No escopo da presente análise preliminar foram elencados 05 indicadores ligados à temática econômica. São eles:

- Índice de Gini (GINI): Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade a 1, quando a desigualdade é máxima.
- Razão 10 por 40 (R1040): Compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres.
- Percentual de extremamente pobres (PIND): Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.
- Percentual de vulneráveis à pobreza (PPOB): Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data.

---

<sup>30</sup> O Atlas caracteriza-se como: “Uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas”.

- Renda per capita do 1 quinto mais pobre (CORTE 1): Igual ao valor máximo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
- Renda per capita do décimo mais rico (CORTE 9): Igual ao valor mínimo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

Os dados são apresentados de modo comparativo entre Nova União, a RMBH e o Brasil.

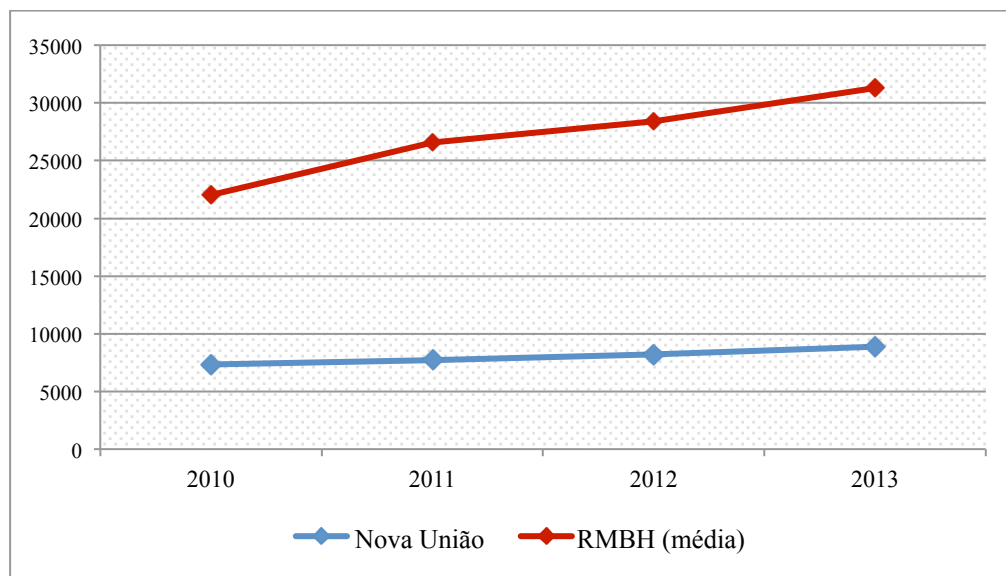
Anterior, porém à exposição dos indicadores apontam-se a seguir os dados relativos ao PIB per capita de Nova União bem como da Região Metropolitana. Tal informação fornece uma primeira aproximação a respeito da distribuição da riqueza em determinado território.

De maneira geral percebe-se uma trajetória ascendente dos valores relativos ao PIB per capita tanto no município de Nova União como na RMBH, conforme ilustrado pela Figura abaixo.

Como se vê, os valores municipais (linha azul) encontram-se mais baixos que da média metropolitana (linha vermelha). Enquanto o PIB per capita de Nova União passa de R\$ 7.337,81 em 2010 para R\$ 8.895,46 em 2013 - variação percentual de 21,23% e taxa de crescimento anual de 6,63% - o PIB per capita da RMBH parte de 22.000,67 para 31.273,43 – variação percentual de 42,15% e taxa de crescimento anual de 12,44%.



**Figura 62: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Nova União e RMBH.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

**Quadro12 - PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013.  
Nova União e RMBH.**

Ano	PIB per capita	
	Nova União	RMBH (média)
2010	7.337,81	22.000,67
2011	7.729,59	26.573,73
2012	8.231,41	28.400,36
2013	8.895,46	31.273,41
Variação percentual	21,23%	42,15%
Taxa de crescimento anual	6,63%	12,44%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

A divisão do PIB total pelo número de habitantes, no entanto, não indica em termos reais a estrutura de distribuição de renda de determinada localidade, podendo ocorrer de uma unidade geográfica possuir maior PIB per capita que outra, mas padrões de desigualdade mais elevados.

De forma geral, os índices calculados pelo ADH revelam uma realidade virtuosa no que diz respeito à diminuição das condições de pobreza, vulnerabilidade e desigualdade no município de Nova União. Assim, apesar do incremento de indivíduos nas menores faixas de recebimento como visto no item anterior, tal movimento não se reflete necessariamente em maiores condições ou propensões de miséria e concentração de renda.

Em verdade, o que se tem é uma realidade na qual existe de fato maior distribuição de renda, porém com rendimentos individuais equalizados a um nível cada vez mais baixo. Tal cenário apresenta implicações diretas com as políticas de desenvolvimento urbano uma vez que a oportunidade de geração de renda e o

volume dela recebido influenciam de modo agudo nas possibilidades de ocupação do solo das famílias residentes, em seus padrões de deslocamento, acesso a equipamentos públicos e serviços privados, dentre outras questões.

**Quadro13 - Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Nova União, RMBH e Brasil.**

Índice	2000			2010		
	Nova União	RMBH	Brasil	Nova União	RMBH	Brasil
Gini	0,59	0,61	0,64	0,41	0,59	0,60
R1040	19,43	24,21	30,31	8,19	20,13	22,78
PIND	11,66%	3,92%	12,48%	5,60%	1,25%	6,62%
PPOB	67,44%	36,07%	48,39%	43,85%	19,33%	32,56%
Corte1	84,50	162,30	98,26	163,33	263,75	170,00
Corte9	547,37	1.708,08	1.268,86	710,00	2.166,67	1.533,50

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do ADH.**

Nova União se destaca no cenário comparativo tendo em vista as outras unidades geográficas apresentadas. O município apresenta redução tanto no índice de GINI como na Razão 10 por 40 demonstrando queda na concentração de recursos locais. Como apontado logo acima essa melhor distribuição acontece, no entanto, através de uma ampliação das bases de menor remuneração.

Em relação ao Brasil e a RMBH percebe-se que a localidade apresenta os menores valores de ambos os índices. Ainda que em ritmo decrescente, chama atenção o alto valor da R1040, igual a 8,19 em 2010. A renda média *per capita* dos 10% mais ricos é assim mais que 8 vezes maior que a dos 40% mais pobres. Para a RMBH e o País tal realidade é ainda mais expressiva, com valores iguais respectivamente a 20,13 e 22,78. O índice de Gini, consideravelmente baixo no

município, aponta que o baixo dinamismo econômico da localidade em termos da geração de riqueza monetária e volume de empregos formais não se traduzem necessariamente em uma desigualdade profunda em sua população.

A respeito do PIND (percentual de extremamente pobres), percebe-se pouca redução no período. No ano de 2010 mais de 5% da população de Nova União é ainda caracterizada como extremamente pobre, percentual consideravelmente maior que da RMBH, igual a 1,25%. Há também elevada propensão à pobreza na localidade. Embora se observe significativa diminuição desse percentual entre 2000 e 2010, o valor de Mateus Leme mostra-se bastante superior ao da RMBH – 43,85% contra 19,33% em 2010. Essa vulnerabilidade demonstra a necessidade de atenção à formulação de políticas territoriais no município que consigam traduzir-se em oportunidades de geração de renda e segurança monetária.

Por fim, os CORTE1 e CORTE9 demonstram que há melhora relativa no que concerne à distribuição dos rendimentos percebidos entre os mais pobres e os mais ricos. Se, em 2000, o rendimento médio máximo per capita do 1/5 mais pobre correspondia a 15% do rendimento médio mínimo per capita do 1/10 mais rico, tal percentual sobre para 23% em 2010. A diferença absoluta nominal, no entanto, é elevada. Enquanto em 2000 o resultado da subtração do CORTE9 pelo CORTE1 era igual a R\$ 462,87, em 2010 tal valor sobre para R\$ 546,67. Apesar dessa piora em termos locais, sublinha-se que a diferenciação de renda no município tanto em termos relativos quanto absolutos é expressivamente melhor se comparadas aos valores da RMBH (12% e R\$ 1902,92 em 2010) e do Brasil (11% e R\$ 1.363,50 em 2010).

#### **11.1.4 Finanças Públicas**

O conjunto de informações relativo às finanças públicas municipais tem o objetivo de auxiliar os administradores públicos na condução de assuntos em observância da responsabilidade fiscal na gestão, bem como permitir uma avaliação mais detalhada da condição fiscal de seu município. Desse modo, serão analisados o Orçamento Geral do município, contendo a Receita e Despesa Orçamentárias, e

as principais transferências governamentais, que compõem boa parte das receitas em municípios pequenos, que são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

No que tange ao Orçamento Geral do município de Nova União, houve redução da Receita Orçamentária prevista pelo Instrumento de Planejamento, no ano de 2014, de modo que com o crescimento até 2017, este superou o patamar de 2013, com o valor de R\$ 13.682.425,00. A Receita Orçamentária trata dos valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11, da Lei Nº 4.320/64, dispostos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por sua vez, a Receita Líquida Corrente dispõe sobre aquelas receitas que se esgotam dentro do período anual, como é o caso das receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Para o município de Nova União, observa-se que houve um leve aumento da Receita Corrente Líquida, de 2013 a 2015 num valor de R\$2.555.523,30.

Contudo, o valor empenhado da Despesa Executada, ou seja, o valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face ao compromisso assumido no mesmo exercício, também sofreu um forte aumento no período entre 2013 a 2015, de R\$ 2.993.899,65. Assim, a Despesa Executada desde 2014 atinge um valor superior à Receita Corrente Líquida no mesmo período. Os dados referentes ao período de 2016 não foram disponibilizados pelo Portal. O Quadro e a Figura abaixo apresentam os valores Orçamentários mais recentes referentes ao município de Nova União.

**Quadro 33: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Nova União**

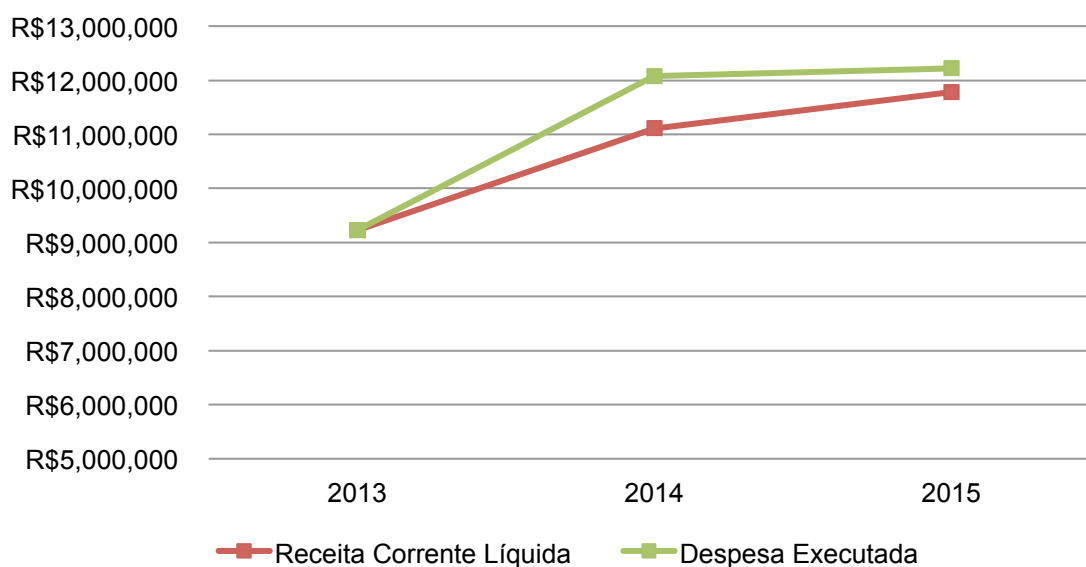
Ano	Receita Orçamentária	Receita Corrente Líquida	Despesa Executada
-----	----------------------	--------------------------	-------------------

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

2013	R\$ 12.077.548,18	R\$ 9.225.038,75	R\$ 9.225.038,75
2014	R\$ 10.972.000,00	R\$ 11.103.867,92	R\$ 12.077.548,18
2015	R\$ 11.465.000,00	R\$ 11.780.562,05	R\$ 12.218.938,40
2016	R\$ 12.130.000,00	-	-
2017	R\$ 13.682.425,00	-	-

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.**

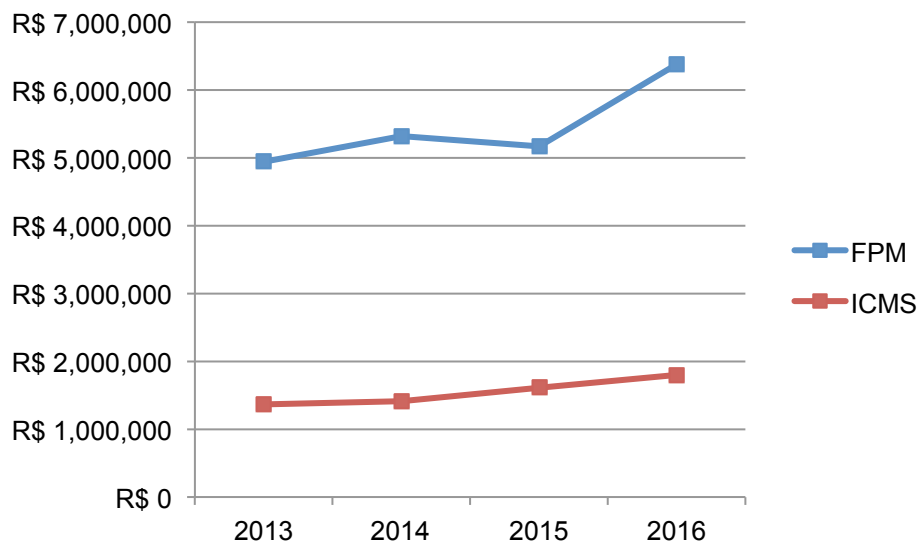
**Figura 63: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Nova União**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.**

Um dos principais elementos que compõem a Receita Orçamentária de municípios de pequeno e médio porte são as Transferências Governamentais. Segundo dados disponibilizados pelo Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais, o município de Nova União obteve, de janeiro a dezembro do ano de 2016, uma transferência de R\$ 6.377.647,64 para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por sua vez, os dados sobre a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS) revelaram que o valor das transferências tem crescido no período compreendido entre 2013-2016, de modo que de janeiro a dezembro de 2016, o município de Nova União recebeu o acumulado de R\$ 1.803.599,54. Vale destacar o baixo valor de arrecadação do município de Nova União se comparado ao resto da RMBH. A Figura abaixo apresenta a evolução das transferências do FPM e do ICMS desde 2013, data de início de divulgação das informações.

**Figura 64: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Nova União**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Tesouro Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Banco do Brasil, sistematizados e disponibilizados pela Associação dos Municípios Mineiros – AMM**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto nº 62.934, de 02 de julho de 1968. Aprova o Regulamento do Código de Mineração.** Brasília: Presidência da República, Secretaria da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1968.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas).** Brasília: Presidência da República, Secretaria da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1967.

CAR. **Cadastro Ambiental Rural.** Disponível em: <http://www.car.mg.gov.br/>. Acesso em 01/05/2017.

CEDEPLAR / UFMG. LUMEs. Mapeamento da identidade cultural da RMBH. Pesquisa de campo 2015. Disponível em [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br)

CEDEPLAR / UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH - PDDI, Volume 1, 2011.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Estadual do Estado de Minas Gerais – anos base 2010 a 2014.** Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2015.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Pesquisa de processos cadastrados.** Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2017.

Disponível em:

<<https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/site/admin/pesquisarProcessos.aspx> acesso> em 17/04/2017

FJP - Fundação João Pinheiro, INEP-MEC. Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, disponível em <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2013.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Fundação João Pinheiro – FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/o\\_atlas/](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/), data de acesso: 03/04/2017

Fundação João Pinheiro. **Consulta ICMS – Lei Robin Hood**. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/pesquisamunicipio>. Acesso em 01/05/2017.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Mapa dos Conflitos Ambientais**. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em 02/05/2017.

IBGE, Cidades. Nova União, 2017. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em março 2017.

IBGE. Censo demográfico 1991. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default\\_censo1991.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm)

IBGE. Censo demográfico 2000. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>, data de acesso: 03/04/2017

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Volume 24. Municípios do Estado de Minas Gerais. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_24.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf), acesso em 20/04/2017.

IBGE. Estimativa da população, 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>

IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais – MUNIC, módulo Cultura, 2014. Disponível em

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura\\_2014/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm) acesso em 01/03/2017.

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas. **Outorga de uso de recursos hídricos**. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Atlas da Vulnerabilidade social, 2010. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26118](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26118), data de acesso: 03/04/2017

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP-MEC, <http://portal.inep.gov.br/inep-data>, data de acesso: 03/04/2017

Ministério da Cultura / Sistema Nacional de Cultura - Guia de orientação para os municípios, 2012.

Ministério da Cultura. ADESÕES AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2016. Disponível em [http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPILADAS+\\_04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41](http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPILADAS+_04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41)

Ministério da Cultura. Mapa da cultura. 2017. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/>, acesso em 01/03/2017

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Boletim O Brasil sem Miséria no seu Município, Nova União, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, Nova União, março de 2017

Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, CadÚnico, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, data de acesso: 03/04/2017

NOVA UNIÃO. **Lei 615/2006**. Institui o Plano Diretor de Nova União.

NOVA UNIÃO. **Lei 778/2015**. Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Nova União e dá outras providências.

Prefeitura Municipal de Nova União. Dados disponíveis no site <http://www.novauniao.mg.gov.br/> . Acesso em março de 2017.

SNIS – Sistema Nacional de Informações de Saneamento. **Consulta aos municípios**. Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: 01/05/2017

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCE MG. Fiscalizando com o TCE, Minas Transparente – TCE MG, disponível em <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>

Processo de Revisão  
**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH